



UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**MULHERES E SOBERANIA ALIMENTAR:
A LUTA PARA A TRANSFORMAÇÃO
DO MEIO RURAL BRASILEIRO**

LAETICIA MEDEIROS JALIL

2009



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**MULHERES E SOBERANIA ALIMENTAR:
A LUTA PARA A TRANSFORMAÇÃO
DO MEIO RURAL BRASILEIRO**

LAETICIA MEDEIROS JALIL

Sob a orientação do professor

Jorge Osvaldo Romano

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, março de 2009

333.14
J26m
T

Jalil, Laeticia Medeiros
Mulheres e soberania alimentar: a luta para a
transformação do meio rural brasileiro / Laeticia
Medeiros Jalil, 2009.
198 f.

Orientador: Jorge Osvaldo Romano.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências
Humanas e Sociais.

Bibliografia: f.184-194.

1. Gênero - Teses. 2. Soberania alimentar – Teses.
3. Espaços públicos – Teses. I. Romano, Jorge
Osvaldo. II. Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

LAETICIA MEDEIROS JALIL

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade.

Dissertação aprovada em

Jorge Osvaldo Romano, dr. CPDA, UFRRJ
(Orientador)

Cláudia Job Schmitt, dra. UFRGS /ANA

Nelson Giordano Delgado, dr. CPDA, UFRRJ

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às Mulheres Camponesas que constroem o MMC
À Iraci Colombo, que foi a inspiração primeira deste trabalho.
E ao feminino, que me apaixona e me instiga a “escavar” as brechas neste campo social,
em busca de *verdades* e na construção de *revoluções*.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho como este não é êxito individual, apesar de ter claro que os louros da titulação acadêmica recaem sobre minha cabeça. Este é fruto da construção coletiva, que envolveu diversas pessoas e me colocou em situações bastante especiais.

Agradeço ao CNPQ pela bolsa concedida que me possibilitou estar aqui, no Rio de Janeiro.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, da UFRRJ, motivo primeiro de minha vinda para o Rio de Janeiro, o que, é claro, não se configura em um grande sacrifício. O encontro com os professores e professoras reafirmou minha decisão de ter vindo, mas a presença dos e das colegas foi imprescindível para garantir o espírito de amizade e pesquisa que caracteriza o CPDA.

A Jorge Romano, que acreditou em meus projetos (muitos), mas principalmente, que me deixou voar. Obrigada pela orientação, pelas trocas, conversas e por estar presente. E pelos belos botecos que conheci e as melhores “mil folhas” do Rio de Janeiro.

À Actionaid Brasil pelo apoio recebido para a pesquisa de campo.

À Teresa e Diva, mulheres belas que nos ajudam a compreender o CPDA.

Às mulheres camponesas e monitoras da Campanha, Iraci, Lucimar, Carminha, Rosa, Crescência, Lourdes, Adélia, Geneci e Ângela, obrigada por me carregarem com vocês e me mostrarem suas vidas.

A todas as mulheres que constroem o MMC em Chapecó, que me receberam com carinho e atenção.

À Coordenação Nacional do MMC que concordou com a realização desta pesquisa.

À Escola Nacional Florestan Fernandes e à Via Campesina que me possibilitaram conhecer a realidade da América Latina e saber qual o papel da pesquisa para a transformação de nossa sociedade.

A meu pai Naef, pela estante sempre cheia de livros.

A minha mãe Tânia, minha irmã Simone e as sobrinhas, Layla, Luiza, Helena e Iana, mulheres de minha vida.

À Pátria Grande, espaço de troca, de vida, de harmonia, de aprender sobre a América Latina (nosso continente), de medos, de choros, de festas, de receber, de dar. Minha casa, nossa casa. Cristiano Desconsi e Pablo Romero, obrigada!

Às amigas que colhi neste caminho, musas minhas que se tornaram:

Ceres, a Deusa da agricultura, dedico a Islândia Teixeira, e ela sabe o porquê.

Tália, musa da comédia e de todas as diversões dedico à Francine Damasceno, que esteve comigo em muitos momentos importantes, mas principalmente nestes últimos dias, dividiu comigo a *provação de escrever uma dissertação em janeiro no Rio de Janeiro*. A solidão da escrita não foi tão dura estando ao seu lado.

Terpsícore, musa da dança e do canto, dedico à Daniela Egger, pelos doces e divertidos momentos de aprendizado mútuo e sincero.

Às mulheres que cruzaram minha vida, companheiras que me ajudam a entender que é necessário *Mudar o Mundo para mudar a vida das mulheres!*

Finalmente agradeço a todas as pessoas que estiveram, mesmo por poucos momentos, ao meu lado, que deixaram um pouco de si e levaram um pouco de mim.

RESUMO

JALIL, Laeticia Medeiros. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

A proposta desta dissertação é analisar a relação entre as mulheres agricultoras que participam do Movimento de Mulheres Camponesas/MMC e a Soberania Alimentar a partir da sua prática, sendo o MMC o único movimento feminista que participa da Via Campesina no Brasil. Para tal, foi analisada a *Campanha pela Produção de Alimentos Saudáveis* buscando perceber como essas práticas representam o questionamento, a resistência e o enfrentamento das diversas formas pelas quais se expressam em suas realidades o capitalismo e o patriarcado. A partir da identificação de algumas ações relacionadas à campanha, buscamos perceber como estas democratizam a esfera pública e ampliam o campo de acesso aos direitos sociais (educação, saúde, acesso à água, produção agroecológica, a luta pelo resgate das sementes crioulas, plantas medicinais e a valorização da cultura camponesa). A ideia se constitui na possibilidade de nos situarmos dentro do universo social, político e teórico, no qual as questões sobre gênero e soberania alimentar tem se apresentado. Outra questão que foi abordada é a o uso da soberania alimentar como instrumento político que fortalece a luta dos movimentos sociais e sua definição enquanto um dos eixos do projeto político do MMC. Para tal, foi realizada uma pesquisa etnográfica com as monitoras da campanha no estado de Santa Catarina. Durante 23 dias as atividades de cinco monitoras foram acompanhadas. Seis grupos em cinco cidades foram visitados, para identificar e caracterizar as estratégias e as práticas dos grupos de mulheres que estão envolvidas na campanha pela produção de alimentos saudáveis e no Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento das Sementes Crioulas. A partir da sistematização de alguns dados, a proposta é discutir e tentar responder a algumas questões: em que medida uma abordagem de gênero enriquece a discussão sobre soberania alimentar? Como a soberania alimentar, por meio das ações da campanha, se constitui em projeto político do MMC? Quais as maiores dificuldades que as mulheres camponesas enfrentam na implementação da campanha? De que forma a luta das mulheres por soberania alimentar amplia e democratiza o espaço público? Como elas articulam a campanha e a luta por soberania alimentar com a luta pela democratização da água, educação, previdência social, dentre outras?

Palavras-chave: gênero; soberania alimentar; espaços públicos.

ABSTRACT

JALIL, Laeticia Medeiros. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

Analyzes the relation between the practices of rural women workers who participate in the Peasant Women's Movement (Movimento de Mulheres Camponesas, MMC) and the concept of Food Sovereignty, being the MMC the only feminist movement in Brazil to be part of Via Campesina. For that we have analyzed the Campaign for the Production of Healthy Food, trying to understand how these practices represent questioning, resistance and confrontation of the diverse ways by which capitalism and patriarchy are expressed in their realities.

Through the identification of some actions related to the campaign we have tried to realize how these actions have a sense of democratization of the public sphere and broaden the access to social rights (education, health, water, agro-ecological production, the struggle to preserve native seeds, medicinal herbs and valuing peasant culture). The idea is based in the possibility of situating our view within the political, cultural and theoretical universe in which the issues of gender and food sovereignty have come to evidence. Another issue is the use of food sovereignty as a political tool for strengthening the struggle of social movements and its definition as one of the axes of the MMC political project.

Thus, we have carried out an ethnographic study with the campaign facilitators in the State of Santa Catarina. We have followed the activities of five facilitators for twenty three days and visited six groups in five different cities, in the effort of identifying and observing the characteristics or the practices and strategies of women groups involved in the Campaign for the Production of Healthy Food and in the Native Seeds Rescue, Production and Improvement Program.

Through a systematization of some data, our proposal is to discuss and try to find answers for a few questions as: how does an approach based on gender issues contribute to the debate on food sovereignty? How through this campaign is food sovereignty becoming a political project for the MMC? What are the difficulties that peasant women see in implementing this campaign? How is the struggle of women for food sovereignty broadening and bringing democracy to public space? How is the struggle for food sovereignty combined with the struggles for access to water, education, welfare and other?

Key words: Gender; Food Sovereignty; Public Spaces.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E IMAGENS

Figura 1. Estados afetados por insegurança alimentar grave.....	45
Figura 2. Organicidade interna do MMC	100
Figura 3. Localização dos municípios em estudo.....	118
Figura 4. Mapa das Meso e Microrregiões	119
Figura 5. Mapa de regiões e bacias hidrográficas	121
Figura 6. Regiões de influência urbana	128
Figura 7. Índice de Preços Pagos e Índice de Preços Recebidos	130
Figura 8. Cartaz e folder da Campanha	141
Quadro 1. Soberania alimentar e modelo neoliberal	61
Quadro 2. Regionais e municípios organizados no MMC	101
Quadro 3. Distâncias entre os municípios	119
Quadro 4. Temperaturas e precipitação média mensais	120
Quadro 5. Distribuição percentual da população.....	122
Quadro 6. Crescimento da população absoluta	123
Quadro 7. População total, distribuição percentual	124
Quadro 8. Estrutura fundiária das Microrregiões de São Miguel do Oeste.....	124
Quadro 8. IDH municipal e posição dos municípios na União Federal	124
Quadro 9. PIB dos municípios: total e por setores de atividades	132
Quadro 10. Descrição geral da região Oeste catarinense	133
Imagem 1. Mística em oficina sobre plantas medicinais.....	99
Imagem 2. Mística em oficina de alimentação saudável	99
Imagens 3 e 4.....	105
Imagem 5	107
Imagem 6. Ala de abertura da passeata	110
Imagem 7. Acampamento em frente ao Ministério da Previdência	110
Imagem 8. 8 de março de 2008.....	112
Imagem 9. 8 de março de 2008.....	112
Imagens 10 e 11. Caminhada em Florianópolis, em parceria com o MMTU/SC	152
Imagem 12. Doação de alimentos às famílias urbanas	153

Imagem 13. Audiência pública na Previdência Social, com mulheres urbanas	153
Imagens 14 e 15. Monitoras em curso de formação	162 e 163
Imagem 16. Monitoras com grupo de mulheres de Santa Teresinha do Progresso....	164
Imagem 17. Monitora em atividade com grupo de mulheres, Pinhalzinho.....	165
Imagem 18. Monitora em oficina das sementes, Saudades	165
Imagem 19. Monitora em oficina das sementes, Mafra	166
Imagem 20. Grupo de mulheres de Saudades	172
Imagem 21. Grupo de mulheres de Santa Teresinha do Progresso	173
Imagens 22 e 23. Oficina com grupo de mulheres, Santa Teresinha do Progresso....	173
Imagem 24. Oficina com grupo de mulheres, São Bernardino	174
Imagem 25. Oficina com grupo de mulheres, São Bernardino	174
Imagem 26. Monitoras, São Bernardino.....	175

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I. O debate sobre Soberania Alimentar:	
o Estado das artes e a disputa pelo conceito	27
1 Revisitar o debate da Segurança e Soberania Alimentar	28
1.1 A construção do conceito de Segurança Alimentar	30
1.2 Segurança Alimentar e seu enfoque brasileiro: Segurança Alimentar e Nutricional	36
1.3 Contexto Brasileiro: estado da fome no Brasil e a discussão sobre Segurança e Soberania Alimentar	44
2 A noção de Soberania Alimentar	47
2.1 O que há por trás da construção da noção de Soberania Alimentar?	51
2.2 A problemática do desenvolvimento: Desenvolver para quê?	53
2.3 Soberania Alimentar e o questionamento das relações de poder.....	58
CAPÍTULO II. Mulheres e Soberania Alimentar: uma questão de gênero?	63
1 A construção social do conceito de gênero	65
2 Relações de gênero e relações sociais de sexo como categorias de análises.....	67
3 Gênero e feminismo.....	69
4 As desigualdades de gênero e o sentido da divisão sexual do trabalho na estruturação da vida social.....	72
5 <i>Habitus</i> feminino no meio rural brasileiro	76
6 Mulheres e a soberania alimentar: novas práticas, novos valores	87
7 O movimento de mulheres camponesas como sujeito político feminista.....	92
8 Momentos de ação política do MMC na luta pela soberania alimentar	102

CAPITULO III. Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis: produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza!	115
1 Ambiente da pesquisa.....	118
1.1 Caracterização socioespacial da região pesquisada.....	118
1.2 Quadro natural	120
1.3 Aspectos socioeconômicos e urbanos	122
1.4 Formação histórico-territorial.....	125
1.5 Questão agrária.....	128
1.6 Economia	131
1.7 Ambiente favorável: “desenvolvimento econômico” e espaço de luta	136
2 A Campanha e as monitoras	139
2.1 Campanha Nacional pela Produção de Alimentos saudáveis.....	139
2.2 As monitoras e a mediação.....	156
3 Limites e desafios: efeitos e reflexos da Campanha.....	169
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 177
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 185
 ANEXOS	
Folder do MMC para o 8 de março de 2008	197
Cartilha de sementes.....	198
Fotografias da sede do MMC, em Chapecó	199

Dedicatória

Quem foi que disse que eu escrevo para as elites?
Quem foi que disse que eu escrevo para o *bas-fond*?
Eu escrevo para a Maria de todo dia.
Eu escrevo para o João Cara de Pão.
Para você, que está com este jornal na mão...
E de súbito descobre que a única novidade é a poesia,
O resto não passa de crônica policial-social-política.
E os jornais sempre proclamam que a “situação está crítica”!
Mas eu escrevo é para João e Maria,
Que quase sempre estão em situação crítica!
E por isso as minhas palavras são quotidianas como o pão nosso de cada dia
E a minha poesia é natural e simples como a água bebida na concha da mão

Em *A cor do invisível*, de Mário QUINTANA.

INTRODUÇÃO

Estudar as mulheres camponesas não é uma escolha ao acaso.

Desde minha graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, na qual tive a oportunidade de participar do Laboratório de Observação Permanente sobre as Transformações do Mundo Rural do Nordeste e sob a orientação do Prof. Dr Aldenor Gomes venho consolidando minha escolha pela temática. Sendo que, a partir do meu ingresso no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ vislumbrei, igualmente feliz, oportunidade de prosseguir e aprofundar meus conhecimentos sobre a proposta que há tempos faz parte da minha ‘construção’.

Outro ponto que cabe destacar é meu envolvimento com o movimento feminista e, a partir dele, como pude ter acesso às discussões que apresentadas pelo movimento de mulheres¹. Assim, uma das discussões diz respeito à noção de soberania alimentar, sua instrumentalização e a articulação das mulheres camponesas com outros eixos de luta, como as questões de gênero e classe, o questionamento das relações de poder, tanto na esfera pública, quanto na privada.

Também participei de um curso de especialização em Estudos Latino-americanos, coordenado pela Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Nesse espaço de debates e questionamentos, tive contato com militantes dos movimentos que compõem a Via Campesina; conheci discussões e temáticas que eram apresentadas como propostas de ações políticas. Salienta-se o fato que este espaço acabou por servir, também, um momento oportuno para refletir sobre o desafio da pesquisa militante, ou da pesquisa que estivesse comprometida com um projeto de transformação da sociedade e que fosse um instrumento a serviço dos movimentos sociais, para poderem sistematizar suas ações e transformá-las.

Sob esse cenário em meio a debates e discussões, conheci a proposta do Movimento de Mulheres Camponesas, de lutar pela Soberania Alimentar a partir da Campanha Pela Produção de Alimentos Saudáveis. Em um seminário sobre agricultura

¹ Refere-se aos movimentos de mulheres que compõem o chamado feminismo-marxista, que tem como eixo de articulação a luta contra o patriarcado e capitalismo, e que aqui representam o Grupo de Trabalho da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), o GT de Mulheres da Via Campesina, composto por mulheres dos movimentos que compõem a Via Campesina no Brasil e a Marcha Mundial das Mulheres.

familiar e agroecologia, em que estive representando a Marcha Mundial das Mulheres, ocorrido em Simonésia (MG), conheci Iraci Colombo, uma camponesa que participa do MMC e que foi contar sua experiência como monitora da Campanha. Ao ouvi-la contar sua história e suas experiências, tive uma única certeza: **Este o “objeto” de minha dissertação de mestrado.**

Esse é o contexto em que nasce esta dissertação. Estamos cientes dos limites da pesquisa, bem como meus limites enquanto pesquisadora e militante. Fazer o estranhamento foi um primeiro exercício do mestrado. Demorei em compreender que seria muito mais importante para o Movimento eu conseguir manter este afastamento. Isso não esconde minha paixão pelo tema, minha disposição em compreender como as opressões se configuram e minha vontade de entender como podemos questionar e mudar. Meu olhar enxerga a partir de uma proposta de descrição e prescrição, ou seja, queremos compreender o mundo, as relações sociais. Para isso, descrever a realidade e compreender como as relações sociais se configuram em relações de poder é determinante, para que, a partir disso, possamos prescrever, apontar os processos e irmos juntas.

A proposta desta dissertação se insere no debate sobre a relação entre as mulheres e Soberania Alimentar a partir da prática das mulheres que participam do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em sua Campanha pela Produção de Alimentos Saudáveis, lançada em março de 2007. Cabe destacar que o Movimento de Mulheres Camponesas é o único movimento feminista que compõe a Via Campesina² no Brasil.

A partir de pressupostos empíricos e teóricos, acreditamos que a Campanha pela Produção de Alimentos Saudáveis é uma ação política e instrumento de luta das

² A Via Campesina é uma rede internacional de movimentos sociais que data de 1993 e que despontou como agente transnacional significativo em 1996, durante a Assembléia Global sobre Segurança Alimentar (AGFA), realizada pela FAO, em Quebec, Canadá, tendo conquistado a atenção do público em geral, durante o antológico encontro da OMC realizado em Seattle, em 1999. (DESMARAI, 2003a; EDELMAN, 2003). A estrutura atual da rede de movimentos sociais está subdividida em oito diferentes regiões, assim distribuídas: África, América do Norte, América do Sul, leste e sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América Central, Cuba e Caribe, e Europa. Atualmente, a Via Campesina, congrega 130 grupos e movimentos sociais distribuídos por quase todos os continentes e que representam organizações e movimentos sociais com os perfis mais diferenciados. Dentre estes constam pequenos proprietários, “sem terra”, pastores, indígenas, mulheres e despejados por barragens. No Brasil a Via é composta pela Comissão Pastoral da Terra (CPT); Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); Movimento de Atingidos por Barragens (MAB); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento de Pequenos Agricultores (MPA); Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Pastoral da Juventude Rural (PJR).

Mulheres Camponesas e que, por ela, dão uma materialidade ao projeto político do MMC, que tem a Soberania Alimentar como princípio norteador.

A Campanha é percebida como instrumento político de luta e questionamento das relações sociais, que aqui se expressam como relações de poder que se estabelecem dentro de uma perspectiva social, política e cultural, sob as bases da ideologia patriarcal e capitalista.

Suas ações promovem a ressignificação das práticas de produção e reprodução social, levando a um questionamento do *status quo*, forçando a ampliação e redefinição da esfera pública, com o reconhecimento de diversos sujeitos políticos na luta por acesso a bens, reconhecimento de direitos e questionamento, o que possibilita uma democratização do mundo rural.

Nosso objetivo é descrever e compreender como a Campanha se materializa em práticas e ações políticas das Mulheres Camponesas, e se estas práticas representam o questionamento, resistência e enfrentamento as formas que se expressam em seus cotidianos, o capitalismo e o patriarcado, não como modelos apartados entre si, mas como complementação que aprofunda a exploração e a opressão sobre a vida das mulheres e a natureza.

Para tal, acompanhamos o Movimento de Mulheres Camponesas em três momentos distintos. Estivemos presentes em Brasília, em outubro de 2007, quando o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), junto com outros movimentos de mulheres, organizam um Fórum Paralelo e Itinerante pela Previdência Universal (FPIP): “Nenhum direito a menos: Pela manutenção da Previdência Pública Universal e Solidária e a manutenção da condição de Segurados Especiais”. Nesse momento as mulheres realizaram um acampamento em frente ao Ministério da Previdência exigindo que seus direitos fossem garantidos e ampliados. Seu objetivo era questionar a exclusão das mulheres deste espaço, bem como acompanhar as decisões e encaminhamentos deste processo frente ao processo de reforma que estava sendo proposto, levando propostas e reivindicações específicas.

No espaço do acampamento, várias faixas e bandeiras estavam estendidas, uma das primeiras que conduziam a ala do MMC na passeata de protesto era pela produção de alimentos saudáveis, em que o movimento propõe um dos eixos de materialização da soberania alimentar.

O segundo momento foi em fevereiro de 2008, em que fui participar de uma atividade de formação interna com as monitoras, na sede do Movimento em Chapecó,

Santa Catarina. Depois do curso que durou três dias, acompanhei por duas semanas as atividades de três monitoras visitando os grupos de mulheres pelos municípios de Saltinho, Campo Erê, Saudades, Santa Teresinha do Progresso, São Bernardino e Cedro.

Nesse momento vivi uma experiência interessante, que me ajudou a fazer o estranhamento, pois fui eu que me senti exótica, estranha ao meio. Os grupos que visitamos basicamente são de descendência italiana e alemã. Muitas mulheres só falam entre elas dialetos aprendidos com os pais e ou avós, e quase todas são brancas. Existem poucas mestiças, ou como dizem, caboclas. No grupo, somente eu e as monitoras não éramos descendentes de estrangeiros. Isso, por vezes, pode ser um problema, pois as monitoras relataram que, às vezes, quando as mulheres visitadas começam a falar em “italiano” ou “alemão” entre si, deixam as monitoras “de fora” da roda de chimarrão.

Num destes grupos, quando estávamos no intervalo para almoço, que também é um dos momentos de integração, uma das mulheres me chamou: Ei, “negrinha”, traga uma colher, por favor! Eu não percebi que era comigo (afinal não me achava negra, isto nunca fez parte de minha identidade). Então outra senhora tocou em meu ombro e me apontou a colher. Quando me sentei à mesa para almoçar, perguntei: A senhora acha que eu sou negrinha? E ela me respondeu com muita simplicidade: E não?

Em outro grupo, uma senhora, na hora do intervalo, com muito carinho e alegria, contava uma história e me usou para exemplificar uma personagem: A menina era negrinha igual a ela. Naquele momento fiquei surpresa e percebi que realmente, eu era negrinha. Saí desta viagem carregando na bagagem, além de muitas informações, trocas e aprendizados, mais uma característica de mim mesma, mais uma identidade, ser negrinha.

O terceiro momento foi em maio de 2008, novamente fui participar do curso de formação com as monitoras. Desta vez minha estada foi de 28 dias, o que me possibilitou adentrar ainda mais na lida. Antes de ir à Chapecó encontrei-me com uma das monitoras no município de Mafra. Lá ficamos por dois dias. Tive oportunidade de conhecer os grupos mas, principalmente, por ter ficado hospedada na casa de uma das lideranças locais, conhecer a política interna, os conflitos e saber um pouco da história de luta e resistência. O casal que me hospedou tem uma história singular para os padrões modernos, mas não para o grupo em que estão inseridos; ambos vieram da igreja católica. Ele, ex-padre, ela ex-freira, convertidos pela Teologia da Libertação, envolveram-se na luta pela terra e por justiça. Este é um cenário muito comum entre os movimentos sociais daquela região. Muitos militantes estiveram envolvidos com a

Igreja e hoje configuram sua identidade em ex-freiras, ex-padres, ex-seminaristas, ex-pastores.

Maio é um mês frio na região Sul do Brasil. Saí do Rio de Janeiro com uma temperatura média de 23° e, quando cheguei a Mafra, a temperatura beirava os 5° graus. A sensação do frio para mim era muito forte, pois em todos os lugares que estávamos, as construções eram de madeira, típicas da região. Sempre que eu podia, saía das reuniões para tomar sol. Descobri que frio “ajunta”, pois estes foram para mim os momentos em que consegui me aproximar das camponesas. Elas ficavam sensibilizadas em me verem tremendo, de mãos roxas, e esse sempre era motivo para um mate a mais, uma receita de como me esquentar, uma pergunta, uma risada. Também descobri que estava frio até para elas, pois estávamos passando por uma das frentes frias mais rigorosas que a região vivia nos últimos dois anos. “Se era frio para elas, imaginem para mim”.

Aconteceu durante toda a minha estada. O frio só aumentava, como aumentava a solidariedade das mulheres, aproveitei este “trunfo” para me aproximar, saber delas, conversar sobre a vida, suas dificuldades. Falava de mim, explicava o que estava estudando e o porquê. Com o tempo, estava me sentindo muito à vontade e integrada.

Outra questão a ser destacada nesta pesquisa é o fato de eu ser uma mulher feminista entre mulheres feministas. Quando era apresentada pelas monitoras aos grupos, elas sempre se referiam a mim como uma companheira que estava fazendo uma pesquisa sobre o movimento. Isso me colocou numa posição de muita responsabilidade em relação à pesquisa, como também de compromisso com o Movimento.

Estive em viagem com as monitoras pelos municípios de Chapecó, Mafra, São Miguel do Oeste e Descanso. Desta vez optei em ficar mais tempo em contato com as elas, realizei entrevista e tivemos muitas conversas buscando conhecer suas trajetórias, quem são estas mulheres, seu papel em relação à implementação da Campanha, suas responsabilidades em relação aos grupos e ao MMC como mediadoras, como elas percebem seu trabalho, como elas percebem a Campanha e o que significa para elas a Soberania Alimentar.

Assim, cabe-nos contextualizar e compreender o momento histórico e político em que esta Campanha surge. A importância política desta temática, não se justifica apenas por ser uma noção em disputa nos meios acadêmicos, mas por se configurar num eixo norteador de ações de diversos movimentos sociais e sujeitos políticos, tanto da

sociedade civil como do estado, bem como de princípio para proposição de novos projetos políticos.

Nos parece interessante notar é como a questão de Segurança e Soberania Alimentar estão presentes no Brasil, tentando fazer a trajetória histórica e social desta discussão, quais os conceitos e noções em disputa, quais os atores inseridos neste processo. Nosso objeto não será o debate sobre Segurança e Soberania Alimentar no plano mais amplo, mas como dentro do debate, se apresentam as questões de gênero, mais precisamente, as questões ligadas às mulheres camponesas.

É sabido que não há um consenso sobre a discussão entre mulher camponesa e agricultora familiar, como categorias descritivas e analíticas, este não é um tema acabado em si. Nesta dissertação estamos utilizando a categoria mulheres Camponesas quando nos referimos às mulheres que se incluem no universo da pesquisa, e são as mulheres engajadas no MMC, compreendendo toda a complexidade que assume esta questão e seu entendimento.

Há um longo debate teórico sobre o que diferencia a categoria de agricultura familiar e de campesinato o que se expressa em sua atualidade na disputa entre diversos grupos e movimentos sociais sobre as similitudes das práticas, em relação com a terra e com a forma de trabalho, com a natureza e o tempo, colocando as duas como categorias políticas que, de acordo com a necessidade, são acionadas.³

Mulher Camponesa é uma identidade política, disputada pelas mulheres como forma de reafirmação de um modelo de agricultura camponesa. Para o MMC, mulheres camponesas aborda um conjunto de mulheres que exerce diversas atividades – extrativismos, pescaria, quilombolas, seringueiras, trabalhadoras rurais, agricultoras familiares, quebradeiras de coco, assentadas, arrendatárias, sem terras, indígenas e “a unificação destas diversas experiências e a participação política da mulher, desemboca na criação do Movimento de Mulheres Camponesas, com um caráter feminista e camponês”.

A partir do final dos anos 70, o mundo inicia uma nova ordem econômica mundial, e os estados latino-americanos implementaram várias medidas e políticas neoliberais⁴ que acirraram as desigualdades sociais, a pobreza e a exploração, abrindo

³ Para saber mais, ver também LAMARCHE (1993), CARNEIRO (1996), PESSANHA (1997), WANDERLEY (2001), CARVALHO (2005).

⁴ Nos países da América Latina as políticas neoliberais se expressam como uma série de medidas políticas, sociais e culturais que buscam o enfraquecimento do Estado na sua dimensão social e isto se reflete na dimensão social em medidas como flexibilização das leis trabalhistas, diminuição de direitos

estes países para a entrada de um novo tipo de capital, que encontra no campo um espaço ideal para se reproduzir, com o fortalecimento do agronegócio; o desenvolvimento da indústria de sementes, insumos e agrotóxicos; tecnificação excludente; a flexibilização das leis trabalhistas e ambientais; manutenção do latifúndio e a produção da monocultura. Como reflexo, as populações rurais estão cada vez mais pauperizadas e, para a vida das mulheres, isso se mostra de maneira acentuada.

Constata-se que a manutenção do latifúndio e a falta de serviços básicos aprofundam a exploração do trabalho das mulheres, já que são estas as “responsáveis” pelo cuidado da família, que também é a unidade produtiva.⁵ Elas também são responsáveis pela manutenção do tecido social e da propriedade em lugares que há as migrações sazonais. A luta pela manutenção da diversidade, o cuidado com as sementes e a agricultura de subsistência também ficam sob responsabilidade das mulheres, já que tudo que é produzido fica no entorno familiar.

De acordo com a FAO, 50% da produção de alimentos do mundo e 25% da produção pesqueira têm a participação das mulheres. A problemática da fome e da insegurança alimentar e nutricional se apresenta como uma constante no Brasil pela manutenção da desigualdade e da pobreza, a área rural continua a mais afetada.

Esse é o cenário em que os movimentos sociais, principalmente os do campo, passaram a discutir a questão do direito à alimentação, a segurança alimentar e nutricional, para além de um direito individual de acesso a alimentos, mas redefinindo e ampliando estas noções que orientam a elaboração e a implementação de políticas públicas, a partir de uma discussão política e problematização de algumas questões centrais na pauta de luta destes movimentos, tais como o questionamento da lógica da produção, comercialização, elaboração de políticas públicas, relação com os Estados. O questionamento do modelo econômico e das relações sociais (gênero, etnias), dentre

sociais básicos, como saúde e educação, privatização de empresas estatais como telefonias, abastecimento e energia; Na dimensão política como a despolitização dos governos democráticos, assim a democracia passe a ser reconhecida apenas como uma forma de governo; tecnificação da política e perda de sentido de participação popular política, há um fortalecimento do aparato repressivo do estado, tanto para manter a ordem e o direito à propriedade privada e exploração dos recursos naturais e sociais, como aumentando a criminalização dos movimentos sociais. Na dimensão cultural como a mercantilização da vida humana e da natureza, tudo passa a ter um valor e é passível de se tornar uma mercadoria.

⁵ O modelo hegemônico da família camponesa apóia-se na articulação de três funções: a produção, o consumo e a reprodução biológica e social. A forma de produção é uma das peculiaridades e mostra sua complexidade, pois se caracteriza por ser uma forma de produção em que a unidade de trabalho se confunde com a família (ainda que possam existir trabalhadores externos à unidade familiar, e possa haver membros da família que exerçam atividades fora da unidade familiar). Essa condição ambígua, de ser uma forma de produção, e um espaço de convivência entre pessoas que estão ligadas por laços de consangüinidade e matrimônio, constitui uma das complexidades a serem levadas em conta quando se estudam as relações de gênero no meio rural. (CARNEIRO, 1998, p. 70)

outras, passa a compor as dimensões da noção de Soberania Alimentar para estes movimentos.

Assim, algumas questões surgem como norteadoras desta pesquisa, tais como: em que medida uma abordagem de gênero enriquece a discussão sobre soberania alimentar? Como a soberania alimentar, por meio das ações da campanha, se constitui em projeto político do MMC? Quais as maiores dificuldades que as mulheres camponesas enfrentam na implementação da campanha? De que forma a luta das mulheres por Soberania Alimentar amplia e democratiza o espaço público? Como elas articulam a campanha e a luta por soberania alimentar com a luta pela democratização da água, educação e previdência social, dentre outras?

Para tentar responder estas perguntas, esta dissertação se estrutura em três capítulos em que realizamos um levantamento teórico sobre os temas citados, buscando não só reconhecer o processo de construção de conhecimento, como também travar um diálogo entre a teoria feminista e as ciências sociais.

O primeiro capítulo “**O debate sobre Soberania Alimentar: o Estado das artes e a disputa pelo conceito**”, versa sobre a discussão entre Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar. A proposta é apresentar algumas questões, limites e pontos de confluência entre estas noções, para termos uma melhor compreensão da Soberania Alimentar dentro do contexto histórico, político, econômico e social em que se situa. Busca-se compreender como essa noção vem se legitimando, qual o campo de disputa, seus limites de implementação, quem são os atores políticos desse campo e como se configura em ação política.

No segundo capítulo “**Mulheres e soberania alimentar: uma questão de gênero?**”, são abordados os aspectos que envolvem o conceito de gênero como categoria de análise, apresentando sua interlocução com a teoria feminista. Também buscamos descrever a relação entre a luta das mulheres camponesas, junto com o questionamento ao sistema patriarcal e à divisão sexual do trabalho, compreendendo esta como uma das formas da materialização e legitimação das relações sociais de sexo, que formam a base de reprodução do sistema capitalista e patriarcal.

A proposta está em podermos nos situar dentro do universo social, político e teórico em que estas questões têm se apresentado na vida cotidiana das mulheres camponesas. Assim, apresentamos as discussões sobre gênero como categoria de análise, um reconhecimento do *habitus* tradicional das mulheres camponesas e algumas questões relacionadas à epistemologia feminista. Para concluir, apresentamos o

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) como sujeito político feminista no Brasil e as ações que vem executando em torno da luta pela Soberania Alimentar, nos diversos espaços públicos em que estão inseridas.

No terceiro capítulo “**Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis: Produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza!**”, apresentamos uma contextualização histórica e geopolítica da região pesquisada, o Oeste de Santa Catarina. Esta caracterização nos parece importante para compreender qual o ambiente em que o Movimento de Mulheres Camponesas surge e se constrói como sujeito político. A partir dessa compreensão, buscamos descrever e observar a Campanha pela Produção de Alimentos Saudáveis como uma das ações que expressam o projeto político do MMC e qual o papel das monitoras para implementação da Campanha, percebendo-as como mediadoras neste processo, descrevendo quem são, quais suas trajetórias e como percebem a Campanha.

Para finalizar, apresentamos algumas reflexões que surgem a partir da discussão sobre a relação entre as mulheres e Soberania Alimentar, tomando como objeto a Campanha Pela Produção de Alimentos Saudáveis. Quais seus limites de ação, intervenção e questionamentos, nas arenas políticas e espaços públicos, em que o MMC está presente? Quais as maiores dificuldades que as mulheres camponesas enfrentam na implementação da campanha? Quais elementos que a Campanha nos sugere para pensar o meio rural brasileiro e suas transformações, a partir das ações das mulheres do MMC?

Como última parte deste trabalho, apresentamos as conclusões que esta pesquisa nos permite elaborar, quais os limites e avanços na construção de um projeto de Soberania Alimentar a partir das ações que são realizadas pelas mulheres Camponesas, como parte do projeto político do Movimento de Mulheres Camponesas, bem como a percebemos como parte de um processo de transformações do meio rural brasileiro.

CAPÍTULO I

**O debate sobre Soberania Alimentar:
o Estado das artes e a disputa pelo conceito**

Neste capítulo, a proposta é apresentar algumas questões norteadoras para uma melhor compreensão da noção de Soberania Alimentar dentro do contexto histórico, político, econômico e social em que se situa. Busca-se compreender como essa noção vem se legitimando, qual o campo de disputa, quem são os atores políticos desse campo e como ele se configura em ação política.

Partir desse entendimento é chave, pois consideramos que a questão da Soberania Alimentar, não é uma “nova questão” e, sim, é resultado de processos históricos e sociais, bem como de disputas políticas e questionamentos de modelos antes tidos como “hegemônicos”.

Compreender esses processos nos leva a ter uma melhor abordagem dos principais interrogantes que serão tratados ao longo da construção deste trabalho, a saber: como a soberania alimentar se transforma em projeto político? Qual sua relação com as mulheres camponesas? Em que medida uma abordagem de gênero enriquece essa discussão?

1 Revisitar o debate da Segurança e Soberania Alimentar

Para compreender como e quando o conceito de soberania alimentar surge no contexto brasileiro, não se pode desvinculá-lo da discussão sobre Segurança Alimentar e Nutricional, sobretudo do papel do Brasil no cenário mundial. Na verdade, fazer isto seria cometer um erro metodológico, e também político, dado que no contexto brasileiro essas questões surgem como complementares e também como princípios de ação, tanto para os atores governamentais, na elaboração de políticas públicas, quanto para as organizações da sociedade civil e movimentos sociais na proposição de novos arranjos institucionais e apropriação dos processos de implementação dessas políticas.

Assim, como não se pode pensar e discutir a Soberania Alimentar desarticulada das discussões em torno de propostas de políticas públicas que busquem assegurar a Segurança Alimentar e Nutricional, é fundamental, também, que se tenha claro sua íntima relação com a questão da fome e de como é abordada dentro desse contexto.

O problema da fome no mundo não é um novo problema social, porém para compreender como se torna uma questão sociológica, política e pública faz-se necessário o resgate histórico. Essa perspectiva é indispensável para compreendermos o processo de desenvolvimento desse tema e de como ele foi passando a ser central nas

elaborações políticas, tanto internamente como em âmbito internacional. Outra dimensão é perceber como a fome passa a ser compreendida como Insegurança Alimentar, favorecendo a articulação entre Estado e sociedade civil, tanto de países desenvolvidos, quanto para os países em desenvolvimento.

A questão da Segurança Alimentar e, em especial, o combate à fome no mundo vem a cada dia ganhando repercussões em vários segmentos da sociedade. Na América Latina, esse tema tem sido um eixo articulador de lutas e discussões tanto na sociedade civil e entre os movimentos sociais, rurais e urbanos, quanto nos estados, partidos políticos e governos, pautando o debate na arena pública entre esses sujeitos.

Convém destacar que esse não é o foco desta dissertação, mas cabe ressaltar que, no Brasil, o tema há muito vem sendo “complexificado e desnaturalizado”. Esta “antiguidade” ou herança na forma de tratar o tema, talvez possa ser apontada como um dos fatores que legitima o país como um dos sujeitos políticos chaves nas arenas internacionais em que surgem essas questões, bem como um grande proponente e implementador de políticas de combate a pobreza com o enfoque de erradicação da fome.⁶

Como referência dessa herança, não se pode esquecer Josué de Castro⁷ e sua importância, ao trazer a discussão da fome para o centro do debate político, que identifica esta como uma “calamidade social” e a coloca, como uma temática política e acadêmica, tanto no Brasil, quanto em arenas internacionais, já que foi secretário geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO e como tal, procurou problematizar a fome, discutindo-a como fruto das relações sociais, não mais como uma questão natural.

Inicia seu argumento a partir do questionamento do modelo de desenvolvimento que estava sendo adotado e seus efeitos nos países ditos subdesenvolvidos, sua relação com o aumento da pobreza no mundo e não com a solução. Para CASTRO (2003):

O subdesenvolvimento não é insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da

⁶ Em reportagem publicada no dia 13 de novembro de 2008, no jornal americano *The Christian Science Monitor*, sobre o Bolsa Família, o Brasil aparece como “exemplo de combate a pobreza para o mundo” (*The Christian Science Monitor*, 2008).

⁷ Josué Apolônio de Castro nasceu em Recife, em 1908, e morreu na França, em 1973. O ano de 2008 marca-se como o ano do centenário do nascimento de Josué de Castro. Em homenagem e comemoração, vários livros seus foram reeditados. Dentre suas principais obras podemos citar *Como homens e caranguejos* e *Geografia da fome*.

exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta. [...] A fome e a miséria em algumas regiões distantes fazem parte do custo social do seu próprio progresso, um progresso que a humanidade inteira paga para que o desenvolvimento econômico avance no pequeno número de regiões dominantes política e economicamente no mundo. (CASTRO, 2003, p. 137-138)

Como veremos a seguir, ao ganhar conteúdo político e virar tema de discussões que envolvem diversas áreas acadêmicas e esferas da vida pública, como Estado, sociedade civil, partidos políticos, organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas, dentre outros, a fome torna-se então uma questão de política pública, já que passa a ser vista como um “problema social”.

Percebida assim, a problemática da fome passa ser complexificada e incorpora primeiramente dimensões nutricionais, o que leva à construção do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Para compreender melhor essa questão e entender como estão relacionadas, será feito um breve resgate histórico do desenvolvimento do conceito de SAN no Brasil.

1.1 A construção do conceito de Segurança Alimentar

O debate sobre Segurança Alimentar e Nutricional tem evoluído consideravelmente no decorrer do tempo, fruto de diferentes contextos econômicos, sociais e políticos nos quais foi sendo trabalhado, mas sempre em diálogo com novas conjunturas, o que o torna um conceito “elástico”. Sempre ligada a questões sociais como a fome, pobreza ou desigualdades sociais, a questão da segurança alimentar e nutricional também vem sendo pautada por enormes disputas em torno da melhor definição a utilizar, principalmente no que diz respeito à elaboração de políticas públicas.

As primeiras discussões sobre o conceito de Segurança Alimentar surgem no período da I Guerra Mundial, em que assumia um significado estritamente ligado à auto-suficiência alimentar, em nível nacional, ou seja, à garantia estratégica de produção de alimentos para abastecer a população a fim de evitar crises provocadas por cercos militares ou boicotes políticos (ADAS, 2004). Assim, inicialmente o conceito estava ligado a uma estratégia militar, como capacidade de produzir e controlar a provisão de

alimentos para salvaguardar a segurança nacional. Excluía-se assim qualquer referência aos planos individual e familiar como também qualitativo, ou seja, nutricional.

Em 1943, aconteceu em Virgínia, nos Estados Unidos, a Conferência das Nações Unidas sobre Alimentação e Agricultura. Ela produziu uma declaração em que se afirmava, explicitamente, que a causa primeira da fome e da desnutrição era a pobreza, conclamando para o desenvolvimento de um poder de compra suficiente para uma dieta adequada para todos, embora insistindo também na insuficiência da produção de alimentos (MALUF, 2007).

O tema ganha relevância mundial com a criação da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), organismo que assume como missão principal aumentar os níveis de nutrição dos povos. Com a aprovação da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em 1948, a alimentação é consagrada como direito humano fundamental.

Em 1974, uma crise alimentar foi ocasionada por uma queda de abastecimento, no mundo, os estoques mundiais de alimentos diminuíram devido à quebra na produção em países como União Soviética, a Índia, a China e a Austrália; o processo elevou os preços dos alimentos acirrando a desigualdade entre os países pobres e ricos. Por isso, a FAO organizou a primeira *Cimeira Mundial da Alimentação* (CMA), da qual resulta um consenso sobre a necessidade de assegurar uma disponibilidade de alimentos suficiente para toda a população do globo, levando os líderes mundiais a aceitarem, pela primeira vez, a responsabilidade comum de acabar com a fome e a desnutrição.⁸

Não obstante, o entendimento sobre o conceito mantém o seu foco na capacidade de produção agrícola como forma de assegurar a disponibilidade e a estabilidade dos preços dos alimentos básicos aos níveis internacional e nacional (CLAY, 2002). Esta perspectiva criou também as bases para o fortalecimento da Revolução Verde como solução para erradicar a fome através do aumento generalizado da produção de alimentos. Em decorrência da intensificação da produção agrícola – por conta da mecanização e uso massivo de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) –, os estoques mundiais de alimentos efetivamente aumentaram; no entanto, apesar desse aumento da produção, os problemas da fome e insegurança alimentar não desapareceram, antes, agravaram-se, assim como se agravaram também os problemas ambientais e sociais decorrentes desse modelo produtivo (SOF, 2006, p. 36).

⁸ Desta Cimeira resulta a *Declaração Universal para Eliminação Definitiva da Fome e da Desnutrição*, aprovada por unanimidade pelos 130 países participantes.

No início da década de 1980, começa a enfraquecer a idéia de que a disponibilidade de alimentos resultante de incrementos na produção agrícola poderia resolver os problemas da fome. O foco da segurança alimentar começa a incidir mais sobre o lado da demanda, ou seja, sobre a capacidade de acesso aos alimentos pelos grupos mais vulneráveis. Seguindo esta tendência, a FAO e o Banco Mundial publicam trabalhos que marcam novo avanço no conceito contribuindo para que a abordagem da segurança alimentar no final da década se baseasse na disponibilidade de alimentos a nível nacional e regional e no acesso estável a nível local (FAO, 1983; BANCO MUNDIAL, 1986).

Em linhas gerais, verificamos que a abordagem da segurança alimentar se modificou bastante, principalmente após década de 1970, buscando incorporar várias dimensões e perspectivas.

Outra questão que complexifica a discussão conceitual é que o foco da abordagem da segurança alimentar passou a olhar também para o indivíduo e não apenas para o contexto nacional ou familiar. Esse foco leva a considerar pelo menos duas questões: i) a forma como a alimentação é distribuída dentro do agregado familiar, evitando o acesso desigual aos alimentos pelos diferentes membros da família. O enfoque é determinante para elaboração de políticas públicas que visam assegurar o acesso igual dos alimentos e garantir a segurança alimentar com uma perspectiva de gênero, pois é sabido que em comunidades tradicionais e pobres são sempre as mulheres que menos se alimentam, já que estas guardam, como parte de suas “funções” de mães e donas de casa, a responsabilidade pela alimentação e cuidado das crianças e dos idosos; e ii) a utilização biológica dos alimentos por parte dos indivíduos, levando em consideração a forma como os alimentos são assimilados pelo organismo e transformados em energia necessária para satisfazer as necessidades dietéticas mínimas (HODDINOTT, 1999).

A partir da década de noventa o conceito começa a incorporar outras dimensões como as componentes de nutrição, saúde, cultura e qualidade. Inicia-se assim uma discussão em que se busca problematizar que a disponibilidade e acesso ao alimento *per se* não são suficientes para garantir uma situação de segurança alimentar. Percebe-se que a composição e variedade da dieta, assim como a qualidade (química, biológica, física) e inocuidade dos alimentos são também determinantes fundamentais.

No início, o foco ficava apenas na disponibilidade como forma de garantir a oferta de alimentos básicos em níveis internacional e nacional. No segundo momento, outras dimensões foram sendo incorporadas, tais como: o acesso aos alimentos, a utilização

biológica dos alimentos, questões de saúde dos indivíduos, a educação alimentar e a inocuidade dos alimentos, a sustentabilidade, a estabilidade da produção e preferências alimentares relacionadas com questões culturais ou religiosas. Outro ponto fundamental foi o da incorporação de vários níveis e aspectos para análise (internacional, nacional, familiar, individual) para sua efetivação, bem como a sua relação direta com a satisfação de outras necessidades básicas e com as escolhas e preferências dos indivíduos, percebendo esta última como um dos direitos humanos fundamentais (TEIXEIRA, 2007, p. 45-47).

Em 1996, a FAO organiza a Cúpula Mundial de Alimentação (CMA), em Roma, agregando uma discussão qualitativa na ampliação do conceito para Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Nessa ocasião, chefes de Estados assumiram o compromisso erradicar a fome em todos os países. Para isso firmaram um objetivo imediato de reduzir, pela metade, o número de desnutridos, até o ano de 2015.

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, de forma permanente, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e saudável. (Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação, 1996)

Nesse momento, a discussão se dava em torno da falta de recursos para compra, em que a questão central era o acesso à alimentação como um direito individual, reafirmando o discurso da ineficiência de produção mundial. A declaração transcrita do relatório da Cúpula Mundial da Alimentação diz:

[...] o acesso à alimentação é um direito humano em si mesmo na medida em que a alimentação constitui-se no próprio direito à vida. Negar esse direito é, antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida. (Relatório da Cúpula Mundial da Alimentação, 1996).

Instituições internacionais – tais quais a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS), movimentos sociais, organizações da sociedade civil, instituições estatais em diversos países tomaram essa questão como indispensável ao se problematizar as discussões em torno do modelo de desenvolvimento que estava sendo aplicado. Assim, a ação dos Estados em fomentar políticas públicas em relação a esta temática, foi indispensável

para o reconhecimento da noção de Segurança Alimentar e para pautar o debate internacionalmente.

A FAO tornou-se uma das principais referências sobre o tema da segurança alimentar. Para a FAO o conceito de Segurança Alimentar *é o direito das pessoas em se alimentar em todos os momentos, ter uma alimentação que seja suficiente, segura e que atenda a necessidades nutricionais e preferências alimentares de modo a propiciar vida ativa e saudável* (FAO, 1997).

Apesar dessa definição, incorporar algumas questões que vieram sendo apresentadas ao longo da história, ela deixa várias aberturas para tornar o conceito polissêmico, uma vez que não faz referência à questão da alimentação como um direito fundamental de forma explícita, nem define de forma clara as condições de garantia da disponibilidade dos alimentos, abrindo assim as portas para a perspectiva neoliberal, a qual pretende subordinar a agricultura e a segurança alimentar às leis do mercado.

Por essa razão, o seu marco conceitual não mudou quando as negociações agrícolas foram integradas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Podemos enquadrar isto no que DAGNINO (2006) identifica como a confluência perversa:

Esta confluência designaria o encontro entre, de um lado, os projetos democratizantes que se constituíram no período da resistência contra os regimes autoritários e continuaram no avanço democrático e, de outro lado, os projetos neoliberais que se instalaram, com diferentes ritmos e cronologias, a partir do final dos anos 80. A perversidade se localizaria no fato de que, apontando em direções opostas e até antagônicas, os dois conjuntos de projetos utilizam um discurso comum. (DAGNINO, 2006, p.16)

Outra crítica que se pode apontar é que essa noção não define em que condições se devem estimular a produção de alimentos, abrindo as portas para o desenvolvimento e fortalecimento do agronegócio e marginalizando a agricultura de base familiar. O foco de sua ação está na compra e acesso de alimentos como direito individual à alimentação, sem problematizar a produção e a manutenção da monocultura e grandes latifúndios, a comercialização e o monopólio desta, a produção para a exportação e a dependência de países, as relações e condições de reprodução das famílias camponesas etc. Dessa forma, a promoção da segurança alimentar esbarra na satisfação de outras necessidades básicas. É a partir deste entendimento que iniciamos o debate no Brasil.

A complexidade da definição do conceito de Segurança Alimentar que assuma todas as perspectivas e níveis de análise é um consenso entre os estudiosos e elaboradores de políticas públicas. Maxwell e Smith advertem que não é útil, nem é provavelmente possível, formular uma definição que englobe todas as perspectivas que caracterizam a segurança alimentar (MAXWELL e SMITH, 1992); a mesma preocupação é manifestada por MALUF (2007) a propósito da construção da noção no Brasil, quando afirma que a incorporação de outros adjetivos que resultaram das dinâmicas políticas e sociais que deram origem à expressão “Segurança Alimentar e Nutricional”, adjetivadas como “sustentáveis” ou “equitativas” tornariam a noção de difícil uso e aplicação.

Dessa forma a noção foi incorporando um conjunto de exigências, mostrando sua complexidade, tanto na definição conceitual, quanto em sua aplicação como política pública. Na concepção da FAO, as seguintes quatro dimensões assumem destaque particular na abordagem da segurança alimentar: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade (FAO, 2006).

a) A *dimensão da disponibilidade* refere-se à existência de uma quantidade suficiente de alimentos, de qualidade adequada, para atender às necessidades de consumo da população e que é fornecida pela produção doméstica, por importações ou em ajuda alimentar; para estimar a disponibilidade é necessário levar em conta as perdas pós-colheita e as exportações de alimentos.

b) A *dimensão do acesso* refere-se à capacidade dos indivíduos para adquirir alimentos apropriados a uma dieta nutritiva por meio de recursos adequados. A falta de acesso pode ser determinada por razões econômicas – quando as pessoas não conseguem produzir os seus próprios alimentos nem comprá-los no mercado (por falta de rendimentos); ou por razões físicas – quando simplesmente não existem alimentos disponíveis onde são necessários para consumo.

c) A *dimensão de utilização* refere-se ao ato de alimentação em si mesmo e ao uso que o organismo faz dos alimentos com vista ao cumprimento dos requisitos nutricionais mínimos. Relaciona-se por isso com os hábitos alimentares, incluindo o processo de escolha e preparação dos alimentos e sua distribuição no interior do agregado familiar. Diz também respeito à utilização dos alimentos através de uma dieta adequada, variada e balanceada, incluindo água potável, condições de saneamento e cuidados em saúde adequados para atingir um estado de bem-estar nutricional em que todas as necessidades fisiológicas são satisfeitas.

d) A *dimensão da estabilidade* refere-se ao acesso permanente a uma alimentação adequada a fim de evitar condições de insegurança alimentar; atinge-se mantendo mínima a probabilidade de queda do consumo por deficiência de abastecimento devido a variações na oferta.

No entanto, para além dessas quatro dimensões, outras devem ser consideradas. A *dimensão espacial*, que se refere ao nível de análise considerado: Macro (mundial, regional, nacional); Meso (comunitário, de província, distrito ou cidade); e Micro (familiar, individual) (WEINGARTNER, 2005). A *dimensão temporal* que se refere à estabilidade em termos de disponibilidade, acesso e consumo dos alimentos. A *dimensão de segurança dos alimentos (food safety)* garantindo qualidade (física, química e biológica) e segurança em termos de sanidade e inocuidade para evitar riscos de contaminação de doenças pela alimentação (FAO, 2002). A *dimensão cultural* que evidencia o caráter antropológico da alimentação salvaguardando as especificidades culturais de cada povo, em termos de costumes, tradições ou credos religiosos que se manifestam no consumo de alimentos. A *dimensão de sustentabilidade* que se refere, sobretudo, ao processo de produção de alimentos a fim de evitar os custos ambientais resultantes do rápido crescimento da produção agrícola, na maior parte dos casos através de métodos depredadores do ambiente e da biodiversidade.

1.2 Segurança Alimentar e seu enfoque brasileiro: Segurança Alimentar e Nutricional

O conceito de SAN foi apropriado por agentes no Brasil, e a sua compreensão não pode ser desconectada de sua compreensão histórica, política e social, pois, como aponta MALUF (2007),

o emprego da noção de segurança alimentar justifica-se, apenas, no contexto histórico no qual a disponibilidade e o acesso aos alimentos se converteram numa questão de segurança das populações e dos Estados a ser promovida por meio da adoção sistemática e permanente de políticas públicas.

O Brasil guarda uma longa tradição na discussão e na luta pela segurança alimentar. Desde Josué de Castro até o lançamento do programa Fome Zero uma longa

jornada foi construída e disputada pelos diversos atores que estão nesse campo, tanto no âmbito nacional quanto no internacional.

Em meados da década de 1980, no bojo do processo de democratização,⁹ surgem iniciativas decisivas, sobretudo relacionadas com a mobilização e participação popular, que marcam o enfoque de SAN contemporâneo. A primeira vez que o objetivo da segurança alimentar aparece como um dos elementos definidores de uma proposta política de abastecimento alimentar é no ano de 1986 quando, a convite do Ministério da Agricultura, uma equipe de técnicos formula o documento *Segurança alimentar – proposta de uma política contra a fome*. Embora tenha conseguido poucas consequências práticas (MALUF, MENEZES e VALENTE, 1996, p. 67). Como discutem os autores, até essa altura a utilização da noção de segurança alimentar se limitava apenas a avaliar o controle da situação nutricional dos indivíduos, particularmente a desnutrição infantil, através da Vigilância Alimentar e Nutricional.

Para MALUF (2006, p. 15)

o Brasil não construiu uma política nacional de SAN, de fato, abdicou de fazê-lo a partir do final dos anos 80, ao mesmo tempo em que foram sendo desmontados instrumentos de políticas públicas, principalmente, os relacionados com o crédito e a regulação do mercado.

A mobilização social intensifica-se na década de 1990, altura em que ocorreram várias iniciativas que colocam o combate à fome e a promoção da segurança alimentar definitivamente na agenda política do governo (PESSANHA, 2002). De acordo com a autora, em 1991, o “Governo Paralelo” – uma iniciativa do Partido dos Trabalhadores (PT) liderada por Lula –, lançou uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar trazendo a SAN e o conteúdo das suas políticas para o campo da luta político-partidária.

Durante o governo Collor (1990-92) surge o Movimento pela Ética na Política – que mais tarde levaria ao *impeachment* do próprio presidente –, colocando o combate à

⁹ Vale referir que, no caso particular do Brasil, a sociedade civil foi profundamente marcada pela experiência autoritária do Regime Militar (1964–1985), experimentando um significativo ressurgimento apenas a partir da década de 1970 e consolidando-se com a abertura manifestada pela Constituição de 1988. Como lembra DAGNINO (2002), com a volta da vigência das instituições democráticas formais básicas – eleições, livre organização político-partidária, liberdade de imprensa –, a sociedade civil avança definitivamente para o processo de construção democrática, o que contribuiu para explicitar os diferentes projetos políticos que se definiam e expressar visões diferenciadas no seio da sociedade. Para um aprofundamento do tema sobre o processo de construção democrática na América Latina veja-se, por exemplo, DAGNINO, OLVERA e PANFICHI (2006).

fome como uma das suas principais prioridades (A proposta do “Governo Paralelo” foi aceita posteriormente pelo governo Itamar Franco (1992-95), levando também à instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em 1993. (MALUF, MENEZES e VALENTE, 1996) Este conselho, vinculado à Presidência da República, assume funções de articulação dos vários organismos do governo em conjunto com a participação da sociedade civil. É neste contexto que surge a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, movimento social fortemente impulsionado pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), que mobilizou milhares de pessoas e amplos setores da sociedade brasileira sob o lema “A fome não pode esperar”, criando milhares de comitês de solidariedade espalhados pelo país (MALUF, MENEZES e VALENTE, 1996).

Em julho de 1994, realiza-se em Brasília a primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSAN) com o apoio do CONSEA, que contou com cerca de duas mil pessoas provenientes de todos os estados do Brasil. Em termos políticos, a conferência estabelece a *Declaração em Defesa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar* e o documento programático *Condições e requisitos para a segurança alimentar e propostas para uma política de segurança alimentar* (CONSEA, 1994).

Contudo, a experiência do CONSEA foi muito curta e teve êxitos limitados, durando apenas até o fim de 1994. Em 1995, o novo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) lança o programa Comunidade Solidária, pretendendo articular e coordenar as ações do governo na área social através de uma ação conjunta e integrada das diferentes instâncias governamentais com a colaboração da sociedade (PESSANHA, 2002).

A retomada dessa questão na agenda política, no início dos anos 2000, está relacionada com estes dois fatores: por um lado, o agravamento da situação de pobreza e vulnerabilidade das famílias, em particular nas grandes cidades, situação aprofundada pela crise econômica e pelo aumento do desemprego no final da década de 1990; por outro, as iniciativas dos organismos internacionais (FAO, ONU e Banco Mundial) que passaram a desenvolver ações mais coordenadas de combate à pobreza e segurança alimentar (BELIK, SILVA e TAKAGI, 2001).

Em 2001, é lançado publicamente pelo Instituto da Cidadania o documento *Projeto Fome Zero – Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil*, base do atual programa Fome Zero, elaborada com ampla participação de ONGs, movimentos sociais, sindicatos, institutos de pesquisa e diversos especialistas. Este

documento, cuja apresentação vem assinada por Lula, assume a alimentação como um direito humano e apresenta uma proposta conjugada de políticas estruturais (redistribuição de renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária), com políticas de caráter emergencial ou compensatórias.¹⁰ (Projeto Fome Zero, 2001) Em termos institucionais, o projeto propõe que essa política esteja diretamente vinculada à Presidência da República, para além de solicitar a reposição do CONSEA, que viria a acontecer dois anos depois com a primeira eleição do governo Lula. Segundo MALUF (2006):

A partir de 2003, o Brasil ingressou num novo período de construção de uma agenda pública de SAN cuja conversão numa política nacional depende, porém, da apropriação pelos governos e pela sociedade civil do enfoque da SAN que vem sendo formulado no país [...] As três vias principais da recente construção da agenda de SAN no Brasil são o Fome Zero e programas afins implementados pelo Governo Federal e demais esferas de governo. O Conselho Nacional de SAN (CONSEA) e seus congêneres estaduais, e as proposições, projetos e outras iniciativas oriundas das organizações da sociedade civil, dos movimentos e redes sociais. (p.15)

Para BELIK e DEL GROSSI (2003), o programa Fome Zero inovou ao estabelecer um desenho híbrido que garante o direito universal à alimentação, ao mesmo tempo em que dirige esforços para dar resposta às demandas estabelecidas por áreas geográficas prioritárias, tendo por base três objetivos principais: i) avaliar a situação dos programas de combate à fome diante dos compromissos firmados pelo país na CMA de 1996; ii) retomar a mobilização da sociedade em torno do tema da segurança alimentar; e ii) envolver governos federal, estaduais, municipais, ONGs e sociedade civil em uma proposta factível para combater a fome.

Atualmente, o programa Fome Zero é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e consiste em mais de trinta

¹⁰ Esse projeto propôs também um conjunto de ações para acompanhar suas políticas: Ações Estruturais (Geração de Emprego e Renda, Previdência Social universal, Incentivo à Agricultura Familiar, Alfabetização de Adultos, intensificação da Reforma Agrária, Bolsa Escola e Renda Mínima), Ações Específicas (Programa Cupom de Alimentação, doações de cestas emergenciais, manutenção de estoques de segurança, segurança e qualidade dos alimentos, ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador, combate à desnutrição infantil e materna, Ampliação da Merenda Escolar, Educação para o Consumo e Educação Alimentar), e Ações Locais (em áreas rurais – Apoio à Agricultura Familiar e Produção para Autoconsumo; em pequenas e médias cidades – Banco de Alimentos, parceira com varejistas, modernização dos equipamentos de abastecimento, novo relacionamento com supermercados, Agricultura Urbana; em metrópoles – Restaurantes Populares, Banco de Alimentos, parcerias com varejistas, modernização dos equipamentos de abastecimento, novo relacionamento com as redes de supermercados) (PROJETO FOME ZERO, 2001).

programas complementares divididos em quatro eixos articuladores: Eixo 1 – Acesso aos alimentos; Eixo 2 – Fortalecimento da Agricultura Familiar; Eixo 3 – Geração de Renda; Eixo 4 – Articulação, Mobilização e Controle Social.¹¹ O programa tem sido assumido como um conceito em evolução, cuja definição ainda está por se consolidar no interior do tripé formado pela erradicação da fome, enfrentamento da miséria e desigualdade social e promoção da SAN, havendo, contudo que diferenciar os enfoques correspondentes a fim de adequar e coordenar os instrumentos de implementação e monitoramento das suas ações e políticas públicas (MALUF, 2007, p. 93).

Como fruto desta história de lutas, acontece em Olinda (PE), em março de 2004, a II CNSAN, gerando ampla discussão na sociedade civil e retomando algumas questões que estão na base da abordagem de SAN hoje utilizada no Brasil.

Antes de evoluir na discussão, convém ressaltar o que vem a ser Segurança Alimentar e Nutricional. Tomar-se-á como referência o documento base que valida esse conceito amplamente discutido e consagrado na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), e que por sua vez, reafirmou-se na III CNSAN realizada em Fortaleza, em julho de 2007, que contou com o envolvimento de mais de setenta mil pessoas em todo o seu processo. Com o lema “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional” (CONSEA, 2007).

Segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a uma alimentação saudável, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Deve ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse é um direito do brasileiro, um direito de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região. (CONSEA, 2007, p. 7)

Esse conceito, ainda em construção, se fez legítimo quando foi sancionada a Lei Nº 11.346, de 15 de setembro 2006, que determinou a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O Art. 3º dessa lei reafirma:

¹¹ Alguns exemplos desses programas são: Eixo 1 (Bolsa Família, Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos, Cisternas, Alimentação Escolar); Eixo 2 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar); Eixo 3 (Qualificação social e profissional, Organização produtiva de comunidades, Microcrédito produtivo orientado); Eixo 4 (Mutirões e doações, Parcerias com empresas e outras entidades, Casa das famílias). Para informações detalhadas sobre estes e outros programas consulte www.fomezero.gov.br. Para além das referências citadas, algumas análises e reflexões sobre o programa Fome Zero podem ser encontradas, entre outros, em SILVA, BELIK e TAKAGI (2002), YASBECK (2004), FREI BETTO (2004), FAO (2006) ou TAKAGI, DEL GROSSI e SILVA (2006).

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006)

A III CNSAN lança novos desafios e novas prioridades,¹² tanto para a implementação do SISAN como em direção à tão almejada Política Nacional de SAN e reafirmou que o objetivo da SAN

implica na concepção de desenvolvimento sócio-econômico que questiona os componentes do modelo hegemônico no Brasil que são geradores de desigualdade, pobreza e fome e com impactos negativos sobre o meio ambiente e a saúde.¹³

Para BELIK e TAKAGI (2006) a política de segurança alimentar busca garantir o direito básico à alimentação e busca atender às pessoas com insegurança alimentar. Utilizar o conceito de segurança alimentar traz consigo uma ação politizadora, isto é, amplia a cidadania, favorecendo a superação da herança paternalista, evitando assim as oscilações típicas de programas compensatórios.

Enquanto elemento básico da existência humana, a promoção da SAN recai no plano dos direitos fundamentais como expressão do direito humano à alimentação, na medida em que a condição humana do indivíduo não lhe permite, independentemente da sua vontade, abdicar da alimentação enquanto necessidade básica à vida (VALENTE, 2002).

Como demonstrado, a discussão sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) vem ocupando de forma crescente a agenda pública no Brasil. A mobilização social, a intensa participação da sociedade civil, a criação de espaços públicos como conselhos e

¹² Das deliberações finais da conferência resultaram seis diretrizes integradoras dos diferentes setores de governo e da sociedade civil: i) promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável; ii) estruturar sistemas justos, de bases agroecológicas e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos; iii) instituir processos permanentes de educação e capacitação em SAN e DHAA; iv) ampliar e coordenar as ações de SAN para povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais; v) fortalecer as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de SAN; vi) promover a soberania e segurança alimentar e nutricional em âmbito internacional. (Declaração final da III CNSAN)

¹³ III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). *Relatório final*. Fortaleza (CE), 2007.

conferências são reflexos e refletem este processo. A implementação do programa Fome Zero, em 2003, se configurou como um fator preponderante nesse processo.

Segundo MALUF (2006, p. 16), no Brasil, o enfoque de SAN apresenta duas peculiaridades, a seguir: i) estabeleceu-se a conexão entre o objetivo da SAN e as estratégias de desenvolvimento adotadas no país de modo a retirar aquele objetivo do campo das políticas, meramente compensatórias e ii) a ênfase conferida ao requisito da intersectorialidade das ações e programas públicos em razão das múltiplas dimensões envolvidas pela questão alimentar que interagem entre si. Eles requerem que os diversos setores do governo e os segmentos sociais construam, de forma conjunta e pactuada, projetos integrados destinados a alcançar um objetivo mais amplo como a SAN.

A intersectorialidade é um ponto que vale a pena melhor compreender para a efetivação de uma política de SAN no Brasil. Para tanto, a declaração feita pelo presidente Lula, em janeiro de 2003, na cerimônia de lançamento institucional do Programa Fome Zero e instalação do CONSEA,¹⁴

O Fome Zero envolve praticamente todos os ministérios, os governos estaduais, as prefeituras municipais, as entidades da sociedade civil organizada, as empresas e a população. Todos terão um papel a desempenhar nesse histórico desafio.

Esse se torna um grande desafio, pois o Estado e seu aparato não está preparado para incorporar em sua cultura burocrática esta perspectiva, bem como modificar políticas públicas que seguem a lógica do modelo dominante,¹⁵ como nos aponta MALUF (2006, p. 25-26).

No tocante à promoção da intersectorialidade das ações e políticas por meio de ações e programas integrados, com envolvimento da sociedade civil, um dos principais desafios se localiza na conjunção dos programas de garantia de acesso à alimentação por meio da transferência de renda e outras ações, com programas que ampliem a capacidade de existência autônoma da população e promovam a qualidade de vida. O desafio da intersectorialidade diz respeito, também, à limitada conexão entre programas de alimentação e o estímulo a agricultura familiar e ao agroextrativismo, a reforma agrária e o apoio às formas agroecológicas de produção.

¹⁴ Discurso do presidente Lula da Silva na cerimônia de lançamento do Fome Zero, janeiro de 2003.

¹⁵ Voltaremos a esta discussão adiante.

A participação social é também um requisito de construção da intersetorialidade (MALUF, 2007), sendo fundamental, nesse âmbito, a intensificação dos esforços de constituição de espaços institucionais – como fóruns, redes, conselhos ou outras articulações – que funcionem como espaços de negociação para gerar concertação entre atores diferenciados.

Por isso mesmo, a SAN necessita de ações conjuntas e coordenadas com a participação da sociedade nos processos de formulação, implementação e monitoramento das políticas, o que implica envolver as várias esferas de governo e os atores sociais presentes promovendo um maior controle social.

Neste sentido, a discussão que vem se estabelecendo em torno da construção de uma política de SAN e sua efetivação amplia sua compreensão para outras questões, ou seja,

não apenas nutricional, mas no âmbito de sua sustentabilidade socioeconômica, política de saúde e nutrição, englobando numa única noção – Segurança Alimentar e Nutricional – duas dimensões, de fato inseparáveis, que são a disponibilidade de alimentos e a qualidade desses alimentos. (MALUF, 2007, p. 18)

Como apresentado, o conceito de SAN busca se concretizar a partir de ações e políticas públicas do Estado e da sociedade civil. Porém há outra questão que o desenvolvimento do conceito nos mostra; deve haver vontade política para que a SAN seja implementada e se concretize num projeto político, social, cultural, econômico de transformação da realidade.

O que estudos mostram¹⁶ é que a realidade de insegurança alimentar, com suas manifestações mais graves – a fome e a desnutrição –, embora tenham diminuído, ainda são realidades presentes em nosso país. A partir deste consenso (mesmo assumindo as divergências metodológicas)¹⁷, iremos apresentar o estado da fome no Brasil, para que possamos ter uma melhor compreensão dos limites e obstáculos a efetivação de uma política de SAN.

¹⁶ Para saber mais, buscar em MALUF (2006), IPEA (2002), INCRA/FAO (2000).

¹⁷ Diante das discrepâncias dos dados, os institutos de pesquisas e os pesquisadores concordam no seguinte aspecto: a metodologia empregada para caracterizar o perfil de famintos merece melhor análise. Há quem defenda que a melhor forma de garantir os números reais e fidedignos da população faminta no Brasil seria o emprego de métodos diretos de avaliação. Sendo que o mais indicado seriam os chamados estudos antropométricos — que levam em consideração o peso, a estatura e a idade das pessoas. *In* TEIXEIRA, 2007a, p. 31.

1.3 Contexto brasileiro: estado da fome no Brasil e a discussão sobre Segurança e Soberania Alimentar

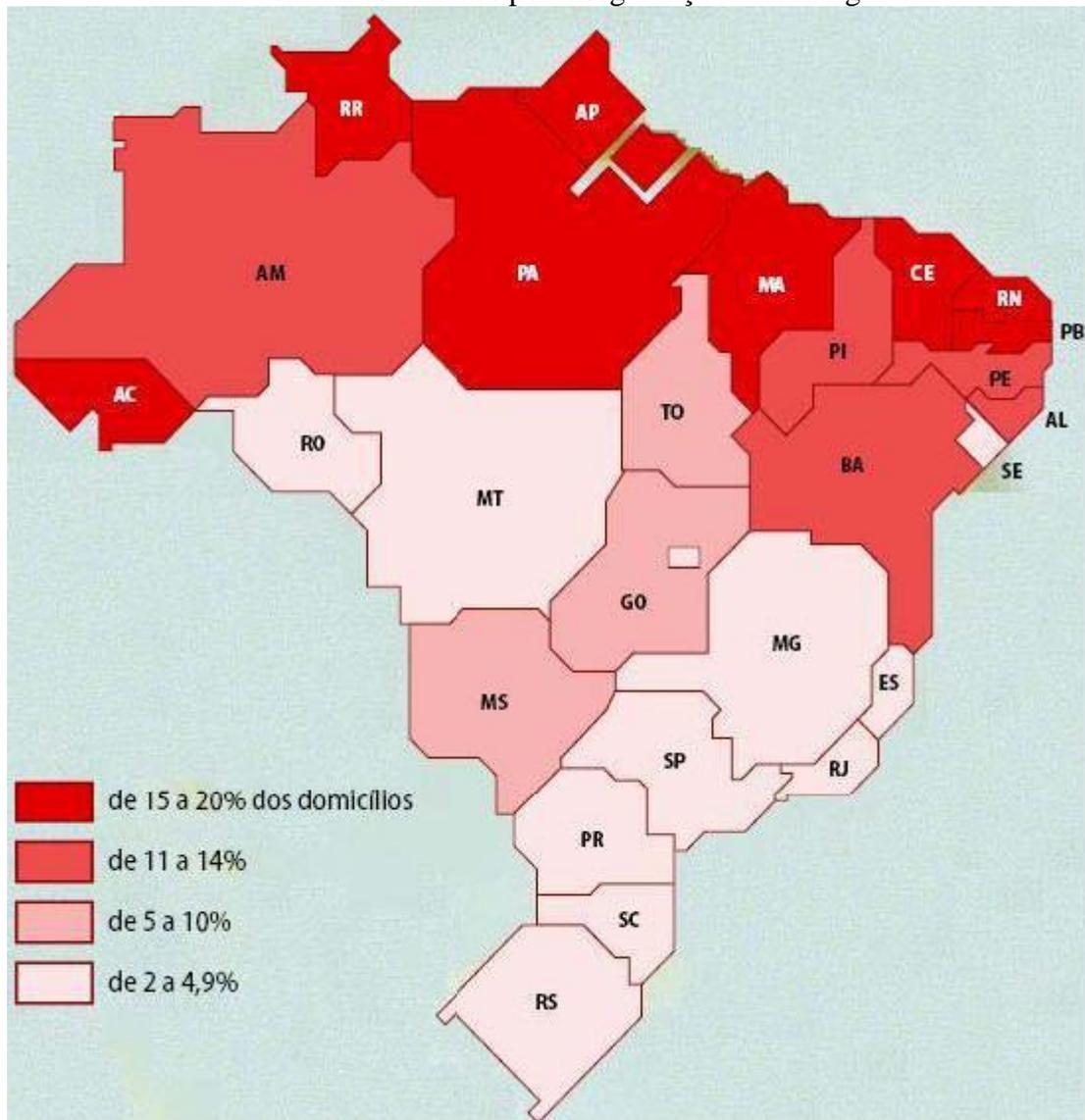
Seguindo os dados oficiais, o mais recente estudo que caracteriza a situação de fome no Brasil é o apresentado no suplemento especial publicado na Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) realizada em 2004 (IBGE, 2006). Este levantamento das famílias em situação de (in)Segurança Alimentar e Nutricional foi o primeiro a ser realizado em todo o território nacional. Esse suplemento especial da PNAD estabelece os seguintes critérios de classificação:

- a) Segurança Alimentar (SA): quando todos os integrantes da família têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas;
- b) Insegurança Alimentar (IA): quando ao menos um integrante se preocupou com falta de dinheiro para comprar comida (leve); perdeu qualidade na dieta por falta de dinheiro (moderada); reduziu a quantidade de alimentos por falta de dinheiro (grave).

Os números mostram que 13,921 milhões de brasileiros e brasileiras vivem com a realidade de IA grave, significa 7,7% da população. Ainda, 72,163 milhões (39,8%) encontram-se em situação IA de leve a moderada.¹⁸ Os dados da PNAD (IBGE, 2006), revelam ainda que no meio rural encontra-se a maior prevalência domiciliar de IA moderada ou grave e, também, a maior proporção de população vivendo nessa condição. Enquanto na área urbana 11,4 % dos domicílios encontram-se em condição de IA moderada e 6% grave; no meio rural as prevalências são 17% e 9%, respectivamente. A pesquisa mostra ainda que cerca de 9,5 milhões de pessoas moradoras em áreas rurais vivem em domicílios com restrição quantitativa de alimentos, ou seja, em IA moderada ou grave e 3,4 milhões delas convivem com a experiência de fome. Com base nos resultados foi publicado o seguinte mapa da fome no Brasil (Figura 1).

¹⁸ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004.

Figura 1. Estados com mais pessoas que residem em domicílios afetados por insegurança alimentar grave.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004.

Outro relatório do Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola (FIDA) (2006), uma entidade ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), cita que quase 80% dos habitantes rurais no Brasil, cerca de 30 milhões de pessoas, vivem em condições de pobreza. Para essa entidade, em muitos aspectos, os habitantes do meio rural são mais desfavorecidos do que os pobres que vivem nas áreas urbanas, dadas as deficientes instalações de educação e saúde e os sistemas de água e saneamento – geralmente inadequados nas áreas rurais – além do acesso limitado à tecnologia e infraestrutura.

Os movimentos sociais, principalmente os do campo, passaram a discutir a questão do direito à alimentação e à segurança alimentar de uma perspectiva para além do direito individual de acesso a alimentos, mas redefinindo e ampliando essas noções. A discussão se desenvolve a partir de redefinição política dos novos sujeitos sociais, tais como sociedade civil e movimentos sociais, quando passam a incorporar em seus projetos políticos a necessidade problematizar a lógica do modelo de produção, a forma de comercialização, a elaboração e implementação de políticas públicas, as suas próprias relações com o Estado como também as relações sociais que reproduzem a dominação de gênero e etnias, dentre outras.

Esse questionamento e a incorporação dessas dimensões, levam a uma politização do conceito de segurança alimentar e nutricional e apresentam uma necessidade de problematizá-la ainda mais, pois, como afirma MALUF (2007), a SAN é um objetivo de ações e políticas públicas subordinado a dois princípios que são o “direito humano à alimentação adequada e saudável e a soberania alimentar”.

A subordinação do enfoque brasileiro da SAN a esses dois princípios constitui a principal característica da abordagem que vem sendo desenvolvida e implementada no Brasil, tanto no nível de políticas públicas e ações do Estado, como projetos e programas da sociedade civil e movimentos sociais.

Ao inscrever-se no campo dos direitos universais, a SAN refere-se à garantia do direito de todo o indivíduo estar seguro em relação aos alimentos e alimentação nos aspectos da suficiência (proteção contra a fome e desnutrição), qualidade (prevenção de males associados com a alimentação) e adequação (apropriação às circunstâncias sociais, ambientais e culturais) (MALUF, 2007, p. 20). Por outro lado, considerando que os países estão inseridos numa ordem internacional, surge inevitável incorporar uma questão de soberania à definição das políticas de SAN, o que requer o exercício soberano de políticas relacionadas com os alimentos e alimentação que não comprometam a soberania de outros países (MALUF, 2007, p. 22-23).

Buscamos neste trabalho discutir o processo de construção da Soberania Alimentar, como é compreendida, seus atores políticos e institucionais, como o Estado, as suas instâncias, a sociedade civil, e como vem sendo incorporada como projeto político, quais os embates no processo de luta e arenas de disputa, quais são os principais desafios para sua efetivação.

2 A noção de Soberania Alimentar

*“Bebida é água
Comida é pasto
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?
A gente não quer só comida,
A gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida,
A gente quer saída para qualquer parte.
A gente não quer só comida,
A gente quer bebida, diversão, balé.
A gente não quer só comida,
A gente quer a vida como a vida quer.”*

(Arnaldo Antunes, Marcelo Frommer e Sérgio Brito)

Conforme o apresentado, a discussão no Brasil em torno do conceito de SAN e na construção de uma política nacional de SAN nos leva necessariamente a buscar compreender qual o significado da Soberania Alimentar e como ela vem sendo disputada e construída como princípio norteador da SAN.

Será adotada, para eixo condutor de análise, a discussão que vem sendo apresentada pela Via Campesina,¹⁹ que, desde 1996, consolida-se como uma das articulações responsáveis pela ampliação do conceito e de sua legitimação em âmbito internacional, não só como pauta de reivindicação frente aos governos, mas como ideia força lhe permitiu a ampliação de suas lutas políticas no campo de suas articulações internacionais e redefinições de agendas de luta.

A noção defendida pela Via Campesina propicia a necessidade de articular diversas dimensões que se relacionam com a produção de alimentos e bens, a reprodução da vida humana e da sustentabilidade do planeta.

¹⁹ A Via Campesina é uma rede internacional de movimentos sociais que data de 1993 e que despontou como ator transnacional significativo em 1996, durante a Assembleia Global sobre Segurança Alimentar (AGFA), realizada pela FAO, em Quebec, Canadá, tendo conquistado a atenção do público em geral, durante o antológico encontro da OMC realizado em Seattle, em 1999. (DESMARAI, 2003a; EDELMAN, 2003). A estrutura atual da rede de movimentos sociais está subdividida em oito diferentes regiões, assim: África, América do Norte, América do Sul, leste e sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América Central, Cuba-Caribe e Europa. Atualmente, a Via Campesina, congrega 130 grupos e movimentos sociais distribuídos por quase todos os continentes e que representam organizações e movimentos sociais com os perfis mais diferenciados. Dentre estes constam pequenos proprietários, “sem terra”, pastores, indígenas, mulheres e despejados por barragens. No Brasil, a Via é composta pela Comissão Pastoral da Terra (CPT); Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); Movimento de Atingidos por Barragens (MAB); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento de Pequenos Agricultores (MPA); Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Pastoral da Juventude Rural (PJR).

Soberania Alimentar é o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...] . A Soberania Alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos. (Declaração do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar. Havana, 2001. *In* MALUF, 2007, p. 13)²⁰

²⁰ Por todo lo anterior, los participantes en el Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria declaramos:

1. La soberanía alimentaria es la vía para erradicar el hambre y la malnutrición y garantizar la seguridad alimentaria duradera y sustentable para todos los pueblos Entendemos por soberanía alimentaria el derecho de los pueblos a definir sus propias políticas y estrategias sustentables de producción, distribución y consumo de alimentos que garanticen el derecho a la alimentación para toda la población, con base en la pequeña y mediana producción, respetando sus propias culturas y la diversidad de los modos campesinos, pesqueros e indígenas de producción agropecuaria, de comercialización y de gestión de los espacios rurales, en los cuales la mujer desempeña un papel fundamental.

2. La soberanía alimentaria favorece la soberanía económica, política y cultural de los pueblos.

3. La soberanía alimentaria de los pueblos reconoce una agricultura con campesinos, indígenas y comunidades pesqueras, vinculada al territorio; prioritariamente orientada a la satisfacción de las necesidades de los mercados locales y nacionales; una agricultura que tome como preocupación central al ser humano; que preserve, valore y fomente la multifuncionalidad de los modos campesinos e indígenas de producción y gestión del territorio rural. Asimismo, la soberanía alimentaria supone el reconocimiento y valorización de las ventajas económicas, sociales, ambientales y culturales para los países de la agricultura en pequeña escala, de las agriculturas familiares, de las agriculturas campesinas e indígenas.

4. Nos pronunciamos por el reconocimiento de los derechos, autonomía y cultura de los pueblos indígenas de todos los países como condición ineludible para combatir el hambre y la malnutrición y alcanzar el derecho a la alimentación para su población. La soberanía alimentaria implica el reconocimiento a la multiétnicidad de las naciones y el reconocimiento y valorización de las identidades de los pueblos originarios. Esto implica, además, el reconocimiento al control autónomo de sus territorios, recursos naturales, sistemas de producción y gestión del espacio rural, semillas, conocimientos y formas organizativas. En este sentido, apoyamos las luchas de todos los pueblos indígenas y negros del mundo y nos pronunciamos por el respeto irrestricto a sus derechos.

5. La soberanía alimentaria implica, además, la garantía al acceso a una alimentación sana y suficiente para todas las personas, principalmente para los sectores más vulnerables, como obligación ineludible de los Estados Nacionales y el ejercicio pleno de derechos de la ciudadanía. El acceso a la alimentación no debe ser considerada como una compensación asistencialista de los gobiernos o una caridad de entidades públicas o privadas, nacionales o internacionales.

A partir dessa elaboração e sistematização é que a noção de Soberania Alimentar passa a ser um princípio político dos movimentos sociais, fortalecendo a sua relação com a sociedade civil, com organizações não-governamentais, governamentais e movimentos sociais urbanos e rurais, tornando-se um instrumento de articulação e aglutinação desses diversos atores políticos e redes,²¹ “forçando” a democratização da esfera pública.

O conceito de Soberania Alimentar foi apresentado pela Via Campesina, a articulação internacional dos camponeses, durante a Conferência Mundial sobre a Alimentação (em comemoração aos 50 anos da FAO), em Roma, 1996, para propor outro princípio de construção da lógica da produção e do comércio internacional de alimentos, desafiando a concentração de poder do sistema

6. La soberanía alimentaria implica la puesta en marcha de procesos radicales de reforma agraria integral adaptados a las condiciones de cada país y región, que permitan a los campesinos e indígenas -considerando a las mujeres en igual de oportunidades- un acceso equitativo a los recursos productivos, principalmente tierra, agua y bosque, así como a los medios de producción, financiamiento, capacitación y fortalecimiento de sus capacidades de gestión e interlocución. La Reforma Agraria, en primer lugar, debe ser reconocida como una obligación de los Estados Nacionales donde este proceso es necesario en el marco de los derechos humanos y como una eficiente política pública de combate a la pobreza. Dichos procesos de reforma agraria deben estar controlados por las organizaciones campesinas -incluyendo el mercado de los arriendos-, garantizarlos derechos individuales de los productores con los colectivos sobre los terrenos de uso común y articulados con políticas agrícolas y comerciales coherentes. Nos oponemos a las políticas y programas de mercantilización de la tierra promovidas por el Banco Mundial en sustitución de verdaderas reformas agrarias y aceptadas por los gobiernos.

7. Apoyamos la propuesta presentada por organizaciones de la sociedad civil, en 1996, para que los referidos Estados elaboren un Código de Conducta sobre el Derecho Humano a la Alimentación adecuada, que sirva efectivamente como instrumento para la implementación y promoción de este derecho. El derecho a la alimentación de los pueblos, incluido en la declaración de los Derechos Humanos y ratificado en la Cumbre Mundial de Alimentación en Roma, en 1996, por los Estados miembros de la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO).

8. Proponemos la ratificación más rápida y la aplicación por un mayor número de países del Pacto sobre los derechos económicos, sociales y culturales adoptado por la Asamblea General de las Naciones Unidas en 1966.

9. En defensa del principio del derecho inalienable de los pueblos a la alimentación, proponemos la adopción por las Naciones Unidas de una Convención Mundial de Soberanía Alimentaria y Bienestar Nutricional, a la cual se subordinen las decisiones tomadas en los campos de comercio internacional y otros dominios.

10. El comercio alimentario internacional debe estar subordinado al propósito supremo de servir al ser humano. La soberanía alimentaria no significa autarquía, autosuficiencia plena o la desaparición del comercio agroalimentario y pesquero internacional. Declaración Final del

Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria. La Habana, Cuba, 7 de septiembre del 2001.

²¹ “A noção de Soberania Alimentar está se tornando importante referência aglutinadora no âmbito internacional para vários movimentos e redes sociais como no caso da Via Campesina que a tem como lema principal. A propósito, este e outros movimentos vêm sugerindo substituir a segurança alimentar pela soberania alimentar. (STÉDILE, 2004, *in* MALUF, 2007, p. 68)

agroalimentar e priorizando a autodeterminação política dos povos. A *segurança* alimentar diz respeito “à obrigação dos Estados de garantir o acesso aos alimentos nutricionalmente adequados e em quantidades apropriadas” (sem questionar sua origem, admitindo a ajuda alimentar, por exemplo). A *soberania* defende o direito dos povos e dos países de definir suas próprias políticas agrícolas e produzir alimentos em seus territórios destinados a alimentar sua população antes da necessidade de exportar. [...] A relação com a Soberania Alimentar como bandeira política evoca hoje a trajetória de uma década de defesa do direito dos povos a autodeterminar sua produção e políticas agrícolas, de acordo com suas necessidades internas, antes de suprir as exportações. A centralidade deste princípio também destaca o protagonismo dos movimentos sociais do campo, substanciadas na Via Campesina, no contexto de resistência à globalização e reorganização da esquerda mundial no movimento “por outro mundo possível”.²² (VIA CAMPESINA, 2007, p. 57-58)

Diversas ações políticas são realizadas, discussões, seminários nacionais e internacionais são propostos e realizados em nome da luta pela Soberania Alimentar, como o Fórum Mundial de Soberania Alimentar que aconteceu, em 2001, em Cuba. Esse é um processo determinante para a legitimação do conceito como instrumento de luta política, se transformando em projeto político de grupos, articulações e movimentos, trazendo para a pauta de luta da SAN “novas” questões, que englobavam as questões “específicas”, tais como reforma agrária, reforma urbana, questões de gênero, étnicas, raciais, culturais etc. Lutar por soberania alimentar passa a ser lutar por outro projeto de vida.

Em fevereiro de 2007, aconteceu o Fórum de Soberania Alimentar em Mali, em que diversos segmentos estiveram presentes. Neste fórum muitas discussões foram travadas e no documento final, que foi assinado por mais de 500 representantes de mais de 80 países, o conceito de soberania alimentar ganha um caráter global, porém, relacionando-se a ações locais, como instrumento político de transformação e articulação de uma luta antesistêmica.

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isso coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, inclusive, futuras gerações. Nos oferece uma estratégia para resistir e dismantelar o comércio livre e corporativo e

²² Cartilha “Soberania alimentar, os agrocombustíveis e a soberania energética”. Via Campesina – Brasil. Brasília, maio de 2007, p. 57-58.

o regime alimentício atual, e para enfocar os sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e de pesca para a prioridade das economias locais e os mercados locais e nacionais; outorga o poder aos camponeses e à agricultura familiar, a pesca artesanal e o pastoreio tradicional, e coloca a produção alimentícia, a distribuição e o consumo sobre as bases da sustentabilidade meio ambiente, social e econômica. (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI, 2007)

Esse momento foi determinante para a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento, que englobasse diversas questões e torna-se legitimado internacionalmente.

Da forma que vem sendo construída a discussão, e como está sendo apropriada pelos sujeitos políticos na esfera pública²³ e suas diversas arenas, a Soberania Alimentar é uma proposição política global que se ratifica para além dos grupos e sujeitos políticos ligados diretamente aos setores agrícolas.

Efetivamente, ela propõe uma transformação radical do sistema econômico dominante e do modelo de desenvolvimento, mas também do modelo de relações sociais, políticas e culturais que se constituem de forma desigual, e que estão nas bases mesmas desse modelo.

Essa nos parece uma questão central, pois quando se articula a discussão e luta por soberania alimentar com essas outras dimensões, e isso se materializa em projetos políticos orientados sob este princípio, surgem novas questões, que são também, novos desafios a serem enfrentados.

²³ Para HABERMAS, a esfera pública é um espaço no qual indivíduos – mulheres, negros, trabalhadores, minorias raciais – podem problematizar em público uma condição de desigualdade na esfera privada. As ações em público dos indivíduos permitem-lhes questionar a sua exclusão de arranjos políticos através de um princípio de deliberação societária que o autor denomina “princípio D”: “apenas são válidas aquelas normas-ações que contam com o assentimento de todos os indivíduos participantes de um discurso racional”. (SANTOS, 2002, p. 52)

2.1 O que há por trás da construção da noção de Soberania Alimentar?

*“Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?
A gente não quer só comer,
A gente quer comer e quer fazer amor.
A gente não quer só comer,
A gente quer prazer pra aliviar a dor.
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer dinheiro e felicidade.
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer inteiro e não pela metade.
Desejo,
Necessidade e vontade
Necessidade e desejo
Necessidade e vontade.”*

(Arnaldo Antunes, Marcelo Frommer e Sérgio Brito)

A noção de Soberania vai além de uma discussão sobre a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. Está arraigada em um questionamento mais profundo ao modelo econômico, gerador das situações de pobreza e opressão. Pensar e propor políticas públicas e construir projetos políticos que tomem a Soberania Alimentar como princípio, nos leva necessariamente ao questionamento do modelo econômico e de desenvolvimento adotado. Segundo MALUF (2006, p. 25):

Não obstante, importantes desafios continuam colocados em face da lógica econômica dominante que constrange o crescimento econômico, a geração de trabalho e a redução de desigualdades no Brasil, constringendo à realização do direito humano à alimentação adequada. Além da demanda de profunda revisão das políticas públicas subordinadas à referida lógica, sugerem-se estratégias de geração de trabalho e renda assentados em modelos equitativos e sustentáveis, orientados, entre outros, pelos enfoques do desenvolvimento local e das redes de economia solidária.

Como um efeito deste modelo, recentemente, o mundo presenciou uma crise alimentar de âmbito global. Contudo, convém ressaltar que ela não foi causada pela ineficiência de produção agrícola e, sim, pela distribuição desigual de recursos e da manutenção do modelo de produção capitalista.

Neste contexto e com uma nova conjuntura política internacional, a questão aparece permeada por uma alta dos preços de alimentos em escala mundial, que tem,

por uma de suas consequências, o aumento da fome e a elevação do grau de insegurança alimentar entre as populações e grupos carentes. Segundo Romano (2008):

A tendência de alta no custo da comida continua forte. O índice de preços dos alimentos do Banco Mundial subiu para 57,5% no primeiro trimestre deste ano, destacando-se o crescimento de itens essenciais da dieta de populações de baixa renda, como o arroz. Este aumento tem sido motivo de protestos populares – muitos deles com mortes – Costa do Marfim, Egito, Camarões, Filipinas, Haiti e México. São 33 países sofrendo com a crise e a instabilidade social, correndo o risco de não conseguir mais alimentar o povo com o atual modelo de agricultura. O já enorme contingente de 854 milhões de pessoas que passam fome, no mundo, pode crescer em mais 100 milhões, alerta o Programa de Alimentos das Nações Unidas. (ROMANO, 2008, p. 11)²⁴

Em outubro de 2008, em Maputo, Moçambique, na África, aconteceu a V Conferência Mundial da Via Campesina. Nesta conferência estiveram presentes 600 camponeses, de mais de 70 países, a discussão da soberania alimentar como projeto político que se contrapõe ao modelo econômico se reafirmou.

Mesmo com a política neoliberal – uma nova forma de colonialismo – invadindo nossas vidas, nós continuamos a afirmar nossa determinação para produzir alimentos e a reafirmar que a agricultura deve, primeiro, servir ao povo e a nossa soberania. [...] Soberania alimentar é o direito que as pessoas têm de decidir suas próprias políticas para a agricultura, protegendo suas comunidades locais, seus meios de sobrevivência, a saúde e o meio ambiente. Este conceito está agora ganhando terreno em âmbitos local, nacional e internacional, e alguns governos como o do Nepal e da Bolívia adicionaram nas suas constituições. (DECLARAÇÃO DE OSMME ISMAEL, 2008)²⁵

Uma questão que se apresenta a partir da análise do atual contexto mundial e das ações que são realizadas em torno pela luta da Soberania Alimentar é a contraposição dos modelos que estão em disputa: o modelo da agricultura familiar e camponesa, que tem a Soberania Alimentar como projeto político, e o atual modelo agroexportador internacional, pautado no binômio monocultura e latifúndio.

²⁴ ROMANO, Jorge. “A fome que dá lucro”. In *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 1, n° 12, julho de 2008.

²⁵ Declaração de Osmme Ismael, representante da Assembleia Geral da UNAC. In: http://mabnacional.org.br/boletim_eletronico/201008_boletim_mab.htm.

2.2 A problemática do desenvolvimento: desenvolver para quê?

As transformações e reestruturações do modo de produção capitalista têm fortes consequências sobre as populações mundiais, tanto no meio urbano como no rural. Nos países ditos em desenvolvimento, a divisão internacional do trabalho mantém uma lógica de exploração secular em que destina a estes uma permanência na cadeia produtiva de serem fornecedores de matérias primas e de mão de obra barata e sem especialização, o que facilita a exploração e a extração da mais valia; indispensáveis para a manutenção do sistema econômico.

A partir da década de 80, as democracias latino-americanas implementaram várias medidas e políticas neoliberais que acirraram as desigualdades sociais, a pobreza e a exploração, abrindo, nestes países, portas e janelas para a entrada de um novo tipo de capital e encontrou no meio rural um espaço propício para se reproduzir.

O neoliberalismo pode ser compreendido como uma nova fase do capitalismo, em que há a idéia de que os estados nacionais não podem suprir as necessidades básicas da população e que é o mercado e as empresas que vão ocupar esse lugar, gerindo a vida econômica e social. Nos países da América Latina as políticas neoliberais se expressam como uma série de medidas políticas, sociais e culturais que buscam o enfraquecimento do Estado na sua (i)dimensão social e isso se reflete na dimensão social em medidas como flexibilização das leis trabalhistas, diminuição de direitos sociais básicos, como saúde e educação, privatização de empresas estatais como telefônias, abastecimento e energia; (ii)na dimensão política, reflete-se como a despolitização dos governos democráticos, assim a democracia passa a ser reconhecida apenas como uma forma de governo; reflete-se como a tecnificação da política e uma perda de sentido de participação popular na política. Há um fortalecimento do aparato repressivo do Estado, tanto para manter a ordem e o direito à propriedade privada e exploração dos recursos naturais e sociais, como aumentando a criminalização dos movimentos sociais. Na (iii) dimensão cultural reflete-se na mercantilização da vida humana e da natureza, tudo passa a ter um valor e é passível de se tornar uma mercadoria.

A agricultura passa a ser o um dos motores de desenvolvimento do capitalismo e o agronegócio é o modelo de modernização da produção agrícola adotado pela maioria dos países. A indústria de sementes e de agrotóxicos, a mecanização, a flexibilização das leis trabalhistas e ambientais, o grande latifúndio, a produção em monocultura, o

apoio das elites políticas destes países são um dos “ingredientes” indispensáveis para o desenvolvimento deste processo.

De acordo com o Consea (2004) o atual sistema produtivo de alimentos caracteriza-se pela predominância do padrão de produção agrícola intensivo, mecanizado, com elevada utilização de produtos químicos e fortes impactos sociais e ambientais. Esse fato está associado a riscos importantes não só em termos de saúde, qualidade dos alimentos (tanto do ponto de vista nutricional, quanto sanitário), mas também na dimensão social. Principalmente no que se refere à pauperização do pequeno e médio agricultor. Interfere também na cultura alimentar local, em que alimentos de ampla comercialização são produzidos em larga escala, em detrimento de produtos típicos tradicionais.²⁶

Pensar a sociedade brasileira, suas transformações e dinamismo a partir da discussão que hoje se apresenta sobre desenvolvimento ou modelo de desenvolvimento é um desafio, pois este é um tema que está na agenda política, tanto do Estado quanto da sociedade civil, e que se materializa em modelos de projetos políticos a serem implementados, bem como reconfigura a disputa por políticas públicas.²⁷

Existe um debate de que desenvolvimento econômico é uma noção que está esgotada, tendo como pano de fundo a constatação de que o modelo capitalista apresenta limites não só econômicos, mas também sociais, ambientais e culturais que não correspondem às promessas de transformações que a ele deveriam seguir. Segundo MALUF (2000, p. 53),

[...] foi a partir da segunda metade da década de 1970, com o crescente reconhecimento dos limites das políticas e projetos de

²⁶ Nos últimos vinte anos, no estado do Mato Grosso, quase metade das áreas de floresta e vegetação nativa que existiam até a década de 1980 foi desmatada. Nesse estado, líder das produção de soja, 20% do dinheiro investido nas lavouras é gasto com agrotóxicos. A ampliação da área para produção de soja contamina as águas e provoca assoreamento, acúmulo de detritos que faz diminuir o volume de água e nascentes. [...] A monocultura do eucalipto, desde os anos 1960, já expulsou comunidades indígenas e quilombolas de suas terras no Espírito Santo e está causando desastres ambientais em várias regiões do país como Rio Grande do Sul, Bahia e Minas Gerais. [...] O Brasil é visto pelas empresas interessadas nos lucros do agronegócio como o celeiro do mundo, o lugar com maior quantidade de terras a serem exploradas para a produção de alimentos. Cada vez mais a palavra agronegócio aparece junto com a imagem do “Brasil que dá certo” mas o que vemos é que o país está, na realidade, colocando em risco seu próprio futuro. (SOF, 2006, p. 39)

²⁷ Como exemplo desta disputa e do conflito que se instaura entre os diversos sujeitos políticos da sociedade civil e o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo estado brasileiro, está a divisão da pasta que trata das questões agrárias em dois ministérios: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que cuida das questões ligadas ao desenvolvimento rural sustentável e da agricultura familiar, e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que trata de assegurar o modelo agroexportador e se relaciona com grandes proprietários.

desenvolvimento enquanto instrumento de “emancipação” econômica e social das nações, que ganhou vulto a identificação dos impasses teóricos e práticos da promoção do desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, agentes do estado e da sociedade civil e diversos movimentos sociais iniciam uma discussão sobre os limites e desafios da noção de desenvolvimento econômico, ressaltando até que ponto ela ainda tem aplicabilidade para compreender os processos sociais e as transformações que estão em curso, no Brasil e em alguns países da América Latina, tomando essas sociedades a partir do reconhecimento de suas especificidades e diversidades, tanto internas, como externas e que têm a Soberania Alimentar como princípio.

MALUF (2000, p. 54), afirma, ainda, que é o reconhecimento da diversidade que “oferece novas possibilidades em termos conceituais e para a definição de estratégias de desenvolvimento”. O autor argumenta sobre a necessidade de repensar e atribuir novo sentido à noção de desenvolvimento econômico e nos convida a pensar esta noção a partir da compreensão dos seus limites tanto conceituais quanto para sua implementação dentro do sistema capitalista.

Há já longa existência dos países latino-americanos como nações independentes, período no qual vivenciaram distintas opções de estratégias de desenvolvimento com resultados bastante insatisfatórios em vários e importantes aspectos da vida dos seus povos, constitui-se num dos principais exemplos da necessidade de, permanentemente, repensar e atribuir sentido(s) ao desenvolvimento econômico [...] de fato, a realidade latino-americana segue marcada por profundas desigualdades e carências absolutas aparentemente injustificáveis. (MALUF, 2000, p. 55)

O modelo de desenvolvimento econômico tal como é aplicado e entendido, corresponde diretamente a crescimento econômico; está claro que não gera efeitos benéficos para toda a população. Sob este entendimento, o crescimento econômico torna-se o único objetivo do desenvolvimento econômico.

Ainda para MALUF (2000, p. 56) outras questões contribuem para o esgotamento desta noção e reforçam a necessidade de repensá-la sob outras relações e visões de mundo, tais como:

- a) o crescimento econômico não é suficiente para enfrentar a desigualdade e a pobreza nem modifica o grau de equidade de renda, dado que “nem um país desta região [América Latina] logrou combinar taxas significativas de

- crescimento econômico” superiores à metade da taxa média dos países avançados no mesmo período “com níveis aceitáveis de equidade de renda” iguais à metade do nível médio daqueles mesmo países;
- b) a ênfase dada à industrialização como vetor quase exclusivo do processo de desenvolvimento econômico, o que levou a uma ilusão desenvolvimentista;²⁸
 - c) o grau de desigualdade (ou pobreza relativa) não é um indicador suficiente para medir a eficiência do desenvolvimento econômico, pois, “ao grau de desigualdade vigente é preciso acrescentar a condição absoluta em que vivem os que são considerados pobres”;
 - d) Há uma usual combinação de crescimento econômico com políticas sociais compensatórias.

MALUF (2000) traça um caminho não só de crítica ao modelo econômico vigente, mas apresenta algumas questões no campo teórico e político que possibilitam questionar e propor novas formas de desenvolvimento econômico como proposta alternativa ao que está posto.²⁹

Para outros autores a noção de desenvolvimento está esgotada em si, na verdade, não se deve falar mais em desenvolvimento, mas sim em contra-desenvolvimento ou pós-desenvolvimento. ESCOBAR (2005), por exemplo, sugere dizer “não ao desenvolvimento” e apresenta uma crítica cultural da economia enquanto estrutura fundacional da modernidade, e desconstruir o desenvolvimento e suas formas de conhecimento, seus sistemas de poder e suas formas de subjetividade.³⁰ Para este autor

A noção de “pós-desenvolvimento é uma ajuda para reaprender a ver e reavaliar a realidade das comunidades da Ásia, África e América Latina. É possível, diminuir o domínio da representação do desenvolvimento quando abordamos esta realidade? O pós-desenvolvimento é uma maneira de assinalar esta possibilidade, uma

²⁸ A América Latina, particularmente o Brasil, destaca-se entre os exemplos do que ARRIGHI (1998) chamou de ilusão desenvolvimentista, isto é, imaginar que a industrialização permitiria ultrapassar o “golfo” que separa o “núcleo orgânico” da economia mundial dos “Estados semiperiféricos” (onde se inclui o Brasil) e, mais ainda, dos “periféricos”, três categorias extraídas do sistema global de I. WALLERSTEIN, *In* MALUF (2000, p. 53-86).

²⁹ O sentido que proponho atribuir ao desenvolvimento econômico implica, para sua plena materialização, rupturas radicais em relação às opções políticas e econômicas que prevalecem entre nós. [...] Esclareça-se que o que pretendo é atribuir um significado aceitável a esta noção, embora seja inevitável que fique subentendida a outra acepção da palavra sentido, que é direção, no caso, atribuir ou prefixar uma direção para a história. (MALUF, 2000, p. 63)

³⁰ *Idem*, p.64.

tentativa de limpar um espaço para pensar outros pensamentos, ver outras coisas, escrever outras linguagens. [...] de fato, a globalização e o desenvolvimento poderiam propiciar uma variedade de vias para o desenvolvimento econômico, que poderiam ser teorizadas nos termos do pós-desenvolvimento, de maneira que a naturalidade da identidade do capitalismo como padrão para toda a identidade econômica seja questionada (ESCOBAR, 2005, p. 149).

Outra questão importante e diretamente relacionada à crítica ao modelo de desenvolvimento econômico vigente é a própria noção de modernidade, o projeto de modernização que está apresentado e que percebe o desenvolvimento como materialização da modernidade.

Segundo ESCOBAR (2005), o modelo de modernidade que foi transportado para a América Latina “é patriarcal, branco e europeu”. Isso se traduz como uma forma de ver e viver, de agir e reproduzir um modelo dual e cartesiano sobre a vida e os processos sociais, na defesa de um modelo único de organização social, política, cultural e econômica. Seus resultados são a destruição da diversidade e da natureza, o não reconhecimento de outras formas de organização e de economia, a invisibilização e a sujeição de culturas etc.³¹

Esse parece ser um dos eixos centrais na análise destas questões, pois nos convida a ter uma visão mais sistêmica da estrutura social, bem como traz à tona a necessidade de se pensar as relações de poder, que estruturam e são estruturadas por esta lógica moderna. Ao “mexer” e questionar as relações de poder, cria-se em conjunto, um novo reposicionamento dos sujeitos, forçando um processo de mudanças.

2.3 Soberania Alimentar e o questionamento das relações de poder

Quando apresentamos essa discussão, estamos certos das dificuldades de entender o que realmente significa no campo das transformações sociais empiricamente observáveis, já que tanto a noção de Soberania Alimentar está em construção, quanto não está totalmente clara a identificação dos impactos que sua promoção enquanto projeto político implica na modificação das principais relações de poder presentes na sociedade.

³¹ Esta questão é aprofundada no Capítulo II desta dissertação, em que apresentamos a discussão sobre Mulheres e Soberania alimentar.

Vale salientar que este projeto já está em andamento e que como tal, não podemos ignorar alguns reflexos desse processo, como os conflitos e enfrentamentos entre os sujeitos políticos, a denúncia e questionamento ao modelo econômico e de desenvolvimento, bem como do conhecimento técnico e do uso da tecnologia e a desnaturalização da pobreza, da opressão e da invisibilização social, o que causa o empoderamento de diversos sujeitos políticos que historicamente estavam silenciados.

Quando se questiona o sistema em suas diversas dimensões (social, política, cultural e econômica) as questões do poder, do conflito, da mudança das relações sociais são centrais. Juntando-se a este processo, incluímos a discussão do questionamento da divisão sexual do trabalho e das formas com que esta se materializa.

O projeto de soberania alimentar originado nos movimentos sociais como a Via Campesina, como apresentamos, agiria como um fator de empoderamento de novos sujeitos, na medida em que denuncia as relações de poder e de opressão, coloca estes sujeitos como agentes da transformação, valoriza suas ações, as formas de organização social e os saberes tradicionais.

O empoderamento é um processo no qual os próprios grupos criam condições e ambiente favoráveis para propiciar mudanças e deve ser visto como um complexo processo social e que inclui diversos aspectos, tanto pessoal, quanto coletivamente.³²

Para ROMANO (2002) “o empoderamento deve ser percebido como abordagem” para se pensar o combate à pobreza em suas múltiplas dimensões e “como um processo”, pois:

- a) é uma abordagem que coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento;
- b) é um processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir;
- c) no combate à pobreza, a abordagem de empoderamento implica no desenvolvimento das capacidades (*capabilites*) das pessoas pobres, excluídas e

³² O empoderamento é um meio e um fim para a transformação das relações de poder existentes e para superar o estado de pobreza. É um meio de construção de um futuro possível, palpável, capaz de recuperar as esperanças da população e de mobilizar suas energias para a luta por direitos no plano local, nacional e internacional. Mas o empoderamento também é um fim, porque o poder está na essência da definição e da superação da pobreza. O empoderamento necessita constantemente ser renovado para garantir que a correlação de forças não volte a reproduzir as relações de dominação que caracterizam a pobreza. ROMANO, J. *Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza*. 2002, p. 19.

de suas organizações para transformar as relações de poder que limitam o acesso e as relações em geral com o Estado, o mercado e a sociedade civil.

Para DELGADO (2002, p. 2) o empoderamento é um processo social em que as pessoas, grupos, comunidades e organizações conseguem questionar suas relações com o mercado, o Estado e a sociedade civil, e que a questão do poder se torna central para discutir pobreza e desenvolvimento rural. “Empoderar-se é conquistar o poder, ou seja, adquirir a capacidade [o poder] de mudar a posição que ocupa em um determinado campo social de disputa”.

Da forma que está sendo proposta, a Soberania Alimentar relaciona-se ao questionamento das relações de poder e das práticas sociais que se materializam em diversas dimensões, como a cultural, a política, a econômica e a social, percebendo-as como campos de força que estão interligadas entre si, o que a torna mais complexa.

Outra questão importante ao se pensar a Soberania Alimentar como projeto político é que através dela se possibilitam diferentes questionamentos nas três esferas fundamentais da vida social: na comunidade (recuperando tanto o espaço identitário como o nível local, nos quais a soberania ganha sentido de prática e ação política), no Estado – arena onde a soberania alimentar como projeto político e um novo vetor na disputa pelas políticas públicas e também por projetos estruturais – e no mercado – arena na qual a soberania alimentar como projeto político questiona o modelo neoliberal predominante, segundo OFFE (1999).

A luta pela soberania alimentar se contrapõe à lógica do neoliberalismo, repolitizando as esferas pública e estatal. Relaciona-se a um conjunto de políticas públicas que devem ser articuladas e implementadas, trazendo a dimensão do local como espaço privilegiado e fundamental para a concretização destas políticas em conjunto com o protagonismo e a participação das pessoas, que são efetivamente os sujeitos políticos dos processos de transformação, como uma ação construída “de baixo para cima”. A seguir, alguns dos argumentos que vêm sendo colocados em defesa da Soberania Alimentar, em contraposição ao modelo neoliberal (Quadro 1).

Quadro 1. Argumentos do modelo da Soberania Alimentar em relação ao modelo neoliberal.

TEMA	MODELO DOMINANTE (NEOLIBERAL)	MODELO DA SOBERANIA ALIMENTAR
Comércio	Livre comércio	Alimentos e agricultura fora dos Acordos Comerciais.
Prioridade produtiva	Exportação	Mercados locais
Preço dos produtos agrícolas	“Lei do Mercado” (Não mexer nos mecanismos que impõem preços baixos.)	Preços justos que cubram os preços de produção e permitam aos agricultores uma vida digna.
Acesso a mercados	Acesso a mercados externos	Acesso a mercados locais; fim do deslocamento dos agricultores dos seus próprios mercados devido à indústria agropecuária.
Subsídios	Enquanto se proíbe no Terceiro Mundo, são permitidos nos EUA e UE (Apenas aos grandes agricultores).	Os subsídios que não prejudiquem outros países (através do <i>dumping</i>) são aceitáveis; p. ex., garantir que sejam apenas para agricultores familiares, para comercialização direta, apoio de preços, conservação do solo, agricultura sustentável, investigação etc.
Alimentos	Uma mercadoria	Um direito humano
Produzir	Uma opção para os mais eficientes	Um direito dos povos rurais
Fome	Fruto da baixa produtividade	Um problema de acesso e distribuição; fruto da pobreza e desigualdade.
Segurança alimentar	Consegue-se importando alimentos de onde sejam mais baratos.	Aumenta quando a produção de alimentos está nas mãos dos pobres e quando os alimentos se produzem localmente.
Controle sobre os recursos produtivos (terra, água etc.)	Privado	Local; controlado pela comunidade.
Acesso a terra	Através dos mercados.	Através da Reforma Agrária.
Sementes	Uma mercadoria, alvo de patentes.	Uma herança comum dos povos ao serviço da humanidade.
Crédito e investimentos rurais	Do setor privado	Do setor público, dirigidos à Agricultura Familiar
<i>Dumping</i>	Não é um problema.	Deve proibir-se.
Monopólio	Não é um problema.	A raiz da maior parte dos problemas, os monopólios devem ser proibidos.
Sobreprodução	Não existe, por definição.	Conduz à queda dos preços e leva os agricultores à pobreza. São necessárias políticas de maneio da oferta nos EUA e UE.
Organismos Geneticamente Modificados (OGMs)	São o futuro.	Perigosos para a saúde e meio ambiente, uma tecnologia desnecessária, devem ser proibidos.
Tecnologia agropecuária	Industrial; monocultura; agrotóxicos; OGMs.	Métodos agroecológicos e sustentáveis, não usa OGMs.
Agricultores	Anacronismos; o ineficiente irá desaparecer.	Guardiães da biodiversidade; administradores de recursos naturais; depositários de conhecimento.

Fonte: Adaptado de Rosset (2003) *in* Pinto (2007).

A Soberania Alimentar se constrói também a partir do respeito às culturas, às tradições, às formas solidárias valorizando a dimensão identitária característica das

comunidades. Ela reforça os laços sociais, questionando a lógica individualista do capitalismo, em que a ideia de cada um por si e de que a qualidade de vida está restrita à capacidade de consumir e não à valorização da diversidade de formas de vida e sociabilidade.

O respeito à biodiversidade e à diferença, ao resgate e à valorização de saberes tradicionais propicia outra relação com a natureza, que a percebe em sua totalidade, assegurando a sustentabilidade humana e do planeta.

Assim, é possível refletir sobre a seguinte pergunta: como a luta pela soberania alimentar é apropriada como instrumento não só como questionamento do modelo de desenvolvimento capitalista, se contrapondo à mercantilização da vida e da natureza, mas também, como questionamento da divisão sexual do trabalho e a forma com que esta se materializa?³³

No que se refere ao meio rural brasileiro, uma questão importante que orientará o próximo capítulo é compreender como a noção de Soberania Alimentar é apropriada pelas mulheres camponesas que participam do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e como esta noção contribui para politizar as relações sociais, questionando uma ideia essencialista que as percebe como “naturalmente” sendo as guardiãs da natureza e da vida.

³³ Segundo SHIVA (1998), “O mundo patriarcal considera o homem como a medida de todo o valor e não admite a diversidade, só a hierarquia. Trata a mulher como desigual e inferior porque é diferente. Não considera intrinsecamente valiosa a diversidade e a natureza em si mesma, só sua exploração comercial em busca de um benefício econômico e assim lhe confere valor [...] a destruição da diversidade e a criação de monocultivos se convertem em um imperativo para o patriarcado capitalista.” SHIVA, Vandana. *La praxis del ecofeminismo*. Barcelona: Ed. Içaria, 1998, em tradução livre.

CAPÍTULO II

Mulheres e Soberania Alimentar: uma questão de gênero?

Neste capítulo, serão abordados os aspectos que envolvem o conceito de gênero e a maneira como ele é usado como categoria de análise, apresentando a sua relação com a teoria feminista.

Também se buscará descrever a relação entre a luta das mulheres camponesas, junto com o questionamento ao sistema patriarcal e à divisão sexual do trabalho, compreendendo sua configuração como uma das formas da materialização e legitimação das relações sociais de sexo, que formam a base de reprodução do sistema capitalista e patriarcal.

Como afirma KERGOAT (1996):

relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são duas proposições indissociáveis que formam um sistema. A reflexão em termos de relações sociais de sexo é, ao mesmo tempo, anterior à reflexão em termos de divisão sexual do trabalho. Ela é preexistente como noção, mas posterior como problemática. (KERGOAT, 1996, p. 1)

Propõe-se também resgatar a discussão sobre a relação entre mulheres e natureza; como essa relação vem sendo discutida dentro das Ciências Sociais. Essa discussão é proposta a partir do diálogo com alguns teóricos e teóricas como Vandana SHIVA, Enrique LEFF e Pierre BOURDIEU, dentre outros que nos auxiliam a compreender, historicamente, como essa relação se constitui *habitus feminino* das mulheres, já que elas, socialmente, assumem os espaços privados e as tarefas de reprodução.

Para concluir, apresentamos o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) como sujeito político feminista no Brasil e as ações que vem executando em torno da luta pela soberania alimentar, nos diversos espaços públicos em que estão inseridas.

1 A construção social do conceito de gênero

Eu não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos; seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata para as mulheres de se afirmar como mulheres, mas se tornarem seres humanos em sua integralidade.

(Simone de BEAUVOIR)³⁴

O conceito de gênero passou a ser discutido, a partir da década de 1970, entre diversos estudiosos e estudiosas, tornando-se indispensável numa abordagem teórica que se propõe crítica ao pensar as relações sociais, como nos apresenta FARIA (1997).

O conceito de gênero foi elaborado por estudiosas da questão da mulher nas universidades e apropriado pelos movimentos como um instrumento de análise e de organização da ação. Esse conceito coloca claramente o ser mulher e o ser homem como uma construção social, a partir do que é estabelecido como feminino e masculino e dos papéis sociais destinados a cada um. Por isto, gênero, um termo emprestado da gramática, foi a palavra escolhida para diferenciar a construção social do masculino e do feminino do sexo biológico. Gênero é um conceito relacional, ou seja, que vê um em relação ao outro e considera que estas relações são de poder e hierarquia dos homens sobre as mulheres. (FARIA, 1997, p. 29-30)

Nesse sentido, gênero é uma categoria de análise que auxilia a identificar um conjunto de normas, valores, costumes e práticas socialmente construídas; nesse conjunto, a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada, gerando hierarquia e relações de poder.

Margareth MEAD (1998), em seu livro clássico *Sexo e temperamento* destaca o peso da cultura na determinação dos “papéis”³⁵ sexuais e das condutas e comportamentos de homens e mulheres.

Se aquelas atitudes temperamentais que tradicionalmente reputamos femininas – tais como passividade, susceptibilidade e disposição de

³⁴ Apud KERGOAT, 1996, p. 6.

³⁵ Utilizo aqui o conceito de papéis culturais adotado por GROSSI (1998, p. 7): “Papel aqui é entendido no sentido que se usa no teatro, ou seja, uma representação de um personagem. Tudo aquilo que é associado ao sexo biológico, fêmea ou macho, em determinada cultura é considerado como papel de gênero. Estes papéis mudam de uma cultura para outra. A antropologia, que tem como objetivo estudar a diversidade cultural humana, tem mostrado que os papéis de gênero são muito diferentes de um lugar para outro do planeta.

acalantar crianças – podem tão facilmente ser erigidas como padrão masculino numa tribo e, na outra, ser prescritas para a maioria das mulheres, assim como para a maioria dos homens, não nos resta mais a menor base para considerar tais aspectos de comportamento como ligados ao sexo. (MEAD, p. 2.681)

BOURDIEU (2005b) alerta para a necessidade de desconstrução da ideia primeira de que gênero e sexo signifiquem a mesma coisa. Para esse autor, a ligação entre os conceitos se faz e ganha força simbólica não porque são complementares, mas porque o caráter social da relação de poder que está nas relações de gênero, ganha força de verdade inquestionável na natureza biológica dos sexos.

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas [...], em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. [...] Essa experiência apreende o mundo social e suas arbitrárias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação. (BOURDIEU, 2005b, p. 17)

A categoria de gênero, como instrumento de análise, nos auxilia a perceber e descrever as diversas formas de opressão e desigualdade que se organizam e ganham coerência nas práticas sociais, trazendo-as para o campo do ordinário e do cultural, desnaturalizando os discursos, as práticas e percebendo que essas desigualdades não se justificam apenas pelas diferenças sexuais.

É um recurso analítico utilizado para questionar as relações sociais e como estas configuram relações de poder, pois segundo KERGOAT (1996) “falar em relação social quer dizer falar de relações de poder”.

Sob essa lente, rompe-se com a polaridade entre masculino e feminino, homem e mulher, percebendo e questionando o que há por trás dessas construções sociais, bem como propondo outra forma de olhar os problemas sociais, questionando a epistemologia moderna, cartesiana e patriarcal. Voltaremos a esse tema mais adiante.

Reconhece-se então, que o conceito de gênero reafirma-se como categoria imposta sobre o corpo sexuado, mas não pode ser visto como substitutivo de mulheres ou homens, pois prender o conceito à categoria limita-o a ser observado sempre reafirmando a dicotomia homem–mulher, macho–fêmea.

Segundo SCOTT (1990), o uso do gênero coloca a ênfase sobre todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo nem determina a sexualidade.

2 Relações de gênero e relações sociais de sexo como categorias de análises

Pensar sob a ótica de uma análise de gênero nos remete a olhar os fenômenos sociais a partir das relações de gênero em que esses sujeitos estão imbricados; como se percebem nestas relações e como suas identidades se constroem nelas, para compreender a diversidade e a complexidade das práticas sociais de homens e mulheres.

As relações de gênero entram em qualquer aspecto da vida humana e são elementos constituintes dela. A experiência de relações de gênero para qualquer pessoa e a estrutura de gênero como uma categoria social são formadas pela interação de relações de gênero e outras relações sociais, como as de classe e raça. As relações de gênero não têm assim essência fixada: variam tanto dentro do tempo, quanto além dele [...]. É relacional, ou seja, cada um é constituído por e em cada parte inter-relacionada que não tem significado ou existência sem a outra [...] . Por meio das relações de gênero dois tipos de pessoas são criadas: o homem e a mulher. [...] As relações de gênero, tanto quanto temos capacidade de entender, têm sido (mais ou menos) relações de poder, de dominação de um tipo sobre o outro; o homem sobre a mulher, e isso varia de acordo com a cultura, raça, classe, idade e época. (FLAX, 1991, p. 221-228)

Relações de gênero tem sido um conceito útil para explicar muito dos comportamentos de mulheres e homens na sociedade, contribuindo para compreender as discriminações que as mulheres enfrentam no trabalho, na vida pública, no exercício de sua sexualidade, na reprodução, na família e na luta pela construção de sua cidadania.

Para KERGOAT (1996) toda relação social é sexuada. A organização da sociedade, tomando como análise as relações sociais, se dá produzindo e sendo reproduzida por uma lógica simbólica que se apresenta coerente para os sujeitos nela inseridos envolvendo todas as dimensões da vida social: política, cultural e econômica. Essas relações são legitimadas por uma eficácia simbólica que tem o papel e a força de transformar o social em natural, o humano em divino e busca se associar ao biológico para validar-se como verdade inquestionável.

No que diz respeito às relações de gênero, essa lógica simbólica se apresenta nas relações entre homens e mulheres e isso se reflete na vida cotidiana, criando estruturas sociais e instituições que são responsáveis pela sua legitimação e manutenção, tais como a família, a escola, a igreja, a comunidade etc.

O entendimento das estruturas que legitimam as relações de gênero é percebido aqui com o que BOURDIEU (2005a) classifica de arbitrário cultural, que num acontecer anônimo, “invisível” no processo de sociabilidade, como escolhas aleatórias, agem sobre todas as pessoas como a realidade vivida, sentida e materializada em práticas, encobrindo seu caráter de arbitrário, de social, de humano. Nesse sentido, produz uma inversão entre os agentes e seu objeto.

Esse *não reconhecer* é construído socialmente, de forma que cada sujeito legitima essas relações como se fossem da ordem da natureza, pois está imbricado de tal forma que os faz “agir, agidos, pelo social”. Assim, ao ganhar este caráter de natural, essencializa-se e reifica-se em práticas, mantendo certa ordem social, que se perpetua como um arbitrário cultural.

Compreender de que forma esse arbitrário faz-se reconhecer como “o real” como “todo”, é um passo importante para questionar e desnaturalizar as relações sociais. É essa *antropopoiese fabricadora*, ela assegura que a realidade não existe por si, mas como produto de relações sociais, que permeiam todas as dimensões que perpassam a sociabilidade, como nos afirma KERGOAT (1996, p. 16, *grifo nosso*):

[...] A meu ver, trata-se de se instrumentalizar, com princípios de inteligibilidade, para compreender a diversidade e a complexidade das práticas sociais de homens e mulheres. Nesta perspectiva, considerar somente a relação de dominação homem–mulher é insuficiente. É assim que se pensam a si mesmo os atores sociais. É evidente que os homens dominantes não se colocam enquanto “homens”, já que, quase por definição, o dominante existe de direito, mas não “se pensa” como tal. É o dominado que se pensa, e ainda nem sempre como “relativo”. Mas uma mulher não se pensa como mulher, ela se pensa também dentro de uma rede de relações sociais. Como trabalhadora (na relação capital–trabalho, na relação salarial), como jovem ou velha, como, eventualmente, mãe ou imigrante. Ela sofre e/ou exerce dominação segundo sua posição nestas diversas relações sociais. **É o conjunto que vai constituir sua identidade individual e dar nascimento a suas práticas sociais. Em nível coletivo, é ainda o conjunto das relações sociais que vai fundar o sentimento de pertencer a um grupo e a consciência de dele fazer parte.**

Nesse sentido, deve-se romper com as discussões que trazem a luta das mulheres para o campo das relações pessoais, como sendo uma “questão de mulher”, para articulá-la em uma luta política contra o sistema hegemônico que se fundamenta no patriarcado e no capitalismo, como afirmam FARIA e NOBRE (1997, p. 31-32):

As relações de gênero estruturam o conjunto das relações sociais e, portanto, não existe uma oposição entre questão das mulheres (que seria específica) e questão da sociedade (que seria geral). Os mundos do trabalho, da política e da cultura também se organizam conforme inserção de mulheres e homens, a partir de seus papéis masculinos e femininos. Portanto, não existe uma luta geral e depois uma luta específica, mas em todas as situações que queremos modificar, temos que considerar a superação das desigualdades entre homens e mulheres.

3 Gênero e feminismo

Entendemos o feminismo como pensamento crítico e prática política e, portanto, como um movimento político e cultural de transformação social que tem como projeto político a luta por democracia com justiça social e cidadania plena, isto é, por um projeto de cidadania no qual as mulheres sejam, de fato, partícipes e beneficiárias.

(M. JACOME)

A partir do apresentado, pode-se afirmar que utilizar o conceito de gênero e relações de gênero, para compreender as relações de poder que estão “por trás” das relações sociais, possibilita-o como instrumento de análise, sobretudo de forma a potencializar o questionamento da lógica que estrutura a vida das mulheres, considerando também outras questões em que essas mulheres estão inseridas, como a discussão de classe, raça, idade, rural ou urbana, as condições históricas de cada uma e as possibilidades em que essas mulheres, como sujeitos, se constroem.

Outro desafio posto ao tomar gênero como categoria de análise é pensar uma metodologia que, de fato, possibilite percebê-la como um eixo transversal das relações sociais em suas dimensões.

A proposta teórica de *desnaturalização* dos discursos que tornam “a-históricas” as relações sociais de gênero, são o conduto da análise deste trabalho.

É nesse campo que o discurso feminista ganha uma eficácia simbólica e política aliando-se aos estudos antropológicos, reconhecendo os avanços que proporcionaram

como instrumentos de arguição, bem como servindo de objeto desse próprio instrumento.

O desenvolver de uma ciência feminista tem o propósito e guarda em sua matriz primeira a busca pelo questionamento e transformação. A práxis é um objetivo central do fazer científico que tem esses pilares.

A racionalização do social, o desencantamento de conceitos e instituições questionando e trazendo para o campo do ordinário “qualidades intrínsecas” às mulheres, tais como a natureza da maternidade, a docilidade e passividade, a sujeição feminina ao masculino, a vocação para o cuidado da família e a reprodução, questionando radicalmente esse modelo social, são os motores que conduzem e orientam o olhar antropológico feminista.

Pensando dessa forma e pela sua própria ligação com o movimento feminista, a ciência feminista não quer *se fazer* neutra, mas defende uma posição: a ideia de que não pode haver uma verdade absoluta, um olhar único e inquestionável e que o próprio objeto de análise, assumindo a característica de social e cultural, é diverso e infinito. GROSSI (1998) ilustra bem essa questão quando afirma:

A ciência, tal como conhecemos, parece dar explicações “neutras” e “objetivas” para as relações sociais. No entanto, a ciência que aprendemos desde a escola reflete os valores construídos no Ocidente desde o final da Idade Média, valores que refletem apenas uma parte do social: a dos homens, brancos e heterossexuais. Sempre aprendemos que Homem com H maiúsculo se refere à humanidade como um todo, incluindo nela homens e mulheres. Mas o que o estudo de gênero tem mostrado é que, em geral, a ciência está falando apenas de uma parte desta humanidade, vista sob o ângulo masculino e que não foi por acaso que durante alguns séculos havia muito poucas cientistas mulheres. (GROSSI, p. 5)

O elo entre o movimento e a ciência feminista é um instrumento real de questionamento e de possibilidades de transformação que lhe dá um caráter de revolucionário no momento em que não lhe basta constatar permanências, mas questionar de que forma estas constâncias se constroem, para serem desconstruídas.

Seus questionamentos possibilitam a quebra de velhas verdades, colocando-se sempre em confronto com estruturas e instituições sociais, aprofundando o descompasso entre o desejo de mudança de uma parte da sociedade e a tendência conformista e reacionária do todo social, como demonstra FRANCHETTO (1991).

Por essa imagem, a revolução feminista antecipa uma destruição radical, mais radical do que qualquer outra informação de nível econômico e social, da hierarquia, enfim, do poder em absoluto. Em seu radicalismo, Firestone afirma que as feministas têm que questionar não só toda a cultura ocidental, como a própria organização da cultura, e até a própria reorganização da Natureza... se for necessário ir tão longe. (FRANCHETTO, p. 26)

Dessa forma, entende-se que para haver mudança, se faz necessária uma compreensão das estruturas sociais, suas instituições, suas organizações e de que forma se apresentam na economia, na política e na cultura, fazendo o questionamento destas instituições (como normas básicas de socialização) e pensá-las como uma construção, fruto dessa mesma estrutura social, ou seja, fruto de um dado momento histórico, temporal e que responde às necessidades do “sistema”, legitimando relações de poder.

Buscar perceber como as como as relações de gênero se configuram claramente em relações de poder político entre homens e mulheres e dão sentido a essas relações sociais é um grande desafio.³⁶

Numa visão crítica feminista, observar e problematizar as condições materiais da existência de mulheres e homens é fundamental para compreender de que forma as mulheres se colocam na sociedade e como as desigualdades se materializam, sem ignorar as especificidades e condições objetivas de cada grupo, que nesse caso, são as mulheres camponesas.

Ao trazer essa discussão, algumas teóricas feministas questionam a base material em que a desigualdade se materializa, compreendendo que será impossível realizar alguma transformação social sem acabar com as bases de sustentação da sociedade patriarcal³⁷ e capitalista, entre elas as desigualdades nas relações de gênero e classe.

Nesse sentido, procura-se compreender de que forma, as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho ganham e dão sentido ao fazer social, e como esse sentido

³⁶ O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição homem–mulher e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. [...] Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, ambos, partes do sentido do próprio poder. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro. (SCOTT, 1999, p. 14)

³⁷ O patriarcado é um sistema social em que homens dominam, oprimem e exploram as mulheres. É um conceito que enfatiza a interrelação entre vários modos em que os homens têm poder sobre as mulheres. Considera-se que as relações sociais através das quais os homens dominam as mulheres incluem a reprodução, a violência, a sexualidade, o trabalho, a cultura e o estado. In: *Dicionário do pensamento social do séc. XX*. OUTHWAITE, BOTTOMORE. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. Ver também SCOTT (1999), KERGOAT (1996).

vai além das questões de classe e trazem a possibilidade de discussão sobre conceitos como igualdade, equidade e diferenças.

4 As desigualdades de gênero e o sentido da divisão sexual do trabalho na estruturação da vida social

A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. O primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.

(Friedrich ENGELS, 1984, p. 104).

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, é a estrutura dos espaços, é a estrutura do tempo.

(Pierre BOURDIEU, 2005b, p. 18)

Ao observar a sociedade e seu tecido social, a organização e as relações sociais em diversas culturas se diferenciam de acordo com a divisão social do trabalho e, também, em relação à lógica do patriarcado que se mantém como uma invariável cultural. O sistema capitalista utiliza os sistemas simbólicos para se apropriar das desigualdades de gênero e reproduzir-se contribuindo para que essas desigualdades se perpetuem, fortalecendo as relações de poder entre os sujeitos.

Para HIRATA (1995) a organização entre os sexos não é a forma exclusiva de divisão do trabalho em uma cultura ou sociedade e, tampouco, é exclusiva das nossas sociedades ocidentais, porém, sua importância reside na capacidade de proporcionar visibilidade às relações sociais. Isso porque a divisão sexual do trabalho é o suporte empírico que permite a mediação entre relações sociais (abstratas) e práticas sociais (concretas).

A divisão sexual do trabalho está inserida no âmbito da ordem social, uma vez que em seu centro estão a hierarquia e o valor diferenciado das atividades a partir de quem as executa. Tais elementos são frutos de relações sociais, as quais constroem e compartilham sentidos e conferem significados sobre o mundo.

Nas sociedades ocidentais, a esfera de reconhecimento do trabalho se dá em dois pólos divididos em trabalho produtivo, ou seja, o trabalho reconhecido socialmente e público, que tem um valor de troca; e o trabalho improdutivo, que se limita ao espaço doméstico, privado. Na esfera doméstico-privada, ocorre o não reconhecimento dos trabalhos femininos em comparação aos trabalhos realizados no mundo público-masculino.

Tal fato é dado pela hierarquização que atribui valores diferenciados às atividades desenvolvidas, geralmente relegando às mulheres o cuidado da casa e de seus moradores. Em sociedades patriarcais, o trabalho produtivo ficou sob o domínio masculino, dos homens, e o improdutivo refere todo trabalho exercido pelas mulheres dentro ou fora do espaço doméstico.³⁸

A divisão sexual do trabalho deve ser vista com base material no sistema de relações sociais, que tem e que dá sentido às ações não só das mulheres, mas de todo o tecido social. Gera hierarquização, valorização e traz um sentido de complementaridade entre as funções, bem como com quem as executa, construindo-se simbolicamente, na fala, no pensamento e na ação social. KERGOAT (1996) sintetiza bem essa reflexão nesta afirmação:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo e é adaptada historicamente e a cada sociedade. Essa divisão social do trabalho segue dois princípios organizadores: separação e hierarquização, mantendo uma característica chave: homem na esfera produtiva e mulher na esfera reprodutiva [...]. As relações sociais organizam, denominam e hierarquizam as divisões da sociedade: privado-público, trabalho manual-trabalho intelectual, capital-trabalho, divisão internacional do trabalho etc. As modalidades materiais dessas bicategorias são centrais nas relações sociais; a divisão social do trabalho entre os sexos é ponto [de disputas] fundamental nas relações sociais de sexo. (KERGOAT, 1996, p.4)

A autora rompe com a biologização dos papéis sociais, desnaturalizando o trabalho, pois ele deixou de espelhar a "ordenação natural" das capacidades masculinas e femininas e passou a ser visto como resultado das relações sociais, "construção social". Essa ruptura com as concepções deterministas da natureza sobre as relações

³⁸ Entende-se por espaço doméstico não só os limites da casa, como no caso das mulheres urbanas, mas incluem-se nesta categoria os quintais e roçados para as mulheres rurais. Ao respeito ver CARNEIRO (1987), PAULILO (1987) e HEREDIA (1979), dentre outros.

sociais permitiu que outros pontos pudessem ganhar evidência nos debates sobre a divisão do trabalho entre os sexos.³⁹

Para avançar na discussão sobre a divisão do trabalho por sexo é preciso articular as análises das relações de gênero às de classe, pois, assim como o trabalho produtivo e a reprodução, a “casa e a fábrica” são locais que não se encontram isolados em si. Pelo contrário, interagem por meio de relações sociais fundamentais, já que aqui se aponta que as relações sociais de sexo são práticas sociais que engendram todo o fazer social.

Assim, o sexo dos (as) trabalhadores (as) é uma importante diferença no mundo do trabalho que, geralmente, encontra-se ocultada pela "uniformidade" de classe e esta, não articulada às discussões de gênero, não poderá mostrar claramente como este duplo sistema, o patriarcado e o capitalismo, se articula em relação ao trabalho feminino.

KERGOAT (1996) argumenta, também, que falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir além de uma simples constatação de desigualdades; é articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar as atividades.

A análise feminista, através da discussão de gênero, que estuda e observa de que forma acontecem a construção e a organização do mundo do trabalho, rompe e desconstrói a naturalização da divisão social do trabalho baseada na hierarquia de gênero e mostra, ao contrário do senso comum, que as duas esferas do trabalho, a produtiva e a improdutiva, estão profundamente articuladas e que uma não seria possível sem a outra.

Para SORJ (2004) a hierarquização e a desigualdade ganham materialidade na esfera econômica e favorecem a reafirmação do poder masculino e do patriarcado.

Por um lado, a divisão sexual do trabalho doméstico é crucial na configuração do mercado de trabalho. De fato, a divisão sexual do trabalho doméstico pressupõe um “contrato sexual”. (PATEMAM, 1988)

[...] mediante o qual homens e mulheres entram no mercado de trabalho em posições qualitativamente diferentes. Os homens estão

³⁹ As diferenças entre homens e mulheres engendram desigualdades quanto ao valor dos trabalhos masculinos e dos femininos (HIRATA; KERGOAT, 1998). Por essa perspectiva, encontram-se trabalhadores dotados das atribuições de seus gêneros e, por elas, hierarquizados no valor de suas atividades. “A assimetria e a hierarquia entre os trabalhos desenvolvidos por homens e por mulheres espelham a forma desigual com que se relacionam na sociedade e, assim, o trabalho é dividido conforme a organização que permeia as relações de gênero”. (WILLER et al, 2003, p. 92)

em uma situação privilegiada porque o contrato de casamento os libera das responsabilidades domésticas e inclui uma contraparte feminina, uma esposa que se ocupa das necessidades diárias do grupo familiar. Por sua vez, as mulheres quando entram no mercado de trabalho não estão livres, da mesma maneira que os homens, para o trabalho contratado e o fazem a partir de uma posição inferiorizada pelo trabalho doméstico. (SORJ, 2004, p. 144)

Compreender o sentido da divisão sexual do trabalho nos leva a observar a vida das mulheres em suas práticas cotidianas, em sua relação com o cuidado, com a reprodução, com os filhos e filhas, em buscar apreender como elas percebem as tarefas executadas e sua divisão dentro do núcleo familiar, em suas relações mais íntimas, nos grupos, na comunidade, nos espaços em que elas participam.

Neste trabalho, não se propõe observar as mulheres em suas relações pessoais, mas como foi apresentado anteriormente, acredita-se que o “peso” das normas sociais que se materializam e reproduzem em práticas sociais se verifica no social, na coletividade.

Descrever quais são estas práticas “comuns” às mulheres, para compreender em que medida, as mulheres que estão organizadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em torno da luta pela soberania alimentar questionam ou reproduzem esta prática, faz parte da proposta metodológica desta dissertação.

Ao observar as mulheres rurais, sejam elas trabalhadoras rurais, assentadas de reforma agrária, extrativistas, quilombolas, pesqueiras, assalariadas rurais, coletoras, cooperadas, camponesas, sem terras, agricultoras familiares, como categoria de análise, sob as especificidades que estas vivem no modelo de desenvolvimento atual, atribui-se a elas uma identidade política; identidade que é também percebida pelas próprias mulheres, para que compreendam suas trajetórias de vida, se autorreconheçam como sujeitos ativos neste processo e questionem e reconstruam suas interfaces com outros sujeitos.

Entender de que forma elas estão inseridas neste processo de transformações que o mundo rural no Brasil vem passando em relação ao trabalho que executam, e as alterações na unidade familiar e tensões entre sua manutenção e os interesses particulares de cada indivíduo, o questionamento da lógica patriarcal na regulação dos sujeitos nela imersos, as contradições que a modernização agrícola acirrou nos últimos anos, o questionamento e a luta por outro modelo de desenvolvimento, que leve em conta as populações tradicionais, o reconhecimento de seus direitos e suas tradições, e

principalmente como as mulheres se inserem nesse processo como sujeitos políticos, a partir do questionamento da divisão sexual do trabalho, é o que buscamos apresentar a seguir.

5 *Habitus* feminino no meio rural brasileiro

Mas tanto o trabalho doméstico, percebido como a ordem natural das coisas, quanto o trabalho na roça, visto como domínio masculino por causa do valor de troca produzido, ficavam invisíveis, sem reconhecimento social.

Dado o papel do gênero na divisão do trabalho, as mulheres não eram definidas como trabalhadoras, apesar da natureza indispensável de sua atividade na sobrevivência na família.

(HEREDIA, 1979, p. 62)

Ao observar a vida das mulheres, é preciso ir além da constatação de que há desigualdade entre homens e mulheres, que se percebem, não só no âmbito sócio-cultural, mas, sobretudo político e econômico. Isso é fundamental para compreender de que forma o *habitus* das mulheres camponesas está em sintonia com as práticas dos indivíduos em grupo e, sobretudo, com as transformações que esse meio vem passando no contexto da luta pela soberania alimentar, ampliando seu campo⁴⁰ de reconhecimento como sujeitos políticos (tanto no âmbito público, quanto privado).

Neste sentido, a questão maior, passa a ser

compreender como as mulheres que participam do Movimento Mulheres Camponesas se percebem nesse contexto e em relação aos outros sujeitos, e como a questão de Soberania Alimentar é apropriada e se apresenta nas suas práticas cotidianas, seus hábitos e como estes estão, ou não, sendo ressignificadas como instrumento de questionamento do *status quo* que leve a uma transformação das relações de poder.⁴¹

⁴⁰ Campo é um espaço de relações objetivas entre indivíduos, coletividade ou instituições que competem pela dominação de um capital específico. O campo estrutura o *habitus* e o *habitus* constitui o campo; é a internalização da estrutura social, enquanto o campo é a exteriorização ou objetivação do *habitus*. (BOURDIEU, 2005, p. 197)

⁴¹ Segundo as estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU), o quadro seguinte permanece o mesmo: a) as mulheres são responsáveis por 2/3 do trabalho realizado no mundo e recebem 1/3 dos salários; b) as mulheres são detentoras de 1/10 da renda mundial; c) as mulheres representam 2/3 dos analfabetos do mundo; d) as mulheres detêm menos do que 1/100 das propriedades mundiais; e) dos quase 1,3 milhão de miseráveis do mundo, 70% são mulheres. No Brasil, as mulheres recebem em média metade do salário dos homens e as mulheres negras, a metade do salário do que ganham as mulheres brancas. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a situação das mulheres está melhorando e,

Para tal, outro conceito importante para fomentar a discussão feminista e que reafirma a proposta de análise em desnaturalizar as relações de poder e os “papéis” atribuídos aos homens e mulheres é o conceito de *habitus* desenvolvido por BOURDIEU (2005a) e como a luta por soberania alimentar pode configurar uma proposta de questionamento deste.

Para este autor, *habitus* é um conhecimento adquirido, incorporado como um esquema de percepção de pensamentos que gera ação (orienta, regula, reduz e determina as ações dos sujeitos históricos) pela interiorização das estruturas sociais e mostra-se como rotina corporal e mental inconscientes. É adquirido mediante interação social, sendo classificador e organizador desta. Está orientado pelo esquema do simbólico, sendo por isso difícil de questionar sua natureza e como tal, realiza-se na linguagem, nas repetições, nos costumes, que se engendram na construção do ser social.

Parte-se da idéia de que *ser camponesa* guarda uma especificidade construída dentro de um conjunto de combinações precisas, ganhando legitimidade no “fazer” social, mas que é fruto de ações individuais, reconhecidas e aceitas pelo grupo, ao qual essas mulheres pertencem.

Esse “fazer” se reafirma constantemente em práticas e costumes que são engendrados pelo grupo como “naturais”, uma consequência da manutenção de costumes e tradições, que são resguardadas e reproduzidas “no” e “pelo” grupo aos quais estes costumes ou *habitus* fazem sentido, incorporados como discursos, além do ato da fala, mas aqui visto como uma linguagem que externa pensamentos e valores, que se traduz em ações individuais e coletivas.

O *habitus* feminino das mulheres camponesas constitui-se num arbitrário cultural, pois as instituições que formam essas sociedades têm para os sujeitos que as compõem, uma força de sentido e significações fazendo-se reconhecer como “natureza natural”, aquilo que é de “natureza social”. Quando gera práticas que são incorporadas e repetidas pelo grupo, se transforma em hábitos.

Estes, ao coincidirem com as práticas e significados do *habitus* no grupo, constituem uma forma de camuflagem das instituições sociais, criando uma *bruma* em que se revestem para manterem seu caráter extraordinário, sendo inquestionáveis aos grupos inseridos nesse campo.

se o ritmo atual se mantiver, em 475 anos conseguiremos igualdade salarial entre homens e mulheres. (LOURO,1997)

Ter consciência da natureza real desse arbitrário, de como se constitui e se legitima, é a via de questionamento desse arranjo social e assim dá-se a possibilidade de desconstrução ou reconstrução, aceitando as transformações e ressignificações que acontecem nesses espaços ao longo das mudanças históricas, temporais e simbólicas.

Nesse sentido, ao observar mulheres camponesas buscar-se-á elencar algumas categorias sociais que irão fomentar a discussão, bem como a descrição, do que se está denominando de *habitus* feminino no rural: a distinção entre os espaços sociais ocupados pelos diversos sujeitos, a oposição entre masculino e feminino na valorização das práticas cotidianas, a relação com a propriedade da terra, o reconhecimento do trabalho, o acesso às políticas públicas, direitos sociais, à construção da identidade feminina, relações de autoridade feminina e parentesco, a função do casamento e percepção das mulheres sobre a família e manutenção da lógica do patriarcado.

Perceber e apreender quais são os hábitos “comuns” que se apresentam para o conjunto das mulheres camponesas no Brasil é indispensável para podermos analisar se há ou não, um processo de transformações que aponte para uma democratização do meio rural brasileiro.

A vida das mulheres camponesas no Brasil, ainda hoje, sejam assalariadas, posseiras, assentadas de reforma agrária, quilombolas, extrativistas ou agricultoras familiares, é marcada pelo patriarcado, que se expressa na rígida divisão sexual do trabalho e na posição subordinada que se espera que ocupem com relação aos homens, considerados socialmente os verdadeiros “produtores rurais”.

No mundo rural fica mais clara a identificação da tensão colocada pela necessidade da manutenção da unidade familiar como lugar da produção da sobrevivência da família, que leva a uma concretização da divisão sexual do trabalho, percebendo-a como elemento de base material que se relaciona não só no âmbito da produção, mas com questões pessoais e culturais, relacionadas à reprodução.

Outro aspecto a ressaltar é que a dicotomia entre a produção e reprodução está imersa nas relações sociais de forma muito mais intensa, como já foi apresentada anteriormente, conformando-se numa das características que singularizam essas sociedades, pois nestas sociedades a unidade familiar também se caracteriza por ser a unidade de produção.

O papel do trabalho feminino na manutenção da unidade produtiva e das relações sociais nesse contexto reafirma a lógica patriarcal de desvalorização e

invisibilidade do trabalho das mulheres, como demonstram MELO e Di SABBATO (2000) ao analisarem o trabalho feminino rural:

Na análise do trabalho feminino rural a ideologia patriarcal do reconhecimento da supremacia masculina sobre o feminino permanece como uma marca profunda dessa sociedade. A inferioridade feminina é mais visível na análise das relações sociais do mundo rural: o impacto da modernização da agricultura sobre a mão-de-obra feminina, a proletarização da família rural e a intensificação do lugar da mulher na produção de alimentos e no seio da família no meio rural mantém o trabalho da mulher, no plano simbólico, ainda caracterizado como trabalho complementar, ajuda da mulher. A pretensa “naturalidade” da divisão sexual do trabalho, onde cabem às mulheres os afazeres domésticos, denunciado pelo movimento de mulheres com tanto impacto no espaço urbano, aparentemente ainda é tímido no campo. No mundo rural estas relações não foram ainda contaminadas pelo novo papel feminino, com o mesmo impacto do que acontece no meio urbano. (MELO; DI SABBATO, 2000, p. 83)

No que se refere à distinção entre os espaços sociais ocupados pelos sujeitos, o que se percebe é a reafirmação da dicotomia público–privado nos espaços de sociabilidade e de produção. Para BOURDIEU (2005b), a divisão sexual que assegura a dominação masculina está fortemente presente nas práticas cotidianas, na ocupação e divisão do espaço, na organização do tempo.

Dessa forma, na casa, os espaços são divididos de acordo com o sexo, refletindo a lógica simbólica das relações sociais de gênero. A casa e o quintal se tornam espaços femininos. Na propriedade rural, o trabalho do homem está ligado à produção e o da mulher, à reprodução ou subsistência. A divisão sexual do trabalho na pequena propriedade rural é nítida e de caráter patriarcal, pois geralmente quem determina a divisão de funções é o homem, assumindo e reproduzindo o papel de “chefe da família”.

Há nesse processo de divisão, posições distintas para cada membro da família; homens, mulheres, jovens, crianças e idosos. Os homens se dedicam ao trabalho na lavoura e às atividades que se destinam ao comércio e as posições políticas da sociedade como participação em cooperativas, associações, acesso a financiamentos em bancos, etc. O trabalho da mulher está “mais próximo” da casa: as pequenas criações (vacas de leite, galinhas, porcos), a horta ou dentro da própria casa; o cuidado e educação dos filhos, preparo das refeições, limpeza da casa, cuidado com as roupas, ou seja, as tarefas rotineiras. Esses são os trabalhos considerados “leves”.

PAULILO (1987), estudando mulheres rurais nos estados da Paraíba, São Paulo e Santa Catarina, chegou à conclusão do que define se o trabalho é “leve” ou “pesado”, não é propriamente a dificuldade, mas sim a posição de quem o realiza na hierarquia familiar. Em outras palavras, ordenhar, cuidar da horta, do jardim, da limpeza casa, cuidar de filhos pequenos e preparar a alimentação da família, tudo isso durante a manhã, é considerado leve. Assim, grande parte das tarefas que as mulheres exercem, seja como trabalho não remunerado, seja como doméstico, permanecem ocultas e sem reconhecimento social.

Quanto à oposição entre masculino e feminino na valorização das práticas cotidianas o que se percebe é uma reafirmação da lógica de valorização dos trabalhos em relação a quem os executa, e não pelo valor em si mesmo. Essa desvalorização ou supervalorização das práticas sociais se materializa em espaços distintos de poder e autoridade patriarcal, como nos apresenta CARNEIRO (1998):

Ainda que haja espaços distintos de exercício da autoridade, observa-se que a própria identidade feminina, na família camponesa, supõe uma relação de dependência e de submissão em relação ao homem. Assim, o sentido de complementaridade identificado por Segalen nas tradições camponesas, não exclui a desigualdade e a hierarquia nas relações entre os gêneros. (CARNEIRO, 1998, p. 69)

No que se refere à relação das mulheres rurais com a propriedade da terra, o acesso dá-se através do casamento e, algumas vezes, por herança. Com relação à herança, PAULILO (2004) constatou que, em Santa Catarina e nos demais estados do Sul, nas regiões de colonização alemã e italiana, o costume é o de dividir a propriedade entre os filhos homens.

As mulheres só herdavam em alguns casos especiais: filhas únicas, ausência de filhos homens e, se casadas, quando cuidam dos pais na velhice. As mulheres quando casam ganham apenas um dote mesmo quando também trabalharam nas lavouras. O valor do que recebem não guarda correspondência com o valor das terras que lhes caberiam se a partilha fosse igualitária.

Para BUTTO (2003), a tradicional exclusão feminina do acesso à terra faz com que elas também sejam ignoradas pelas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, por mais que as leis brasileiras condenem a discriminação por sexo. Entre 1996

e 2002, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf)⁴² teve entre seus beneficiários apenas 7% de mulheres, estando em sua maioria inseridas na modalidade B. BASTOS (2006) refere-se aos agricultores familiares classificados no grupo B do Pronaf, como os que possuem as condições de vida mais precárias. Isto é, são basicamente famílias com baixa renda (até 1.500 reais, por ano), trabalhadores rurais e aqueles que utilizam a terra de forma mais precária como os parceiros, pequenos arrendatários e ocupantes, além de pescadores artesanais.

No ano de 1996, as mulheres representaram 12,6% do total dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Segundo a mesma autora, a pesquisa da FAO (2002), da UNICAMP, revela que foram distribuídos para os homens 87% dos títulos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e 93% das terras do programa Cédula da Terra. Do total dos beneficiados pelos programas de aquisição de terras – Cédula da Terra e Crédito Fundiário –, apenas 7% eram mulheres.

De acordo com o IBGE (2000) apesar das mulheres rurais não serem maioria, elas representam 45% dessa população. Na Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD), de 1998, do IBGE, há um predomínio do trabalho sem remuneração entre as mulheres. No setor agropecuário, elas representam 80,76% das ocupações não remuneradas. Há um maior número de mulheres (91,3%) do que homens (82,5%)

⁴² Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em junho de 1996, por meio de um decreto presidencial. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. São beneficiários do Pronaf todos aqueles agricultores familiares que exploram estabelecimentos rurais na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou possuidores de qualquer título. Desde que desenvolvam atividades agropecuárias e não-agropecuárias. Também são beneficiários, pescadores artesanais, aquicultores, extrativistas, indígenas e membros de comunidade remanescente de quilombos. O estado cria a seguinte terminologia de agricultores familiares: grupos A e A/C, para beneficiários de reforma agrária e grupos B,C,D e E dependendo da renda bruta anual do agricultor. As condições de financiamento variam de acordo com a finalidade do crédito e do grupo em que se enquadra o beneficiário. Já em relação à liberação do crédito, os beneficiários são classificados em quatro grupos, “A”, “B”, “C”, “AC”, “D” e “E”. Conforme as diferentes realidades do meio rural e de acordo com sua situação econômica e força de trabalho utilizada no estabelecimento.

De acordo com a legislação de 2002. Grupo A – agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária e agricultores familiares amparados pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra; Grupo B – agricultores familiares e trabalhadores rurais que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; residam na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos; não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; obtenham renda familiar oriunda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento; tenha o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento. Renda de até R\$ 1.500,00 por ano. Grupo C – agricultores familiares com renda bruta anual entre R\$ 1,5 mil e R\$ 10,0 mil, que possuem mão-de-obra familiar e, eventualmente, utilizam mão-de-obra contratada. Grupo A/C – agricultores oriundos do processo de reforma agrária e que passam a receber o primeiro crédito de custeio após terem obtido o crédito de investimento inicial que substituiu o antigo programa de apoio aos assentados. Grupo D – estão incluídos os agricultores com renda bruta familiar anual entre R\$ 10,0 mil e R\$ 30,0 mil. Grupo E – agricultores com renda bruta anual entre R\$ 40.000,00 a 60.000,00.

dedicando-se à produção para autoconsumo. Na lavoura, as mulheres exercem 77,3% do trabalho não remunerado. Apenas 5,5% de mulheres no campo realizam atividades remuneradas na agropecuária, em atividades de extração vegetal, pesca agricultura e silvicultura.⁴³

Quanto à remuneração do trabalho feminino, tanto na lavoura como na pecuária o que se percebe é uma baixa remuneração do trabalho executado pelas mulheres, bem como uma identificação deste como um trabalho coadjuvante. O dinheiro ganho pelas mulheres tende a ser gasto em compra de roupas, materiais escolares etc. O dinheiro que advém do trabalho masculino, geralmente, se aplica às atividades de produção, como compra de insumos, sementes etc. Isso reforça e é reforçado, numa perspectiva dialética da lógica do sistema patriarcal, em que valores e poderes se reafirmam em relação ao masculino sobre o feminino.⁴⁴

Autoras como HEREDIA e CINTRÃO (2006) em um estudo sobre as transformações vividas pelas mulheres rurais brasileiras nos últimos dez anos, chamam a atenção para dificuldades estruturais enfrentadas por elas, por conta da forma como as relações de gênero se expressam nesse meio. A precariedade das condições de infraestrutura vividas no meio rural brasileiro, em especial a falta de água encanada, energia elétrica e esgotamento sanitário faz com que piorem ainda mais as condições de exercício, por parte das mulheres, das tarefas da casa.

O não reconhecimento, historicamente, da sua condição de trabalhadoras, fez com que apenas após a Constituição Federal de 1988 passassem a usufruir de direitos sociais básicos, como previdência social, auxílio maternidade, auxílio doença, entre outros; esta situação, somada ao fato de não terem remuneração ou bens em seu nome acaba por comprometer as suas condições autônomas de sobrevivência, sobretudo quando idosas. A dificuldade em acessar a terra em próprio nome (seja pela herança,

⁴³ MELO (2004) *apud* MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Cláudio; DI SABATTO, Alberto. *Os afazeres contam*. Niterói: UFF, 2005.

⁴⁴ “No mundo rural a percepção que as mulheres têm de seu trabalho é definida socialmente como um jeito de ser mulher. Sempre enredada com as lides domésticas, cujas tarefas não se expressam em relações monetárias e são, por conseguinte, esquecidas e desvalorizadas pela sociedade. Este véu que encobre o trabalho feminino rural é uma consequência da cultura patriarcal, de dominação masculina, que define a inferioridade do papel feminino em nossa sociedade. No caso específico das mulheres rurais, contudo, essa questão é mais acentuada, em virtude da introjeção, pelas próprias mulheres da ideologia patriarcal. [...] A dimensão da invisibilidade do trabalho feminino no campo pode ser visualizada, inicialmente, pela proporção de mulheres ocupadas sem remuneração, que é significativamente mais elevada na agropecuária, em comparação com os demais setores da economia. Nesta atividade, as mulheres geralmente exercem a produção para o autoconsumo não usufruem do mesmo status do trabalho masculino.” (MELO; DI SABBATO, 2000, p. 48-49)

seja pela compra no mercado, seja nos processos de assentamento de Reforma Agrária) faz com que sejam ainda mais precárias as condições de sobrevivência de mulheres sozinhas; sem terra, as mulheres não podem plantar alimentos para si e para seus filhos, não podem obter rendas extras, não podem acessar financiamentos etc.

Decorrentes da invisibilidade do seu trabalho e subalternidade em que vivem dentro da família rural, muitas dessas mulheres não têm, até hoje, seus documentos civis básicos, tais como Registro de Nascimento, Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física e outros. A falta dessa documentação, condição para exercício da cidadania junto ao Estado, impede-as de se cadastrarem para uma série de programas e políticas públicas de apoio aos trabalhadores rurais e a populações vulneráveis, constituindo-se em mais um fator de discriminação.

A posição de subordinação que cabia às mulheres camponesas vai se acentuar no contexto do neoliberalismo. A partir da década de 80, as democracias latino-americanas implementaram várias medidas e políticas neoliberais que acirraram as desigualdades sociais, a pobreza e a exploração, abrindo nesses países portas e janelas para a entrada de um novo tipo de capital, encontrando no campo (rural) um espaço ideal para se reproduzir.

A agricultura retoma o seu caráter de um dos grandes motores das economias e o agronegócio passa a ser componente fundamental no modelo econômico propiciado por esses países. A indústria de sementes e de fertilizantes, a mecanização, a flexibilização das leis trabalhistas e ambientais, o grande latifúndio e a produção da monocultura, o apoio das elites políticas são alguns dos “ingredientes” indispensáveis para o desenvolvimento desse processo.

Como reflexo e efeitos desse modelo, as populações rurais estão cada vez mais pauperizadas e, para a vida das mulheres, acontece de forma acentuada. O grau de exploração do trabalho e a manutenção das relações de poder leva milhares de pessoas a migrarem, causando um esvaziamento, envelhecimento, masculinização ou feminilização do meio rural.

A manutenção do latifúndio e a falta de serviços básicos também aprofundam a exploração do trabalho das mulheres, já que são estas as “responsáveis” pelo cuidado da família, que também é a unidade produtiva.⁴⁵ Elas também são responsáveis pela

⁴⁵ A agricultura familiar se caracteriza por ser uma forma de produção em que a unidade de trabalho se confunde com a família (ainda que possam existir trabalhadores externos à unidade familiar, e possa haver membros da família que exerçam atividades fora da unidade familiar). Essa condição ambígua, de

manutenção do tecido social e da propriedade em lugares que há as migrações sazonais. A luta pela manutenção da diversidade, o cuidado com as sementes e a agricultura de subsistência também ficam sob responsabilidade das mulheres, já que tudo que é produzido fica no entorno familiar.

As mulheres também são responsáveis pela manutenção do tecido social e da propriedade em lugares que há as migrações sazonais. Estes são elementos que estão presentes em todos os países da América Latina.⁴⁶

A partir do que apresentamos, percebe-se como as representações sociais vão ganhando materialidade nas práticas das mulheres camponesas e vão se reificando em *habitus* que se tornam difíceis de questionar, já que têm sua legitimidade no conjunto das relações sociais de gênero, classe, raça etc., e nas diversas instituições que nos cercam, como a família, a escola, a igreja e o estado.

Compreender essas ações e representações como fruto das relações sociais, de um tempo-histórico determinado e como relações de poder desiguais, nos permite, por exemplo, questionar e problematizar como essas representações se legitimam nas instituições do Estado e se materializam em projetos e ou políticas públicas que, muitas vezes, reafirmam estes mesmos lugares, tanto das mulheres, quanto dos homens.

Ao fazer essa relação com as políticas públicas que se referem à segurança alimentar e nutricional, observa-se um reconhecimento e valorização das mulheres como produtoras de alimentos e, em muitos lugares, mantenedoras da biodiversidade, o que facilmente pode levar a reproduzir posturas ecofeministas de tendências

ser uma forma de produção, e um espaço de convivência entre pessoas que estão ligadas por laços de consanguinidade e matrimônio, constitui uma das complexidades a serem levadas em conta quando se estudam as relações de gênero no meio rural.

⁴⁶ Segundo os números do FAO de 1995, as mulheres teriam produzido mais de 50% do alimento que é cultivado em todo o mundo. In FAO (1995). *A produção agrícola e as mulheres rurais*. Relatório FAO. Roma.

A contribuição das mulheres para a produção agrícola varia de país para país, de cultura para cultura e de tarefa para tarefa. No sub-Saara da África e no Caribe as mulheres cultivam de 60 a 80% dos gêneros alimentícios básicos. Na Ásia, as mulheres realizam 50% do trabalho envolvido no cultivo intensivo do arroz. No Sudeste da Ásia, no Pacífico e na América Latina, suas hortas domésticas representam complexos sistemas agro-silvi-pastorais. In *Assegurar o direito das mulheres à terra e a meios de subsistência. Uma chave para erradicação da fome para a luta contra a SIDA*. Relatório Actionaid Internacional, junho de 2008.

As mulheres em comunidades agrícolas em todo o mundo encarregam-se da maior parte do processamento de produtos de agricultura, sendo “responsáveis” em muitos lugares pelo armazenamento do alimento, pelo transporte e até mesmo pela venda do produto. Também cozinham os alimentos e cuidam de alimentar a família, os agregados e os pequenos animais. As mulheres são quase sempre as “responsáveis” pela coleta de lenha que é usada não somente para cozinhar, como também para outras necessidades básicas, como o aquecimento, iluminação e para obter água fervida. In “Mulheres Construindo Agroecologia”. Caderno de II Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, junho de 2008.

essencialista, “que veem a relação entre as mulheres e a natureza como algo inato” (NOBRE, 2005, p. 12), influenciando a elaboração de projetos sócio-ambientais e políticas públicas, tanto por parte do Estado, como por diferentes organismos internacionais, organizações não-governamentais, alguns movimentos sociais ou grupos do movimento de mulheres.

Quando nos referimos ao ecofeminismo⁴⁷ devemos ter claro sobre qual concepção estamos falando, pois, de acordo com a região geográfica, o momento político e os grupos sociais, ele pode assumir acepções diferentes, que levam a posturas e percepções diferenciadas. Segundo SILIPRANDI (2005)

O ecofeminismo – em suas várias acepções – parte de uma ideia básica, que é a existência de uma interconexão entre dominação da natureza pelos seres humanos e a subordinação das mulheres aos homens, expressa na predominância de formas patriarcais de organização da sociedade ocidental, em que o espaço reservado às mulheres situa-se basicamente nas atividades de reprodução social. Esta seria uma sociedade não apenas antropocêntrica, mas, sobretudo, androcêntrica (DI CIOMMO, 2003) ou mais precisamente, falocêntrica. (LEFF, 2003; e SILIPRANDI, 2005, p. 2)

Na América Latina, o movimento feminista busca conciliar a necessidade de uma mudança epistemológica na reafirmação da luta feminista e ecologista, questionando o modelo patriarcal e de desenvolvimento econômico, interrelacionando a partir desta perspectiva, diversas questões, como classe, gênero, raça etc.

Esta perspectiva reafirma a necessidade de uma leitura da realidade mais complexa, bem como qual o papel e lugar das mulheres neste processo e quem são os sujeitos políticos que remodelam e questionam a realidade, propondo uma nova forma de se relacionar com o mundo social e com a natureza, levando a uma revalorização do poder simbólico das culturas e dos povos tradicionais, o que pode ser percebido também como uma forma de empoderamento destes grupos.

⁴⁷ O pensamento ecofeminista apareceu pela primeira vez enquanto tal a partir dos movimentos feministas da década de 1970 (a chamada segunda onda do feminismo), a esta altura já influenciado pelos movimentos pacifistas, antimilitaristas e antinucleares que eclodiram em toda Europa e EUA nos anos 60 e que deram origem ao movimento ambientalista que conhecemos hoje. Em comum com este movimentos, Barbara HOLLAND-CINZ identifica que a “utopia ecofeminista primitiva” apresentava: ideais de descentralização, não hierarquização, democracia direta; apoio a uma economia de subsistência rural como modelo de desenvolvimento; insistência na busca de tecnologias “suaves”, não agressivas ao meio ambiente; superação da dominação patriarcal nas relações entre os gêneros; questionavam o dualismo entre cidade e campo, entre trabalho intelectual e manual, entre o público e o privado, assim como entre os espaços ditos “produtivos” e aqueles reprodutivos. (SILIPRANDI, 2000, p. 63)

Em linhas gerais o ecofeminismo faz a crítica à relação que o pensamento ocidental moderno faz em colocar sobre as mesmas bases sociais de valorização e hierarquização a dicotomia: homem–cultura *versus* mulher–natureza. Esta estrutura de pensamento legitima todo o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o que também reafirma a lógica de um pensamento único, de uma verdade única que se sobrepõem a outras formas de ver e perceber o mundo, a natureza e a vida, que se materializa como uma forma de violência e dominação. Segundo SHIVA (1991, p. 77):

A recuperação do princípio feminino se baseia na amplitude. Consiste em recuperar na Natureza, a mulher, o homem e as formas criativas de ser e perceber. No que se refere à natureza, supõe vê-la como um organismo vivo. Com relação à mulher, supõe considerá-la produtiva e ativa. E no que diz respeito ao homem, a recuperação do princípio feminino implica situar de novo a ação e a atividade em função de criar sociedades que promovam a vida e não a reduzam ou ameacem.

Uma contribuição importante do ecofeminismo é que traz à tona e demonstra a contribuição que diversas culturas tradicionais, tais como quilombolas, pescadores, ribeirinhos etc. dão a sustentabilidade da vida humana, em sua relação com a natureza, com usos sustentáveis dos meios de produção, geração e gastos de energia e que coloca em xeque políticas de desenvolvimento pautadas na racionalidade capitalista, mostrando formas diferentes de economia, de mercado, de fazer a vida e de se relacionar; tanto com a natureza, quanto com outras sociedades, dando importância ao que não é “economicamente relevante”, tal como qualidade de vida, cultura local, conhecimento tradicional, festas, religiosidades, cosmologias etc.

LEFF (2003, p. 4) resgata a importância que o ecofeminismo tem como uma política da diferença, como uma revalorização do feminino em uma perspectiva não instrumental, mas como o reconhecimento de outro que tem formas diferentes de ser, de saber e de experimentar o poder, “diferentes” do poder instituído.

Cabe-nos aqui, a partir do que estamos discutindo, compreender como as mulheres que estão construindo o Movimento de Mulheres Camponesas se percebem e se colocam nesse campo de luta e questionamento.

Acreditamos que uma mesma ação pode ressignificar-se, quando agrega um valor político a suas práticas, tanto para quem as realiza, quanto para outras pessoas ou grupos, nos espaços público e privado, nos quais essas ações se fazem perceber.

Dessa forma, o que nos parece interessante notar é como a questão da Segurança e Soberania alimentar estão presentes no Brasil a partir da luta das mulheres e como dentro do debate, se apresentam as questões de gênero, mais precisamente, as questões das mulheres camponesas, sem reificar ideologia patriarcal e capitalista, e sim propondo outra maneira delas se colocarem e se perceberem como novos sujeitos políticos, como outras bases epistemológicas, como nos sugere toda a discussão em torno do ecofeminismo, e construindo novas formas de fazer política, questionando os espaços públicos, reinventando-os e propondo novas relações sociais.

6 Mulheres e a Soberania Alimentar: novas práticas, novos valores

Soberania alimentar é ter autonomia, é ter o direito e dizer que “isso é meu”, “isso é nosso”, “isso depende de nós”, não depende de outros que venham produzir. Porque a semente é milenar, os primeiros habitantes da terra já conservavam. Então não é qualquer empresa que vem aí e tenta nos enganar, dizer que isso não vale, não serve, que não dá, não rende, porque nós podemos provar isso na prática, no dia-a-dia, porque a potencialidade que ela tem, a força que nos dá para lutar e valorizar o que fazemos, nosso trabalho, nossa vida.⁴⁸

Para conquistar a Soberania Alimentar, como mulheres da Via Campesina, nos comprometemos a lutar conjuntamente por uma Reforma Agrária integral, para eliminar todas as formas de violência que são geradas nos modos de produção capitalistas. E que causam as crises dos alimentos no mundo, a mudança climática, o avanço dos monocultivos, os transgênicos e os agronegócios. [...] Nós, mulheres da Via Campesina, continuaremos construindo um mundo cheio de vida, de justiça, e igualdade. Nesta 3ª Assembleia Mundial das Mulheres conclamamos a todos os membros, de todas as partes do mundo, mulheres e homens, a assumir esta luta. Pela vida e pela Soberania Alimentar. Basta de violência contra as Mulheres do campo. Já!⁴⁹

Pensar a Soberania Alimentar a partir da prática das mulheres, de suas vidas, de seu cotidiano, de sua relação com a natureza, com o cuidado, a preocupação com a reprodução e com a manutenção da vida e da diversidade sem reforçar um discurso naturalizar e essencialista tem sido um desafio para a epistemologia feminista e sua vertente ecofeminista.

O questionamento da ideia de que as mulheres são “naturalmente” as cuidadoras da natureza, por isso elas são os sujeitos “privilegiados” da soberania alimentar não é

⁴⁸ Entrevista realizada com monitora do MMC, em Descanso, Santa Catarina, em 25 de maio de 2008.

⁴⁹ Declaração das mulheres na 3ª Assembleia das Mulheres da Via Campesina, na V Conferência Mundial da Via Campesina. Maputo, Moçambique, outubro de 2008.

real. Este é o mesmo discurso que naturaliza as relações de exploração e opressão, do capitalismo e do patriarcado, que apresentamos anteriormente.

As mulheres não são naturalmente boas ou más. Não se trata de uma questão genética e natural que sejam as preservadoras da natureza, da família, que se preocupem com os filhos e filhas, com os idosos, com a reprodução e com a alimentação, bem como com a preservação das espécies e das sementes e que assegurem a variedade e a biodiversidade. Na verdade, às mulheres foram destinados os espaços socialmente construídos na lógica do patriarcado que diferencia e hierarquiza o trabalho executado pelas mulheres, não reconhecendo suas atividades como trabalho, mas sim invisibilizando-o e desvalorizando-o. Também que confina as mulheres em espaços privados, fechadas em casa ou no quintal.

A tecnificação do trabalho e a apropriação desta por poucos contribuem para o fortalecimento do patriarcado, na medida em que o trabalho é condicionado pela técnica capitalista e patriarcal, tornando-se, sobretudo, mais um dos elementos que legitima a divisão sexual do trabalho na medida em que as atividades que exigem “destreza, habilidade e inteligência”, na maioria das vezes, são destinadas aos homens, tais como dirigir tratores, colheitadeiras etc.

O discurso hegemônico não reconhece o trabalho realizado pelas mulheres e também não reconhece e não valoriza os saberes que as mulheres desenvolveram ao longo da história. Para SHIVA (1998)

a contribuição das mulheres ao desenvolvimento e à conservação da biodiversidade tem se mostrado como um não-trabalho e um não-conhecimento, pois está sob a lógica do patriarcado, que subvaloriza e hierarquiza as mulheres e a natureza, que é percebida como feminina.

Isso, sem dúvida, torna-se igual em todos os outros aspectos de seu trabalho e de seu saber. Seu trabalho e seus conhecimentos estão definidos como “parte da natureza”, apesar de estarem baseados em práticas culturais e científicas complexas.

En la mayoría de las culturas, las mujeres han sido las guardianas de a biodiversidad. Ellas producen, reproducen, consumen y conservan la biodiversidad en la práctica de la agricultura. Sin embargo, al igual que todos los demás aspectos de su trabajo y su saber, la contribución de las mujeres al desarrollo y a la conservación de la biodiversidad se a presentado como un no-trabajo y un no-conocimiento. Su trabajo y sus conocimientos expertos se han definido como parte de la

naturaleza, a pesar de que están basados en prácticas culturales y científicas complejas. La conservación de la biodiversidad al como practican las mujeres difiere, no obstante, de la concepción patriarcal dominante. (SHIVA, 1998, p. 58)

Na sociedade capitalista só é reconhecido o que pode ser contabilizado, mercantilizado. Assim, o trabalho perde seu sentido mais amplo de ser uma prática de criação e recriação da vida e das relações humanas para ser visto apenas como o que gera dinheiro. Para as mulheres, esta relação é uma das formas de reafirmação da divisão sexual do trabalho, já que as tarefas exercidas por elas, na maioria das vezes, não produz dinheiro. FIÚZA (1997) afirma o seguinte:

A socialização dos papéis sexuais de forma hierárquica, estabelecendo caber ao homem a condição de cabeça do casal, implica uma forma diferenciada de se perceber a execução de atividades realizadas por homens e mulheres e também uma forma diferenciada de valorização destas tarefas. Muitas sociedades, incluindo a nossa, julgam o valor das atividades desempenhadas pelos indivíduos em termos de recompensa para aquele que compra e vende trabalho. Quando se pergunta a alguém “Você trabalha?” significa “Você ganha dinheiro?”. Por isso a ideia de que o trabalho doméstico, exercido pelas mulheres trabalhadoras rurais, fora da esfera do mercado, não é trabalho, pois não gera ou gera pouco, dinheiro. (FIÚZA, 1997, p. 36)

O modelo de pensamento capitalista ocidental dominante não consegue perceber a natureza e a vida em sua complexidade. É um pensamento dual, cartesiano e reduzido. Para as mulheres e nas suas representações sociais, trabalho e vida se apresentam intimamente ligados, já que elas relacionam o trabalho às suas práticas com a natureza, com a diversidade e com a reprodução da vida.

A natureza é percebida como algo que deve ser dominado para ser explorado como fonte de matéria prima para o desenvolvimento do capitalismo. Não valoriza as diferenças, tão pouco a diversidade. É essa a base de pensamento que legitima a monocultura, o agronegócio, o latifúndio, a uniformidade, a homogeneidade, a destruição da natureza e a perda de saberes tradicionais. Segundo SILIPRANDI (2005) observando os estudos de AGARWAL e PLUMWOOD constata que

A opressão feminina tem raízes nas condições materiais de existência, pela posição que historicamente ocuparam, na distribuição desigual de poder, no acesso diferenciado da propriedade, e nas condições de classe, raça, gênero e casta. A origem da opressão

estaria na racionalidade dominadora masculina, cuja expressão maior é a divisão sexual do trabalho, designando as tarefas de reprodução para as mulheres, e as da produção para os homens, com uma história de valorização social desigual. (AGARWAL; PLUMWOOD *apud* SILIPRANDI, p. 8).

Diferente da ideologia patriarcal e capitalista, em que a esfera da produção e da reprodução são separadas e hierarquizadas, o conceito de soberania alimentar construído a partir da luta das mulheres, concerne todo o sistema de produção, de distribuição, de compra, de preparação e de consumo de alimentos, bem como a preservação das sementes, da biodiversidade e questiona a visão utilitarista em que se percebe a natureza apenas como uma fornecedora de matéria prima.

Outra dimensão importante é a forma em que se percebe e discute as questões que são reconhecidas como privadas, colocando estas no centro da discussão, pois pensar a soberania alimentar a partir de uma lente feminista, só é possível a partir dessa visão integrada e complexa, que leve em conta todas as dimensões em que a opressão e a exploração se apresentam. Assim, as mulheres conseguem perceber o lugar de seu trabalho e sua importância no complexo sistema social.

Assim, questionar a divisão sexual do trabalho e a forma como se materializa, é outro objetivo que deve fazer parte de um projeto de construção, luta e conquista da Soberania Alimentar. Recuperar o valor do trabalho como uma atividade humana em si com toda sua complexidade, que ultrapassa a lógica dualista de qualificá-lo como trabalho produtivo (o monetarizado) e trabalho reprodutivo (o que não tem valor social), faz parte dessa luta.

Outro desafio é problematizar quais, de fato, são o interesse e a capacidade que os movimentos sociais, como novos sujeitos políticos têm em incorporar ou criar novos modelos epistemológicos e interpretativos do mundo, a fim de propor e pensar alternativas de organização social, de produção e reprodução, de propor políticas públicas que levem em conta os diversos sujeitos políticos e que promovam outro modelo de desenvolvimento, de direitos, de deveres etc.

A complexidade e os desafios na luta por soberania alimentar apresentam-se de forma muito clara na vida das mulheres que constroem o MMC. Em entrevista, uma das monitoras do MMC nos fala o que ela compreende como soberania alimentar:

Soberania alimentar é que eu tenho o direito, mas que eu possa, assim, usufruir desse direito, que deve ter em alguma lei, imagino que

tem, que já te falei que não conheço todas, mas que eu tenha o direito de poder me alimentar com a minha alimentação, que eu planeje, que eu plante, que eu colha e que ninguém me tire esse direito e com essa publicidade, essas campanhas, assim, tanta propaganda, que às vezes, a gente, põe em risco esse direito, dessa soberania alimentar. Então acho que ninguém pode tirar isso, né? Porque isso é da natureza. Já a natureza, ela sim se garante de fazer bem feito, então a gente também faz parte da natureza, eu acredito. E, que essa soberania alimentar, nós temos que provar isso. Nós temos que lutar por isso, porque muita gente não tem ainda o direito de se alimentar direito e também penso que seria pra todos ter comida na mesa e não só pra 2 ou 3, e, também eu penso que soberania alimentar também seria que eu possa produzir o melhor pra mim, mas também pra aquela pessoa que tá lá na cidade, que tá em qualquer trabalho, que é um professor, seja um médico, seja, um garoto de rua, mas que ele também tenha esse direito de se alimentar com o produto que ele escolhe, que ele tenha alcance nisso, porque eles não tem alcance nisso, então não existe ainda, nós não temos ainda assegurada essa segurança alimentar, essa soberania, é um direito, mas não é um direito assegurado. (L.B.)⁵⁰

Na fala da monitora do MMC, sua percepção sobre a soberania alimentar nos mostra a forma complexa como perceberem as questões da produção, distribuição, consumo, bem como a dimensão da construção da cidadania (tendo a soberania alimentar como um direito que deve ser assegurado, mas que ainda não existe), fazendo parte de um projeto de luta por soberania alimentar.

A percepção desta monitora, seu olhar, não está na “natureza das mulheres”, em sua essência, mas faz parte do projeto político do MMC e é reflexo do processo de discussão política e luta em que as mulheres estão inseridas. A participação em si é politizadora, na medida em que tira as mulheres dos espaços domésticos e apresenta a elas outras realidades e desafios, colocando-as em contato com outras realidades, em espaços públicos, que exigem delas outras formas de se relacionar e se perceber enquanto sujeito político.

Este processo político é transformador, tanto individual, ou seja, em relação à mulher que participa do movimento, quanto coletivamente, na medida em que legitima o MMC como *novo sujeito político* em arenas públicas, em que várias questões e projetos políticos são apresentados, debatidos e disputados.

Neste sentido, uma questão que se apresentou preponderante neste trabalho é buscar perceber como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) pode ser reconhecido como um *novo* sujeito político que está em sintonia com estas questões,

⁵⁰ Monitora do MMC. Entrevista realizada em Chapecó, Santa Catarina, em maio de 2008.

para que a categorização de *novo* exprima uma tentativa de enfrentar estas *novas* questões.

7 O movimento de mulheres camponesas como sujeito político feminista

*O MMC 25 anos com você!
Isso aconteceu 25 anos atrás
Em uma reunião, em Nova Itaberaba, que foi capaz
De motivar um grupo de mulheres presentes
A questionar seu papel na sociedade vigente*

*São 25 anos de lutas e conquistas,
Por mulheres agricultoras, camponesas e feministas,
Que firmam sua missão libertadora
Sendo agentes de uma sociedade transformadora.⁵¹*

O processo de democratização do Brasil que ocorre com a transição do governo ditatorial militar tem como ponto central a Assembléia Constituinte de 1988 que, segundo SANTOS (2002), aumentou a influência de diversos atores sociais nas instituições políticas através de novos arranjos participativos. Esse processo não é linear e, deve ser percebido como fruto da conquista dos movimentos sociais organizados e da necessidade de mudanças estruturais, políticas e culturais, que por sua vez trazem à tona o questionamento das formas de representatividade e dos projetos políticos, bem como a necessidade de retomar o significado de uma democracia participativa, “como projeto de inclusão e inovação cultural, sendo a tentativa de instituição de uma nova soberania democrática”. (SANTOS, 2002, p. 58)

Nesse contexto, os movimentos sociais surgem com muita força contestatória. É nesse período e no bojo das transformações políticas que, no Brasil, os movimentos de mulheres ganham força e significativa expressão nos processos de luta no campo.

Datam desse período as primeiras organizações formais com o objetivo de reivindicar o reconhecimento político de um estatuto profissional, bem como outros direitos sociais. (CARNEIRO, 1987)

A luta pela terra ganha força e as mulheres passam a serem sujeitos reconhecidos neste processo. Em 1995, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras

⁵¹ Poesia feita para comemoração dos 25 anos do MMC, em Santa Catarina, por Maria Helena Kirchner. Em 13 de abril de 2008.

Rurais, reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), alguns sindicatos de trabalhadores rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

O MMC é fruto de uma luta política que envolve as mulheres agricultoras rurais desde a década de 70 e que estavam envolvidas em diversas organizações, como Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e grupos de mães, e é fruto dos processo de questionamento às estruturas patriarcais e capitalistas fortemente presentes no meio rural. Esses grupos surgem como tais a partir da necessidade de fortalecer a luta específica das mulheres na luta pela terra e pela democratização do meio rural.

O movimento se expressa em diversas frentes e é uma das características da região do Oeste catarinense. Segundo FLEXOR (2002, p. 188), em estudo realizado na região, as condições econômicas e políticas (preço de produtos, peste suína, previdência social, indenização por estradas feitas em suas terras) anteriores a 1980, apresentaram um ambiente favorável para o desenvolvimento do processo.

Estas lutas contaram com um importante apoio da Igreja católica, da Diocese de Chapecó e outras, que repercutiam na região a nova orientação resultante dos encontros eclesiais de Medellín (1968) e Puebla (1979). O papel privilegiado da igreja devia-se tanto à força da religião no meio rural como por ser a única instituição social com força suficiente para confrontar o regime militar.

O texto elaborado pelo MMC, utilizado para formação política e discussão em grupos de base, em comemoração aos 25 anos do movimento no estado de Santa Catarina, reafirma a influência da igreja e a reconhece como um sujeito determinante neste processo.

Segundo esse texto, as mulheres engajadas nas CEBs participavam de cursos de formação organizados pelo bispo Dom José Gomes, padres, religiosos e pastores da Igreja Católica e da Luterana (Igreja evangélica de confissão Luterana do Brasil – IECLB), comprometidos com o evangelho e a proposta de Teologia da Libertação, assumindo a opção pelos pobres. Assim, as mulheres começam a entender e interferir na realidade, organizando-se em busca de seus direitos.

Ao lermos a história contada pelas mulheres do MMC, nos remetendo ao que POLLAK (1992) compreende como sendo uma memória coletiva, que embora

parecendo ser individual, intimamente de cada pessoa, deve ser entendida como fenômeno coletivo e social. Segundo o autor, a memória como fenômeno social apresenta três características fundamentais, a) um *fenômeno construído*

quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um trabalho de organização em função das preocupações individuais e políticas do momento. (p. 204)

b) *seletiva* como também

c) é *elemento constitutivo da identidade* tanto individual como coletiva, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade”. (p.206)

A partir deste entendimento, no mesmo material percebemos como elas resgatam e compreendem a história do Movimento como conquista das mulheres. No dia 1º de maio de 1983, no distrito de Nova Itaberaba, município de Chapecó, se reuniram 28 mulheres. Já no dia 2 de junho de 1983, foi possível reunir 42 mulheres. A iniciativa se espalhou e envolveu mulheres de outros municípios criando a Organização de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, uma organização autônoma, de base, de classe e popular. Em 8 de março de 1984, novamente em Nova Itaberaba, com o lema “Mulheres unidas jamais serão vencidas”, 500 mulheres fazem um novo encontro. A organização avança com atividades de formação e lutas. As mulheres reivindicam o direito à sindicalização, aposentadoria integral e participação política. Articulam-se e participam do I Encontro Nacional, em que priorizam a formação, a divulgação e a organização das mulheres. Em 1986, a organização passa a se chamar Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, tendo como princípio ser um movimento autônomo, de classe, de base, democrático e popular. Os dez anos de Movimento autônomo de mulheres foram marcados pelo mutirão de organização de base, congresso e mobilização estadual, em que se debateu saúde pública e de qualidade, gênero e classe e participação política da mulher na sociedade. Em 1995, é criada a Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, com o objetivo de unificar a luta de gênero e classe, enfrentando a sociedade capitalista e patriarcal. A partir de 1995, o Movimento intensificou a reflexão sobre as consequências dos venenos, doenças e a liberação dos transgênicos. Esse debate orientou a preparação da 8º Assembleia Estadual, em Concórdia, em 2001, com o lema: “Filhas da terra na construção de um

projeto novo”. A definição pela construção de um projeto popular de agricultura agroecológica, desafiou o MMC/SC a organizar o programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças. No seminário do dia 8 de março de 2003, em Curitiba (SC), com o lema: “Filhas da Terra, produzindo sementes crioulas de hortaliças, alimentando sonhos de libertação”, 800 mulheres aprofundam os rumos do projeto de agricultura que querem construir. Nesta mesma atividade acontece o lançamento do mutirão de organização de base em comemoração aos 20 anos do Movimento e o debate pela unificação de um movimento autônomo nacional. Na 9ª Assembleia Estadual o MMA/SC passa a se denominar Movimento de Mulheres Camponesas e assume os princípios de ser um movimento de luta, de novas relações, de autonomia, feminista, camponês, classista e socialista. Tem como principais lutas: a libertação da mulher, participação política da mulher na sociedade, contribuição na construção do projeto popular de agricultura camponesa agroecológica, direitos sociais e políticas públicas, ressignificação da cultura camponesa, contra o modelo capitalista imperialista, libertação da mulher como missão, a produção de alimentos saudáveis e a transformação da sociedade. Com este debate, no 8 de março de 2004, em Brasília, consolida-se o Movimento de Mulheres Camponesas.⁵²

A história e a memória do MMC são reafirmadas por algumas mulheres que participam do movimento desde seus princípios. Em entrevista, uma das coordenadoras nos apresenta sua versão.

Aqui, muitas de nós começamos ou na igreja como religiosas ou atuando em pastorais (da criança, da terra, da saúde) ou nos sindicatos. Depois sentimos a necessidade organizar um movimento de mulheres. Uma das causas foi o conflito com os sindicatos (a falta de participação das mulheres e a diferença entre os sexos). A igreja apoiou bastante esta iniciativa. Assim, aqui em Santa Catarina, resolvemos nos organizar como Movimento de Mulheres Camponesas. Fizemos um congresso nacional, em 2003, com mulheres que vieram de vários estados e passamos a nos chamar MMC, mas antes já éramos organizadas como Movimento de Mulheres Agricultoras. (N.K.)⁵³

O resgate e a divulgação dessa memória é parte do projeto político do MMC, na medida em que são as próprias mulheres que contam suas histórias e podem apresentá-la como processos de lutas e conquistas políticas, bem como legitima o MMC como

⁵² Adaptado de *MMC – um movimento que luta pela vida*.

⁵³ Entrevista realizada com coordenadora do MMC de Santa Catarina, em abril de 2008, em Chapecó.

movimento social. Segundo POLLACK (1992, p. 205) “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos, sendo elementos de legitimidades destes nas disputas”.

Na proposta analítica de TOURAINÉ (2006, p. 26) um movimento social pode ser identificado como tal, a partir da combinação de três características: construção de uma identidade específica, reconhecimento de um adversário e objetivo de atuação claro. Neste sentido, compreendemos que o MMC se define como um movimento social que luta por outro modelo de sociedade, feminista e anticapitalista, “pela libertação da mulher e de toda forma de opressão”, o que constitui e diferencia sua identidade; *político*, porque luta por mudanças sociais, políticas e econômicas e propõe novas políticas públicas, questionando o atual modelo de desenvolvimento, nacional e internacionalmente; *popular*, pois é composto por mulheres camponesas de diversos estados brasileiros, o que caracteriza também seu caráter de ser democrático. Tem como adversário o agronegócio e o patriarcado e por objetivo além da mudança do modelo produtivo a transformação radical da sociedade.

Segundo Fischer (2006, p. 57), ao participar das lutas no campo articuladas pelo movimento de mulheres, a trabalhadora rural ganha um espaço que lhe permite questionar as relações de dominação, especialmente no espaço público. A ação política das mulheres rompe a cortina de sua invisibilidade pública (SILVA, 1992, p. 282) graças a uma nova trama de relações sociais que pressupõe interações e novos saberes que, por sua vez, redefine relações de poder também na instância do privado. Cria-se, portanto, um novo espaço propício à reconstrução das relações de gênero.

Neste sentido, o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC se reconhece como um movimento social camponês e feminista. Tem em suas propostas a luta de classe e gênero, trazendo a discussão das especificidades do feminismo para dentro das questões tidas como gerais, para lutas “maiores” como reforma agrária, questionamento ao modelo econômico etc.

Essa é uma questão que tem se apresentado como um desafio ao movimento de mulheres como um dos sujeitos políticos da sociedade civil, pois por um lado lutam para serem reconhecidas no campo de questionamento ao modelo hegemônico (lutas gerais) e, por outro, lutam para serem reconhecidas como sujeitos políticos em seus espaços e redes e articulações, as mesmas em que estão inseridas (lutas específicas).

Essa questão nos remete ao que DAGNINO (2006, p. 23) reconhece como a heterogeneidade da sociedade civil.⁵⁴

Constituir um movimento nacional das mulheres camponesas se justifica a partir da certeza de que “a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta”.⁵⁵

DAGNINO (2002), ainda, afirma que perceber a sociedade civil como pólo das virtudes nos leva ao erro de reforçar a visão homogeneizante, na medida em que esta não pode ser vista como espaço do bem, mas reflexo das relações de poder e capazes de disputar entre si distintos projetos políticos.⁵⁶

A partir de 2003, após o Congresso Nacional realizado em Brasília, o MMC aponta como desafio se nacionalizar, buscando quebrar com a imagem de ser um movimento sulista. Como afirma uma de suas coordenadoras nacionais.

O movimento começou no Sul, mas sabemos que nossa luta é bem maior. Não queremos mais esta imagem “sulista”. Quando lutamos pela soberania alimentar, as mulheres têm que colocar a sua cara, o seu jeito. Para ser um projeto global, temos que mudar a cara. Não só mudar, mas ampliar, incorporar outras mulheres, fortalecer a luta no Norte, no Nordeste, em todo país. (L.P.)⁵⁷

O MMC se organiza a partir da articulação com grupos de bases, coordenações municipais, regionais, estaduais e nacional. As mulheres ocupam as funções de monitoras⁵⁸ (das sementes, plantas medicinais, formação política), coordenadoras (de grupos, regionais, estaduais e nacionais).

No âmbito estadual como, por exemplo, no estado de Santa Catarina, o MMC se organiza geopoliticamente em Regionais. Cada Regional compõe um conjunto de

⁵⁴ Com efeito, “a sociedade civil não é um ator coletivo e homogêneo [...] é um conjunto heterogêneo de múltiplos atores sociais, com frequência opostos entre si, que atuam em diferentes espaços públicos e que, via de regra, têm seus próprios canais de articulação com os sistemas político e econômico. Isso quer dizer que a sociedade civil está entrecruzada por múltiplos conflitos e que ela é, em todo caso, uma arena de arenas” (WALTZER, 1992) e não um território da convivência pacífica e não conflituosa” (???)

⁵⁵ Nota de apresentação do movimento, em sua página eletrônica : www.mmcbrasil.com.br/menu/historia_por.html. Acesso em 9/1/2008.

⁵⁶ Estamos usando o termo políticos num sentido próximo a visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam ação política dos diferentes movimentos. (DAGNINO, 2002, p. 282)

⁵⁷ Entrevista realizada com coordenadora nacional do MMC, em Brasília, outubro de 2007.

⁵⁸ Apresentaremos no Capítulo III mais detalhadamente a função e a importância das monitoras na execução de suas tarefas, tanto interna ao MMC, quanto externa nas suas relações políticas e de fortalecimento.

municípios coordenados e acompanhados por monitoras, que têm a função de organizar os grupos de base, apresentar o MMC, realizar a discussão política com as mulheres, construir as ações públicas, organizar os grupos em torno de discussões sobre feminismo e participação das mulheres em espaços públicos, oficinas das sementes crioulas, de plantas medicinais e fortalecer as mulheres como sujeito político feminista, para que se tornem agentes locais.

Estas articulações acontecem em parceria com sujeitos políticos. A mobilização das mulheres é, assim, também feita através das pastorais, como da saúde, da criança, da educação. Muitas das reuniões acontecem nos salões paroquiais. Também têm apoio de sindicatos, grupos de mulheres e de mães. Nas comunidades menores, o MMC atua através de uma liderança local que se responsabiliza por mobilizar e organizar a infraestrutura para a atividade, que normalmente tem a duração de um dia.

As atividades locais acontecem com uma periodicidade média bimestral, dependendo da disponibilidade dos grupos, o que faz com que cada grupo, quanto mais organizado esteja, maior número de reuniões propostas consiga realizar para o movimento. Em cada atividade é realizada uma mística de abertura, leitura e discussão de texto político, almoço, atividade coletiva de discussão e encerramento.

Imagem 1. Mística em oficina sobre plantas medicinais.
Saudade (SC), em maio de 2008.

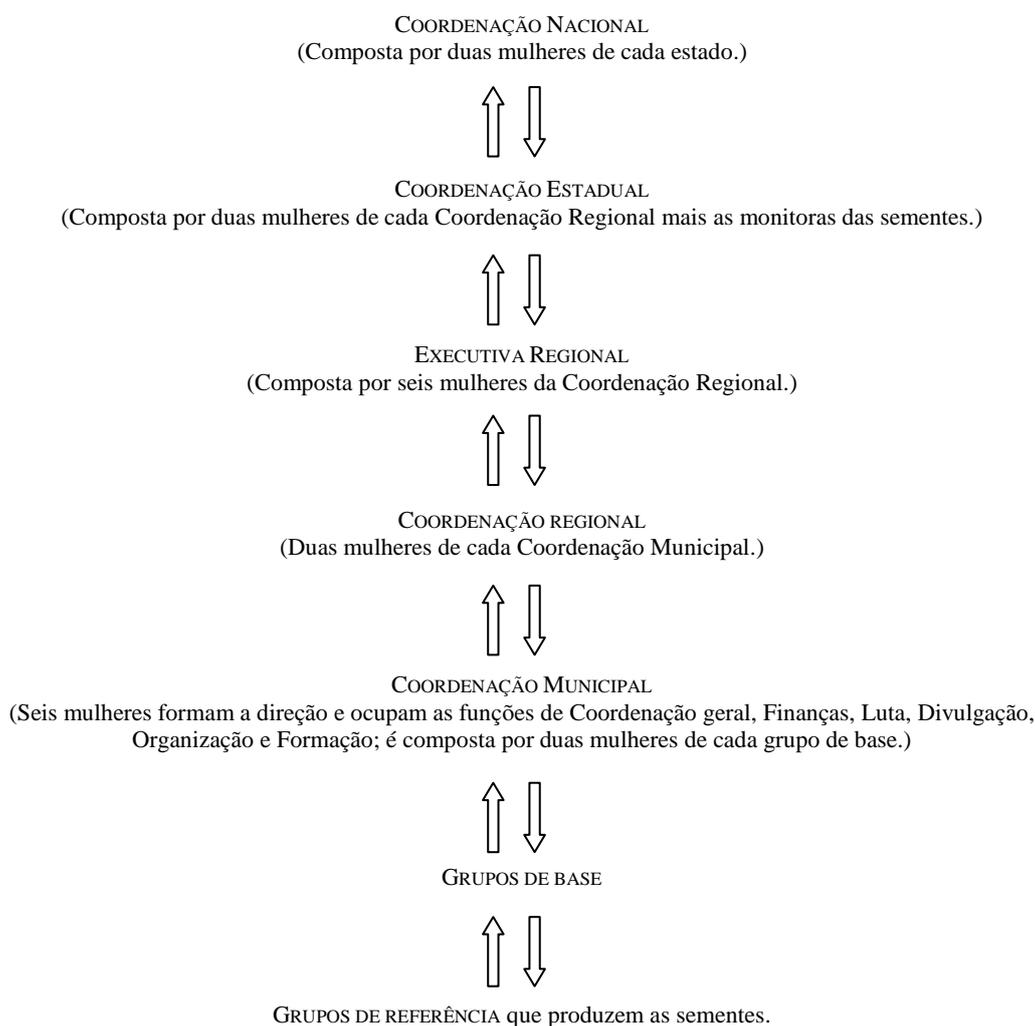


Imagem 2. Mística em oficina de alimentação saudável.
Pinhalzinho (SC), em maio de 2008.



As oficinas seguem planejamento e cronograma que são estabelecidos em reuniões da coordenação estadual, em que se elege a temática a ser trabalhada pelas monitoras nas oficinas locais, as metodologias e se discute as conjunturas políticas. Nas oficinas o trabalho propicia a formação técnica com assessores, que acompanham o trabalho do MMC, para a agroecologia e para outras capacitações técnicas. A estrutura orgânica do MMC pode ser representada em organograma (Figura 4).

Figura 2. Organicidade interna do MMC.



No estado de Santa Catarina o MMC está presente em 110 municípios, 37,5% do total, organizados em 16 Regionais, conforme tabela a seguir (Quadro 2).

Quadro 2. Regionais e municípios organizados no MMC (SC).

Regional	Municípios
Descanso	Riqueza, Mondai, Itapiranga, São João do Oeste, Iporã, Descanso, Santa Helena
São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste, Paraíso, Barra Bonita, Bandeirantes, Belmonte, Tunápolis
Cedro	Palma Sola, Dionísio Cerqueira, Guarujá Azul, São José do Cedro, Guaraciaba, Anchieta
Maravilha	Maravilha, Romelândia, São Miguel da Boa Vista, Iraceminha, Cunha Porá
Campo Erê	Campo Erê, São Bernardino, Santa Teresinha do Progresso, Saltinho
Pinhalzinho	Sul Brasil, Modelo, Pinhalzinho, Saudades, Nova Erechim, Águas Frias
Quilombo	Formosa do Sul, Irati, Quilombo, Santiago do Sul, Coronel Freitas, Jardinópolis, União do Oeste, Novo Horizonte, São Lourenço do Oeste
Chapecó	Xaxim, Lageado Grande, Cordilheira Alta, Guatambu, Planalto Alegre, Caxambu do Sul, Águas de Chapecó, São Carlos, Palmitos, Arvoredo, Seara, Chapecó, Nova Itaberaba, Caíbi, Cunhataí
Concórdia	Ita, Concórdia, Ipumirim, Irani, Lindoia do Sul, Capinzal, Arabutã
Xanxerê	Faxinal do Guedes, Xavantina, Abelardo Luz, São Domingos, Coronel Martins, Ipuçu, Xanxerê, Marema, Entre Rios
Lages	Curitibanos, Anita Garibaldi, Lages, Campo Belo, São José de Cerrito, São Joaquim, Painei, Otacílio Costa, São Cristóvão
Joaçaba	Campos Novos, Erval Velho, Joaçaba, Capinzal
Rio do Campo	Rio do Campo, Vitor Meireles, Santa Teresinha, Rio do Oeste
Mafra	Mafra, Itaipópolis, Irinópolis
Sul	Urusanga, Treviso, Morro da Fumaça, Orleans, Içara, Cocal do Sul
Caçador	Caçador, Videira, Salto Veloso, Matos Costa, Fraiburgo, Macieira, Tangará

Em âmbito nacional, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) está presente em quase todo o país, atuando em articulação com movimentos sociais de mulheres e mistos, rurais e urbanos, de atuação nacional e internacional. O MMC é o único movimento feminista que compõe a Via Campesina no Brasil e que, como tal, reafirma o modelo de agricultura camponesa na luta pela preservação da terra e da vida, a partir da auto-organização das mulheres.

8 Momentos de ação política do MMC na luta pela Soberania Alimentar

O MMC pode ser considerado ator coletivo contribuinte para a formação das capacidades básicas dos sujeitos que o compõem e que, como nos aponta OLIVEIRA (2001, p. 19), mantém um caráter desformalizador e desregulamentador⁵⁹ que os movimentos sociais de luta contra-hegemônica devem ter. Age em várias frentes de luta, fortalecendo a auto-organização das mulheres no enfrentamento ao agronegócio bem como às diversas forças de opressão e violência a que a população rural e urbana está sujeita.

Suas ações, a partir da luta pela Soberania Alimentar e em articulação com outros sujeitos políticos, locais, nacionais e internacionais (como sindicatos, ONG's movimentos, igrejas, grupos locais e políticos, dentre outros), refletem e agem nas três esferas sociais: na comunidade, no Estado e no mercado, como estratégia para a construção de um novo projeto de sociedade, anticapitalista e antipatriarcal.⁶⁰

Segundo DAGNINO (2002), essa articulação é necessária para ampliar os espaços públicos de participação política, bem como para a criação de um novo projeto político participativo, democrático.⁶¹ Este projeto deve ser resultado do desenvolvimento da capacidade de ação propositiva e crítica dos movimentos sociais e outros atores políticos, e diferentemente da simples reivindicação, requer o reconhecimento da totalidade de interesses envolvidos e a visão da sociedade no seu conjunto, e, portanto, a superação de uma cultura particularista ou corporativista.⁶²

Para a autora, essa articulação é parte da contribuição da sociedade civil à construção democrática, um processo que é, diga-se de passagem, sempre desigual no seu ritmo e seu alcance.⁶³ Segundo uma das coordenadoras nacionais do MMC:

Também tem que ter presente uma questão: nós estamos num movimento autônomo de mulheres e daí a gente disputa a hegemonia também nestes espaços... Não é tão tranquilo assim. (J.I.)⁶⁴

⁵⁹ Desformalizador – mudança na forma de representação; desregulamentador – mudança nas regras de representação.

⁶⁰ Os movimentos sociais estariam inseridos em movimentos pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos. (SANTOS, 2002, p. 53)

⁶¹ Estamos usando o termo políticos num sentido próximo a visão gramsciana [...]. (DAGNINO, E. *Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 282)

⁶² *Idem*, p. 296.

⁶³ *Ibidem*, p. 297.

O MMC procura unificar as lutas desde a realidade local de cada grupo, considerando as demandas dos sujeitos envolvidos, as condições materiais de vida, o desenvolvimento de estratégias que fortaleçam a ação coletiva e que criem as condições dos grupos desenvolverem as capacidades de intervirem e transformarem suas realidades e as relações de poder, questionando e enfrentando o patriarcado e o capitalismo. A partir da bandeira de luta pela soberania alimentar, as mulheres articulam esta discussão com a luta pela democratização dos diversos espaços em que se relacionam e vivem. Os grupos organizados geram tipos específicos de ação coletiva que visam o enfrentamento das relações sociais, políticas, culturais e econômicas, na base para a construção e a formação das relações de poder.

O questionamento gerado causa conflitos, percebidos aqui, como indispensáveis para iniciar um processo de democratização do meio rural brasileiro, fortalecendo a luta pela cidadania,⁶⁵ ampliando o acesso a direitos sociais e o caminho para uma transformação das relações de poder.

Esses conflitos são vividos e experimentados pelas mulheres tanto na relação com o Estado, como na relação com a sociedade civil, na medida em que, como afirma DAGNINO (2002, p. 282), esta não pode ser vista como espaço do bem, mas que reflete relações de poder e que pode disputar distintos projetos políticos.

Esses projetos políticos podem nos ajudar a medir o nível de conflito e tensão que existe entre a sociedade e o Estado, bem como entre os diversos sujeitos e seus projetos políticos com concepções distintas que se confrontam nos espaços públicos, na medida em que “o conflito e a tensão serão maiores ou menores dependendo do quanto compartilham – e com que centralidade fazem – as partes envolvidas”. (DAGNINO, 2002, p. 280)

A partir do que foi discutido, apresentaremos cinco momentos de ação política em que o MMC esteve presente e que nos serve de material de análise para compreendermos o processo político de construção do projeto de Soberania Alimentar e como as ações desenvolvidas pelas mulheres catalizam e representam um processo de

⁶⁴ Entrevista realizada em Chapecó, em maio de 2008.

⁶⁵ Segundo OLIVEIRA (2001, p. 21), “Embora o bem-estar e a alta qualidade de vida devam ser direitos dos cidadãos, não se deve colocar tais direitos como sinônimo de cidadania, pois este economicismo pagaria o preço de desconsiderar cidadãos os que não tem meios materiais de bem-estar e qualidade de vida [...]. A luta pela cidadania é a forma mais moderna, contemporânea, do conflito de classes. Por que é a luta pelos significados, pelo direito à fala e à política, que se faz apropriando-se do léxico dos direitos e levando-os, redefinindo-os, num novo patamar, de fato transformando o campo semântico ao tempo em que se apropria dele.”

democratização do meio rural brasileiro, criando novos espaços públicos e forçando o reconhecimento de novos sujeitos políticos.

Estes momentos são percebidos como partes do projeto político do MMC de luta pela Soberania Alimentar. Percebemos nestas ações uma lógica de articulação política entre o MMC e outros sujeitos políticos.

Faremos uma breve apresentação buscando compreendê-los como instrumento para o reconhecimento do MMC como sujeito político na esfera pública,⁶⁶ indispensável na sua legitimidade e reconhecimento como sujeito político público (na sua dimensão política) bem como no fortalecimento da identidade do movimento (na sua dimensão organizativa).

Os cinco momentos são: a) Ocupação do laboratório da Aracruz celulose, em Barra do Ribeiro,RS, no dia 8 de março de 2006 em que o MMC denunciou a monocultura. É um momento de reconhecimento político internacional frente à conferência da FAO em Porto Alegre, março de 2006; b) Fórum Mundial de Soberania Alimentar – Declaração das mulheres por soberania alimentar em Mali, na África, em fevereiro de 2007. c) Lançamento da campanha pela produção de alimentos saudáveis como pauta feminista, no 8 de março de 2007, em Santa Catarina, Brasil. d) Acampamento nacional das mulheres pela previdência universal, em Brasília, outubro de 2007. “FPIP: Nenhum direito a menos: Pela manutenção da Previdência Pública Universal e Solidária e a manutenção da condição de Segurados Especiais”. e) Em 8 de março de 2008, Dia internacional de luta das mulheres, em que o MMC leva 600 mulheres para Florianópolis para entregar uma série de reivindicações, como a construção de cisternas, hortos e turmas de alfabetização com o lema: "Contra o agronegócio, pela defesa da vida e construção do Projeto de Agricultura Camponesa”.

a) Ocupação do laboratório da Aracruz no dia 8 de março de 2006, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul.

Uma poderosa ação direta de cerca de duas mil mulheres camponesas organizadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e outros movimentos

⁶⁶ Para HABERMAS, a esfera pública é um espaço no qual indivíduos – mulheres, negros, trabalhadores, minorias raciais – podem problematizar em público uma condição de desigualdade na esfera privada. As ações em público dos indivíduos permitem-lhes questionar a sua exclusão de arranjos políticos através de um princípio de deliberação societária que Habermas denomina de princípio D: “apenas são válidas aquelas normas-ações que contam com o assentimento de todos os indivíduos participantes de um discurso racional”. (SANTOS, 2002, p. 52)

vinculados à Via Campesina, destruiu laboratórios de produção de mudas de eucaliptos da empresa transnacional de origem norueguesa Aracruz Celulose. A ação foi concomitante à realização, em Porto Alegre, da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, patrocinada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

A mobilização tinha o objetivo de denunciar as consequências sociais e ambientais do avanço do “deserto verde” criado pelo monocultivo de eucaliptos e outras espécies florestais e a expulsão violenta de indígenas e camponeses de terras reivindicadas pela Aracruz, ocorrida no início do ano, no estado do Espírito Santo. Nas palavras das mulheres: “Onde o deserto verde avança a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam, sem contar a enorme poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana.”

O protesto foi definido por elas como uma manifestação contra o “agronegócio” e em defesa de “outro projeto de agricultura camponesa”, que respeite a natureza, que produza alimentos para o autosustento e conserve a soberania alimentar.⁶⁷

Imagens 3 e 4



Fonte: Arquivo MMC/SC.

Após esta ação, as mulheres da Via Campesina sofrem um processo de criminalização e perseguição intensa. Muitas lideranças estiveram vários meses foragidas, o que resultou numa grande perda para o movimento.⁶⁸ Mesmo assim, podemos avaliar esse como um dos momentos chave no reconhecimento do MMC

⁶⁷ Movimento de Mulheres Camponesas, boletim eletrônico, nº 5, em 15/3/2006; disponível em http://www.sof.org.br/arquivos/doc/mulheres_e_eucaliptos.doc, acesso em 9/1/2008.

⁶⁸ Estamos nos referindo a Loiva Lourdes, liderança histórica do MMC que faleceu no período que estava foragida devido a complicações por falta de tratamento adequado.

como um sujeito político feminista na arena internacional, bem como no seu fortalecimento interno e na arena nacional. Em entrevista, uma das coordenadoras nacionais do MMC relata esta ação.

[...] em 2006, nacionalmente falando é o momento que marcou a vida do movimento com a questão da ação do “8 de março” na Aracruz Celulose e outros espaços e tal, que marcou campo no sentido da posição contra as transnacionais, em defesa da nossa nação, né? Em defesa da agricultura camponesa, em defesa da biodiversidade e nesse sentido. Pós o 8 de março, eu acho que é interessante, que isso, essa ação teve muita perseguição, muita perseguição no sentido da repressão por parte do judiciário, da polícia, mas também por parte dos órgãos públicos. Na questão do financiamento e essas questões todas. Então tivemos um processo bastante difícil, em seguida, de não aprovação de projetos e isso gerou dificuldade. Mas também foi um momento intenso de trabalho de base, no sentido de, foi muito importante, entender a importância que foi aquela ação, da necessidade da continuidade do trabalho e no fortalecimento do movimento para as mulheres. (J.I.)⁶⁹

b) Fórum mundial de Soberania Alimentar.

Em fevereiro de 2007 aconteceu o Fórum de Soberania Alimentar em Mali, na África.⁷⁰ Neste fórum muitas discussões foram travadas em torno da compreensão e desafios na construção de um projeto político global de soberania alimentar, que incluísse a diversidade e complexidade das culturas, visões e representações de mundo. No documento final, que foi assinado por 500 representantes de mais de 80 países, o conceito de soberania alimentar ganha um caráter global, porém, relacionando-se a ações locais, como instrumento político de transformação e articulação de uma luta antissistêmica, ou seja, anticapitalista e antipatriarcal.

Como resultado de discussões políticas entre diversos grupos sociais de todo mundo,⁷¹ o conceito de soberania alimentar foi reelaborado considerando a necessidade de articular diversas dimensões que se relacionam com a produção e reprodução da vida humana e da sustentabilidade do planeta.

⁶⁹ Entrevista realizada com coordenadora nacional do MMC, em Chapecó (SC), maio de 2008.

⁷⁰ O Fórum Internacional de Nyéleni aconteceu de 23 a 27 de fevereiro, em Sélingué, Mali.

⁷¹ O Fórum Internacional de Nyéleni sobre Soberania Alimentar foi coordenado por um conselho de organizações sociais. As que estavam à frente são: a Rede de Organizações de Camponeses e Produtores da África do Oeste, a Coordenação Nacional de Organizações Camponesas do Mali, a World Forum of Fish Harvesters and Fishworkers (WFF), a World Forum of Fisher Peoples (WFFP) e os representantes das ONGs membros do Food Sovereignty Network. Ver: www.nyeleni2007.org.

Porém, o que nos cabe ressaltar é que neste fórum as mulheres da Via Campesina elaboraram uma Declaração das Mulheres por Soberania Alimentar, apresentando as questões específicas das mulheres na luta por soberania alimentar e exigindo seu reconhecimento como sujeitos políticos e históricos na materialização e defesa dessa soberania.

Nós rejeitamos as instituições capitalistas e patriarcais que concebem os alimentos, a água, a terra, os conhecimentos populares e o corpo das mulheres como uma simples mercadoria. Nós incluímos nossa luta pela soberania alimentar dentro da luta pela igualdade entre os sexos, pois não queremos mais nos submeter nem à opressão nas sociedades tradicionais, nem nas modernas, nem à opressão do mercado.⁷²

Imagem 5



Fonte: Arquivo Sempre-viva, organização feminista.

c) Lançamento da Campanha pela produção de alimentos saudáveis como pauta feminista, em 8 de março de 2007.

A Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis foi fruto de intensas discussões, mas principalmente foi resultado de ações políticas que vinham sendo construídas pelo MMC e que visavam o fortalecimento das as mulheres como sujeitos ativos do processo de enfrentamento e de questionamento do *status quo*.

⁷² Declaração das mulheres por Soberania Alimentar. Fórum Internacional de Nyéleni por Soberania Alimentar. Mali, 27 de fevereiro de 2007.

A campanha foi lançada, no dia 19 de fevereiro de 2007, como tema político para o 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres.

O Movimento de Mulheres Camponesas, em seus 20 anos de história e construção, vem reafirmando a agricultura camponesa como forma de resistir, enfrentar e negar o modelo capitalista e patriarcal no campo. Construimos nossa luta no sentido de propor um Projeto de Agricultura Camponesa, fundamentado nos princípios da agroecologia, que garanta a soberania alimentar como direito, onde o povo possa produzir e comer seus próprios alimentos, respeitando as diferentes culturas, o ambiente e promovendo a vida. Assim, o MMC Brasil, neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher, lança a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis, com o lema “Produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza!” O objetivo é avançar na luta pela soberania alimentar, contribuindo no combate a fome e a miséria, tornando visível o grande potencial de produção de alimentos que a agricultura camponesa possui, evidenciando o papel das mulheres neste processo e sensibilizando a sociedade para a situação de degradação da natureza, como também as possibilidades de retomar o cuidado com a vida.⁷³

A campanha materializa-se e ganha sentido a partir da relação entre as práticas das camponesas, com a construção de um projeto político. Isso acontece em discussões com grupos de mulheres, com técnicos, com as famílias, com as comunidades em que elas estão inseridas e é tema de disputa e discussão, nacional e internacional.

A campanha tem um múltiplo papel de consolidar o MMC, internamente porque fortalece sua identidade, e de propiciar o reconhecimento deste como sujeito político nos espaços públicos e políticos, legitimando-o como um dos agentes no processo de transformação social. Estas questões serão aprofundadas no terceiro capítulo desta dissertação.

d) Acampamento Nacional das mulheres pela previdência universal – Brasília, em outubro de 2007. “FPIP: Nenhum direito a menos: Pela manutenção da Previdência Pública Universal e Solidária e a manutenção da condição de Segurados Especiais”.

O processo de reformas estruturais proposto pelo governo Lula incluiu a constituição de fóruns de debate. Dentro desta proposta inclui-se o projeto de reforma da Previdência Social e a constituição de Fórum da previdência, porém, neste espaço, o movimento de mulheres não teve assento. Iniciou-se assim a articulação dos

⁷³ Na página eletrônica do MMC, em <http://www.mmcbrasil.com.br/campanha2007>, acesso em 13/1/2008.

movimentos de mulheres e feministas em torno da constituição do Fórum Itinerante e Paralelo da Previdência Social e que teve por lema: “Nenhum direito a menos! Pela manutenção da Previdência Pública Universal e Solidária e a manutenção da condição de Segurados Especiais”. Seu objetivo era questionar a exclusão das mulheres deste espaço, bem como acompanhar as decisões e encaminhamentos deste processo frente ao processo de reforma que estava sendo proposto, levando propostas e reivindicações específicas.

Nós, mulheres, somos mais da metade da população brasileira, cerca de 53 milhões das pessoas que compõem a População Economicamente Ativa do país e cerca de 36 milhões na população ocupada. No trabalho rural agrícola, nós mulheres representamos cerca de 40% das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e na produção para o consumo. (IBGE, 2003)

[...] A exclusão dos movimentos de mulheres como sujeitos legítimos a terem assento neste Fórum da Previdência seria um grave retrocesso no diálogo estabelecido entre o governo Lula e os movimentos de mulheres nesses últimos anos.⁷⁴

No espaço do acampamento, várias faixas e bandeiras estavam estendidas, uma das primeiras faixas que conduziam a ala do MMC na passeata de protesto era pela produção de alimentos saudáveis, em que o movimento propõe um dos eixos de materialização da soberania alimentar.

⁷⁴ Carta pública do Movimento de mulheres sobre a participação no Fórum Nacional da Previdência Social. Disponível em http://www.mmcbrazil.com.br/noticias/260307_forum_previdencia.htm. Acesso em 22 de abril de 2008.

Imagem 6. Ala de abertura da passeata. Brasília, em outubro de 2007.



Imagem 7. Acampamento em frente ao Ministério da Previdência. Brasília, em outubro de 2007.



5) 8 de março de 2008, Dia Internacional de Luta das Mulheres.

Quando o MMC leva 600 mulheres para Florianópolis para entregar uma série de reivindicações, como a construção de cisternas, hortos e turmas de alfabetização com o lema: "Contra o agronegócio, pela defesa da vida e construção do Projeto de Agricultura Camponesa".

Eu acho que são duas coisas [a campanha e a pauta do 8 de março] muito bem ligadas, porque imagina se eu quero produzir e fazer uma horta, eu preciso de uma cisterna. Se o estado construísse, fosse assegurar, seria uma ótima ideia, faz muito sentido, porque tão muito bem relacionados, porque na verdade, a teoria e a prática é o que tem que acontecer. Porque se você fala pra uma companheira: “faça uma horta”, uma horta sem irrigação, a primeira coisa que acontece é ela não vingar. Assim, temos que lutar porque é direito das mulheres terem horta, água, escola. Acho uma ótima ideia. (C.H.)⁷⁵

A ação das mulheres no 8 de março de 2008 – Dia Internacional de Luta das Mulheres – iniciou-se com uma articulação em todo o estado de Santa Catarina, em que o MMC junto com diversos outros sujeitos políticos, como CUT, FETAG, CONTAG, STR’S e a Igreja Católica, os movimentos que compõem a Via Campesina e outros movimentos de mulheres rurais e urbanas, propõem como tema: "Contra o agronegócio, pela defesa da vida e construção do Projeto de Agricultura Camponesa”.

O MMC levou 600 mulheres à Florianópolis, capital do estado com o objetivo de reivindicarem a seguinte pauta: construção de 600 cisternas, 30 hortos para plantas medicinais e cursos de alfabetização para as mulheres. Esta pauta se insere dentro das lutas por participação e reconhecimento do MMC e das mulheres como sujeito político de direitos, o que incluímos na luta pela democratização, já que questiona a lógica política hegemônica e a forma com que o Estado tem se relacionado com as mulheres camponesas, como podemos ver em documento do MMC.

Na quarta-feira, dia 5, mulheres vindas de 10 regiões do estado se reuniram em frente ao INSS. Além da manifestação pública, elas entregaram uma carta com a pauta de reivindicação à superintendente do INSS, Eliane Schimitz. Logo após, as mulheres fizeram uma caminhada até o Hemosc, protestando contra a privatização do instituto e do Centro Oncológico. Na quinta-feira, dia 6, as mulheres se reúnem para fazer um estudo interno, com o resgate histórico do Dia 8 de março e o debate que une a luta entre MMC e MMTU [...] Sob a coordenação do Movimento das Mulheres Camponesas – MMC e das Mulheres Trabalhadoras Urbanas – MMTU, mulheres de todo o Estado participam de manifestações e audiências durante a semana, em prol de políticas públicas específicas. Entre outros itens, os movimentos reivindicam infraestrutura para produção de alimentos saudáveis, linhas de crédito específicas para as mulheres, políticas habitacionais, escolarização e ampliação da educação infantil, melhoria das estruturas de saúde pública e implementação da Lei Maria da Penha.⁷⁶

⁷⁵ Entrevista realizada com monitora do MMC, em Chapecó (SC), em maio de 2008.

⁷⁶ Disponível em http://www.mmcbrasil.com.br/noticias/8marco_08/060308_mmc_sc.html, acesso em 22 de abril de 2008.

Imagem 8. 8 de março de 2008, em Florianópolis (SC). Arquivo MMC/SC.



Imagem 9. 8 de março de 2008, em Florianópolis (SC). Arquivo MMC/SC.



Essas ações aconteceram sob a coordenação do MMC em vários municípios de Santa Catarina, seguindo a mesma pauta de reivindicações. O que cabe ressaltar é a articulação desta ação com a concretização da Campanha pela Produção de Alimentos

Saudáveis, tanto estrutural, criando condições mínimas para sua concretização, quanto política, no sentido da luta das mulheres que participaram das ações.

A relação da pauta do 8 de março? Ela vinha fortalecer a campanha. Porque se nós tivéssemos cisterna, nossas hortas vai ser bem diferente, né, então nós não vamos ficar sem produção. Porque queira ou não queira, acontece, já aconteceu nesse ano também, falta de água, falta, então essa pauta, que nós levamos, nós espera que seja atendida e ia fortalecer essa questão da campanha. (R.S.)⁷⁷

Outra questão importante ao observar a ação do 8 de março de 2008 é incluí-la como resultado de processo político em que o MMC busca construir e consolidar sua atuação em torno da luta por soberania alimentar a partir da luta das mulheres, colocando e reafirmando estas como sujeitos neste processo, como protagonistas, bem como questionam e disputam os espaços públicos e a estrutura política na qual elas estão envolvidas. Conforme podemos ilustrar em entrevista realizada com uma das coordenadoras do MMC.

No estado, é importante destacar que o lançamento da campanha foi incorporado dentro de um trabalho distante, longo, no sentido da organização, da formação das lutas, da campanha da semente e outras lutas. E ele vem e se incorporar nessa caminhada, vamos dizer assim. Mas ele traz muita coisa importante nesses dois anos, que é a educação alimentar, que é a questão da soberania, o quê que é soberania, o quê que é a questão do autossustento, enfim, ela trouxe, em menos de dois anos houve um avanço muito grande no debate do que é soberania. E também teve avanço no sentido de colar, colar as nossas lutas, nossas próprias, reivindicações a questões bem concretas, bem concretas pra se chegar aqui. Então, por exemplo, assim, 8 de março de 2007, agora 2008, a pauta do nosso estado era o quê? Eram as 600 cisternas pra aproveitar água da chuva, eram 800 hortas, que é tentar cercar um espaço pra produção diversificada, eram 30 hortos para plantas medicinais, então você percebeu que ali ajudou pra dar clareza no sentido da pauta de reivindicação e de coisas bem concretas pra lançar na soberania alimentar e na questão do auto-sustento. Então tá difícil se avançar na conquista, não se efetivou ainda, mas me parece que, isso é uma coisa que mostra que vai amadurecendo, que as mulheres vão percebendo, que vão tendo claro o que reivindicar pra garantir a soberania alimentar. Então vai pra além do debate, é uma questão de fundo. Porque se você for ver, a mulher camponesa, ela não é preparada pra administrar, porque é uma unidade de produção, tem um chefe de família, de modo geral, aqui no estado, né. E aí, ela geralmente não administra e com isso ela passa a ter um olhar e uma busca de recursos para organizar, para

⁷⁷ Monitora do MMC. Entrevista realizada em Chapecó (SC), maio de 2008.

produzir, ter autonomia. Então eu acho que tem uma grande relação, neste sentido. (J.I.)⁷⁸

Buscamos demonstrar, neste capítulo, o processo social e político em que as mulheres que participam do MMC estão inseridas, desde uma perspectiva de gênero e feminista. Outro ponto determinante é compreender como as mulheres se apropriam do feminismo, para questionar a divisão sexual do trabalho e compreender como a sociedade valoriza, legitima ou invisibiliza as atividades realizadas por homens e mulheres, gerando uma hierarquização e opressão.

Assim, é determinante neste trabalho reconhecer o processo de construção e legitimação do MMC como um sujeito político do meio rural brasileiro, que luta pela construção de um projeto de sociedade, em que as mulheres e outros sujeitos se confrontem e intervenham nas três esferas (comunidade, estado, mercado), criando capacidades para que possam agir nas três esferas, e para que possam questionar e propor novos arranjos políticos, sociais e econômicos.

Esse processo depende do projeto político do MMC e de sua capacidade em construir alianças e parcerias para ações concretas de intervenção e questionamentos, nas arenas políticas e espaços públicos em que está presente. Neste sentido, reconhecemos as ações anteriormente descritas como parte deste processo, fundamentais para o reconhecimento e o fortalecimento do MMC como sujeito político e na reafirmação do seu projeto político.

No capítulo III aprofundaremos a análise na Campanha pela Produção de Alimentos Saudáveis, percebendo-a como fruto deste processo, mas também como elemento unificador e projeto político do MMC nesse campo de luta e disputa.

⁷⁸ Coordenadora nacional do MMC. Entrevista realizada em Chapecó (SC), maio de 2008.

CAPÍTULO III

**Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis:
produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza!**

Neste capítulo apresentamos uma contextualização histórica e geopolítica da região pesquisada, o Oeste de Santa Catarina. Esta caracterização nos parece importante para compreender qual o ambiente em que o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) surge e se constrói como sujeito político.

O MMC, assim como outros movimentos sociais, tais como MST, MAB, MPA, dentre outros, surge num contexto específico e é fruto de um processo de questionamento das estruturas que configuravam a região Oeste de Santa Catarina. Com o apoio das igrejas católica e luterana, seguindo a tradição contestadora dos povos da região, estes movimentos se organizam e passam a serem reconhecidos em arenas e espaços públicos, nacional e internacionalmente. As mulheres se organizam em torno de lutas específicas e sentem a necessidade de se auto-organizarem, assim surge o MMC, anteriormente organizado como MMA/SC.

Esses movimentos são identificados como os *novos movimentos sociais*, e têm características que os diferenciam de outros movimentos: a) em linhas gerais, estes podem ser reconhecidos como movimentos que ampliam suas pautas de reivindicações, passando de demandas setoriais para demandas estruturais. b) Mudaram a forma de ação coletiva, da linguagem política e da percepção da relação intrínseca entre cultura e política. c) Os movimentos passam a ter uma capacidade propositiva, somando-se a sua capacidade reivindicativa, o que os colocam como sujeitos políticos reconhecidos em outras esferas políticas e como negociadores com o Estado, fazendo com que os movimentos saiam do protesto para a proposta; d) a sociedade civil é um *locus* privilegiado de ações, disputas e legitimações dos sujeitos políticos. e) Normalmente, buscam uma articulação política em redes, assumindo a dimensão global e complexa da luta política.

Nesse contexto histórico, político, cultural e econômico é que reconhecemos o Movimento de Mulheres como um sujeito político coletivo, que gera um tipo específico de ação coletiva, a partir de um projeto político reconhecido e legitimado nas diversas arenas em que o movimento participa, e que, questiona o modelo social, econômico, político e cultural dominante, propondo outra cultura política.

A partir desta compreensão, buscamos descrever e observar a Campanha Pela Produção de Alimentos Saudáveis como uma das ações que expressam o projeto político do MMC. Para a implementação da campanha observamos o papel que as monitoras desenvolvem, compreendendo ser chave, tanto na execução de tarefas internas do MMC, quanto externas, nas relações políticas e fortalecimento, pois são elas

que asseguram a manutenção do diálogo entre o MMC e os grupos de mulheres, bem como em sua legitimação como sujeito político, executando uma função de mediadoras neste processo.

Para NOVAES (1994), o papel da mediação pode ser percebido tanto para a manutenção e reprodução de sistemas de dominação e assimetrias, quanto para seu questionamento; nele, todos os mediadores se “propõem a estar entre, fazer meio de campo. Fazer mediação é traduzir ou introduzir, falas, linguagens”. (p. 178)

Em PESSANHA (2008, p. 7)

os agentes situados na posição de mediadores são importantes para a constituição de espaços contextuais de ação política, orientada pela busca de justiça social, pela luta para diminuição do grau ou alteração no padrão referencial de consolidação de desigualdades socioeconômicas. Os mediadores são, em grande parte, militantes políticos fundamentais no exercício de constituição, de consagração e de divulgação de novos ideais, metas e modos de organização, em geral agregados em torno de alianças estabelecidas por redes de instituições ou movimentos associativos.

Para finalizar, apresentamos algumas reflexões que surgem a partir da discussão que estamos realizando sobre a relação entre as mulheres e Soberania Alimentar, tomando como objeto a Campanha Pela Produção de Alimentos Saudáveis. Quais seus limites de ação, intervenção e questionamentos nas arenas políticas e espaços públicos, em que o MMC está presente? Quais as maiores dificuldades que as mulheres camponesas enfrentam na implementação da campanha? Quais elementos que a Campanha nos sugere para pensar o meio rural brasileiro e suas transformações, a partir das ações das mulheres do MMC?

1 Ambiente da pesquisa

1.1 Caracterização socioespacial da região pesquisada⁷⁹

O acesso terrestre se dá por vias pavimentadas, a partir da capital do estado, através das rodovias federais BR 101, BR 282, BR 470 até Chapecó e, deste e entre os outros municípios do extremo oeste destacados, partem as rodovias federais BR 282 e BR 163 e as rodovias estaduais SC 468, SC 469 e SC 473. As distâncias entre os municípios em foco e em relação à capital estão correlacionadas a seguir (Quadro 3). Por via aérea, há em Chapecó o Aeroporto Municipal Serafin Enoss Bertaso, com voos diários, com destino a Florianópolis, Guarulhos, São Paulo e Brasília.

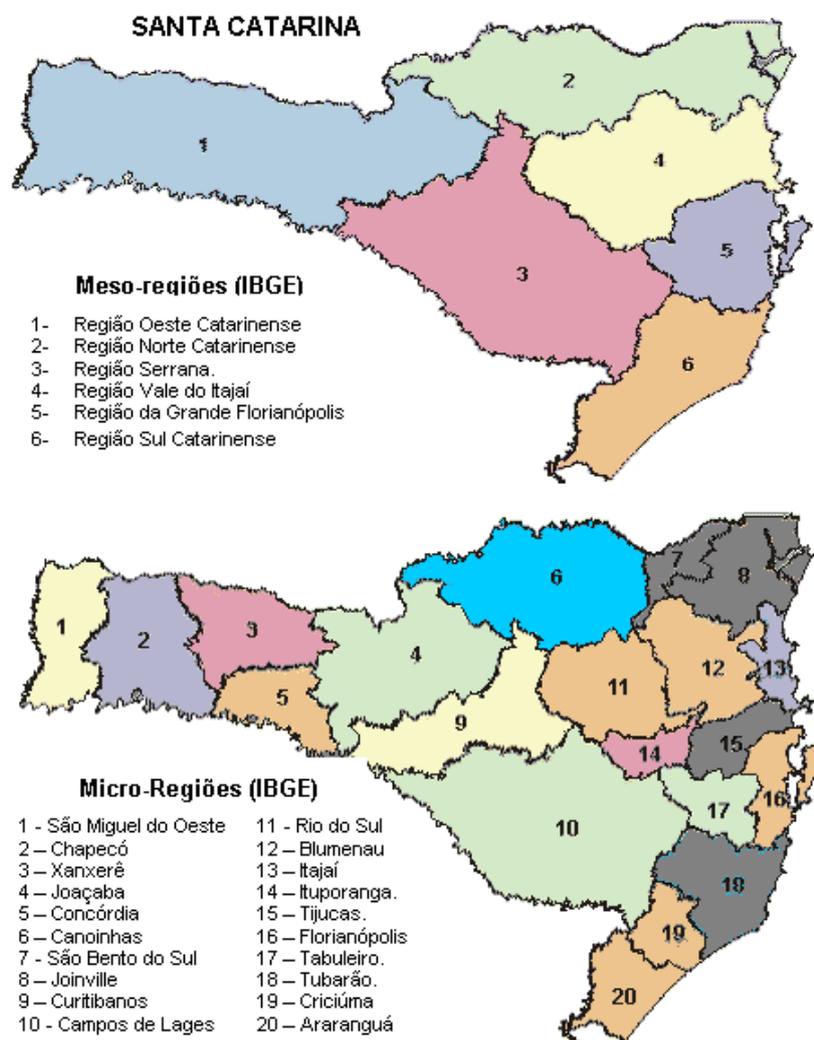
Figura 3. Localização dos municípios em estudo no contexto do estado de Santa Catarina.



Fonte: Centro de Informática e Automação do Estado de SANTA Catarina (CIASC) (<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br>).

⁷⁹ Agradeço a colaboração do prof. Agenor Pichini pela coleta e sistematização dos dados.

Figura 4. Mapa das Meso e Microrregiões.



Fonte: Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Cepa, Epagri) (<http://cepa.epagri.sc.gov.br>)

Quadro 3. Distâncias, em quilômetros, entre os municípios enfocados e em relação a Florianópolis.

DISTÂNCIAS (EM KM)	FLORIANÓPOLIS	CAMPO ERÊ	CHAPECÓ	DESCANSO	SÃO JOSÉ DO CEDRO	SÃO MIGUEL DO OESTE
FLORIANÓPOLIS	--	594 km	501 km	618 km	646 km	615 km
CAMPO ERÊ	594 km	--	116 km	83 km	65 km	70 km
CHAPECÓ	501 km	116 km	--	109 km	137 km	117 km
DESCANSO	618 km	83 km	109 km	--	44 km	13 km
SÃO JOSÉ DO CEDRO	646 km	65 km	137 km	44 km	--	31 km
SÃO MIGUEL DO OESTE	615 km	70 km	117 km	13 km	31 km	--

Fonte: CIASC.

1.2 Quadro natural

Os municípios em destaque, no contexto da Mesorregião Oeste Catarinense, apresentam, de forma geral, um relevo de topografia ondulada ou acidentada e vastas áreas de afloramento de rochas magmáticas basálticas da formação geológica da Serra Geral. Situados no âmbito dos planaltos e chapadas da bacia do rio Paraná, que abrange uma grande área do Centro-sul brasileiro e confere altitudes consideráveis aos municípios – Campo Erê está a 930 metros de altitude em relação ao nível do mar, São José do Cedro, 780 metros, Chapecó, 674 metros, Descanso, 552 metros e São Miguel do Oeste a 468 metros de altitude.

O clima da região é influenciado por massas de ar intertropicais e polares, cuja combinação define seu caráter mesotérmico, isto é, um clima predominantemente subtropical úmido, de temperaturas médias anuais variando entre 13°C e 25°C. Nas áreas mais altas, como Campo Erê, o inverno é mais rigoroso e toda a região fica sujeita à formação de geadas. As chuvas são bem distribuídas anualmente na Mesorregião Oeste Catarinense, atingindo até 2.000 mm; não caracterizam uma estação definida, seca ou chuvosa (apesar de períodos secos – *veranicos* – assolarem a região, como recentemente no período de novembro a dezembro de 2008 e início de 2009, comprometendo lavouras e abastecimento d'água).

Quadro 4. Temperaturas máximas médias e precipitação média mensais do Oeste Catarinense (2007).

MÉDIA DAS TEMPERATURAS MÁXIMAS MENSAIS (°C), SEGUNDO ESTAÇÕES AGROMETEOROLÓGICAS - SC - 2007												
ESTAÇÃO AGROMETEOROLÓGICA	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
CHAPECÓ	27,52	27,48	27,38	24,27	17,50	18,86	16,12	20,08	24,43	24,26	24,74	27,96
SÃO MIGUEL DO OESTE	27,50	27,63	27,58	24,36	17,51	19,37	16,17	19,92	24,54	24,54	24,38	27,66
PRECIPITAÇÃO MÉDIA MENSAL (mm), SEGUNDO ESTAÇÕES AGROMETEOROLÓGICAS - SC - 2007												
ESTAÇÃO AGROMETEOROLÓGICA	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
CHAPECÓ	115,9	231,7	152,6	246,3	327,8	57,8	217,5	74,5	108,5	208,8	198,8	154,6
SÃO MIGUEL DO OESTE	151,8	131,8	122,9	301,8	287,7	21,4	163,8	44,7	94,4	253,9	435,1	254,5

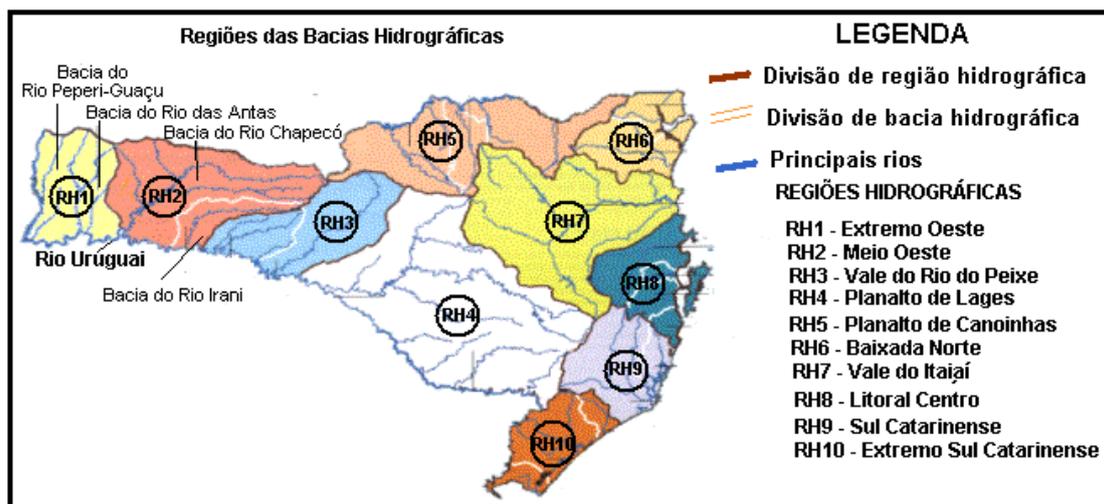
Fonte: Epagri/Cepa.

Apenas 20% da Mesorregião Oeste Catarinense possui solos que podem ser aproveitados sem restrições para as atividades agrícolas, sendo o restante da área com relevo ondulado e pedregoso, impróprio para cultivos anuais e impondo limitações de uso para a exploração agrícola e, mesmo e apesar disso, o Oeste de Santa Catarina é

considerado o “celeiro agrícola” do estado. São basicamente três tipos de solo: a) originários de substrato rochoso de caráter ácido (trechos de Chapecó e Campo Erê), de baixa fertilidade natural em que predominam os campos nativos, erva-mate e silvicultura para celulose; 2) solos bem desenvolvidos originados da decomposição de rochas básicas, de caráter argiloso e cor vermelhada, possibilita mecanização em 90% de sua ocorrência com plantio de culturas anuais e alimentam o lençol freático (onde predominam propriedades de 20 a 100 hectares, e cerca de 20% das propriedades produtoras de suínos e aves da Mesorregião aí se encontram); 3) solos pouco desenvolvidos, originalmente de rochas básicas, pouco profundos e de pedregosidade ligeira a extrema, possuem ainda média a alta fertilidade com alta densidade de nascentes (predominam nestes solos propriedades de até 24 hectares, não sendo aptos a culturas anuais e muito sujeitos a erosão).

Os municípios encontram-se nas bacias hidrográficas de importantes afluentes do rio Uruguai, situados nas seguintes Regiões Hidrográficas (RH): RH 1: bacias do rio Peperi-Guaçu e do rio das Antas; e RH 2: bacias do rio Chapecó e do rio Irani (Figura 5). Tais bacias apresentam elevados índices de degradação em função das atividades da pecuária (coliformes fecais por dejetos suínos) e lavoura (agrotóxicos e assoreamento) e dos frigoríficos e abatedouros (efluentes orgânicos), gerando mais de 85% de fontes e poços superficiais contaminados por coliformes fecais (DENARDIN & SULZBACH).

Figura 5. Mapa de regiões e bacias hidrográficas.



A vegetação original do Oeste Catarinense era a da Floresta Subtropical da Araucária, caracterizada pela presença de uma mata tropical, mas com proeminência dessas coníferas, se destacando na paisagem. Tal bioma foi extremamente devastado em função da extração madeireira, seja por empresas voltadas a abastecer indústrias de móveis e exportação ou particulares utilizando a madeira na construção de casas, estábulos e pocilgas, no processo de ocupação recente, no século XX.

1.3 Aspectos socioeconômicos e urbanos

O Oeste Catarinense é majoritariamente composto por uma população autointitulada branca e, os municípios em destaque reproduzem essa característica, com percentuais entre 77% e 92%, conforme a tabela a seguir (Quadro 5). São descendentes de alemães e italianos, principalmente, e que, a exemplo de seus antepassados no Rio Grande do Sul, ocupavam a encostas mais íngremes (italianos) ou os vales e áreas mais planas e mais baixas (alemães). Os descendentes de poloneses concentraram-se no município de Descanso a partir de 1934, objetivando a extração madeireira do pinheiro e do cedro. A população negra tem pouca expressão populacional nos municípios trabalhados, apesar de Santa Catarina possuir mais de duzentas comunidades quilombolas. Apesar de ínfima, a participação indígena supera a de orientais, com a concentração do povo kaingang, em Chapecó, que ostenta a maior proporção.

Quadro 5: Distribuição percentual da população, por cor da pele.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE POR COR (%)				
	BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA	INDÍGENA
CAMPO ERÊ	77,2	1,7	20,9	0,1	0,0
CHAPECÓ	81,4	2,2	14,8	0,1	0,6
DESCANSO	92,0	0,8	7,1	0,0	0,0
SÃO JOSÉ DO CEDRO	88,8	2,7	8,2	0,0	0,2
SÃO MIGUEL DO OESTE	87,1	4,7	7,6	0,2	0,3

Fonte: IBGE, sobre Santa Catarina, 2000.

A Mesorregião Oeste Catarinense apresenta-se como uma área de repulsão populacional, no geral, com a maioria de seus municípios revelando uma queda populacional. O êxodo rural manifesta-se especialmente a partir dos anos 1990, com o encerramento da fronteira agrícola em função do modelo produtivo integrado ao complexo agroindustrial: a competitividade gerada entre os camponeses para aumentar a produtividade voltada ao abastecimento das agroindústrias e a elevação contínua dos preços de insumos agropecuários amplia a concentração fundiária e força o êxodo camponês. Os municípios sob estudo estão enquadrados nesse processo, no geral, pois o decréscimo populacional na década de 1990 é vertiginoso (Quadro 6) e, mesmo os que elevaram o contingente de 2000 para 2007 (São José do Cedro e São Miguel do Oeste), nem de longe atingiram o patamar de 1991 nem mesmo o de 1996. A exceção de Chapecó explica-se por ser pólo regional de economia mais diversificada, tornando-se, portanto, receptor de grande parcela dos excluídos do campo. Mesmo assim, a desruralização oestina vem ocorrendo sem a correspondência da população urbana dos pólos regionais, indicando que a migração rural se direciona a outras regiões como o Vale do Itajaí e a capital Florianópolis, além de São Paulo, Rio de Janeiro e até uma migração de retorno às antigas áreas coloniais gaúchas, de onde os pais e avós se originaram.

Quadro 6. Crescimento da população absoluta dos municípios do Oeste Catarinense.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL			
	1991	1996	2000	2007
CAMPO ERÊ	26.272	21.610	10.353	9.590
CHAPECÓ	123.050	129.794	146.697	164.803
DESCANSO	17.028	10.080	9.129	8.705
SÃO JOSÉ DO CEDRO	17.673	16.291	13.678	13.699
SÃO MIGUEL DO OESTE	42.242	36.255	32.324	33.806

Fonte: IBGE.

A Mesorregião Oeste Catarinense é marcada, até o ano de 2000, como uma área com grande proporção de população rural, ostentando, nesse ano, 37,1% de contingente rural (Santa Catarina apresentava, como um todo, 21,25% e o Brasil 18,75% de população rural). Conforme a tabela a seguir (Quadro 7) observa-se o predomínio da

população urbana em três, dos cinco municípios em destaque, porém Descanso e São José do Cedro, em 2000, apresentavam maioria rural e mesmo Campo Erê, que já se apresentava urbano, contava com 44% de seus munícipes habitando o meio rural. A proporção de mulheres e homens oscila entre os 50% das populações dos municípios envolvidos.

Quadro 7. População total e sua respectiva distribuição percentual, por sexo e situação de domicílio dos municípios.

MUNICÍPIOS	TOTAL	POPULAÇÃO			
		SEXO (%)		SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (%)	
		MASC.	FEM.	URBANA	RURAL
CAMPO ERÊ	10.353	50%	50%	55,6%	44,4%
CHAPECÓ	146.967	49,4%	50,6%	91,6%	8,4%
DESCANSO	9.129	50,9%	49,1%	42,6%	57,4%
SÃO JOSÉ DO CEDRO	13.678	50,8%	49,2%	48,7%	51,3%
SÃO MIGUEL DO OESTE	32.324	49%	51%	84,7%	15,3%

Fonte: IBGE, sobre Santa Catarina, 2000.

Dos municípios oestinos destacados, em 2000, três alçaram um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado alto (Chapecó, São José do Cedro e São Miguel do Oeste). Campo Erê e Descanso também elevaram seus indicadores de desenvolvimento humano, mas permaneceram no patamar considerado médio (entre 0,500 e 0,799). No entanto a incidência de pobreza em 2000, conforme o IBGE, é significativa: Campo Erê envolve 37,12% de sua população; em Chapecó atinge 33,77%; São Miguel do Oeste 29,98%; São José do Cedro 26,08% e Descanso com 24,44%.

Quadro 8. IDH municipal, em 1991 e 2000, e posição dos municípios na União Federal.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL			
	1991	Posição na UF	2000	Posição na UF
CAMPO ERÊ	0,649	269	0,728	282
CHAPECÓ	0,761	23	0,848	14
DESCANSO	0,726	88	0,796	138
SÃO JOSÉ DO CEDRO	0,731	76	0,804	108
SÃO MIGUEL DO OESTE	0,759	26	0,838	22

Fonte: Governo de Santa Catarina (sítio: <http://www.mp.sc.gov.br/>).

1.4 Formação histórico-territorial

A atual região “oestina” catarinense tem como habitantes originais os povos indígenas, especialmente o povo kaingang, do tronco linguístico macro-jê (família linguística jê). Distribuem-se, atualmente, em oito terras indígenas na Macrorregião Oeste Catarinense, sendo três em Chapecó (aldeia kondá, toldo chibangue e toldo chibangue II). O próprio nome do município de Chapecó tem origem kaingang, em que a palavra seria originária dos termos "echa" + "apê" + "gô", que na língua dos nativos significa "donde se avista o caminho da roça".

A região do atual Oeste catarinense esteve envolvida, historicamente, em várias questões territoriais. Primeiro sob o contexto de divisão, entre os impérios lusitano e espanhol, pois a região, conforme o Tratado de Tordesilhas (1494), pertencia à Espanha (apesar de bandeirantes paulistas promoverem o apresamento indígena no século XVIII, ultrapassando o meridiano limítrofe entre os impérios). A definição do Tratado de Madri (1750), substituindo o de Tordesilhas, não resolveu plenamente a situação da região, que no século XIX era reivindicada pela Argentina. A questão entre Brasil e Argentina foi somente resolvida, em 1895, através da vitória brasileira na Questão de Palmas (ou Questão das Missões), já que, desde a Proclamação da República, o Estado brasileiro havia autorizado a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, cujo traçado facilitasse acesso e povoamento na região disputada. O trecho catarinense da ferrovia efetivou-se entre 1908 e 1910.

Resolvida a questão fronteiriça internacional, restava a questão interna, pois Paraná e Santa Catarina disputavam o território compreendido entre os rios Chapecó e Iguaçu (o chamado Território de Iguaçu). A empresa Brazil Railway Company, como era de praxe na época, obteve o direito sobre até quinze quilômetros a partir de cada lado dos trilhos, sem levar em consideração qualquer posse anterior, legalizada ou não, e sob a condição estabelecida pelo governo federal da empresa promover rápida colonização (inicialmente concedendo áreas a grandes serrarias para explorar a madeira nobre, especialmente a araucária, seja para a estrutura da ferrovia, seja para exportação).

Os trabalhadores recrutados em grandes centros urbanos para acelerar a construção da ferrovia (entre 4 e 10 mil homens), eram demitidos assim que os trechos eram construídos e a grande maioria estabelecia-se como posseiros na região. A partir de 1911, a empresa ferroviária passa a empreender extrema repressão a estes posseiros para valer-se do direito de comercializar as terras. Essa repressão, somada ao

descontentamento dos que já haviam perdido suas terras, somada ao caráter messiânico do catolicismo popular e à desilusão com as atitudes da República sobre a região, idealizando a monarquia, deu configuração inicial à Guerra do Contestado (1912-1916). Massacrados os contestadores, o litígio entre os dois estados foi resolvido e formalizado em 1917, quando a região oeste passou a pertencer a Santa Catarina, sendo o município de Chapecó criado no mesmo ano e que, à época, abrangia a atual Macrorregião Oeste Catarinense. Segundo FLEXOR (2002, p. 21),

No final do século XIX e começo do século XX o oeste catarinense despertou os interesses privados, estrangeiros e gaúchos, que entreviam bons negócios na exploração da madeira e na construção da estrada de ferro São Paulo–Rio Grande. A construção da estrada significou o marco inicial do processo colonizador de toda a região oeste catarinense e veio a se constituir num dos mais importantes fatores que desencadearam a Guerra do Contestado (PRIM, 1992). O empreendimento foi levantado pela *Brazil Railway Company*, fundado pelo americano *Percival Farquha*, que recebeu como garantia da República Brasileira a posse de 15 km de cada lado da ferrovia. Como os moradores da região não tinham a posse da terra que desde a lei de 1850, chamada Lei de Terras, era passível de ser vendida ou comprada, surgiu um vasto mercado de terra para as colonizadoras no oeste catarinense. (p. 21)

A partir da década de 20, a empresa férrea passou a vender as terras a empresas colonizadoras privadas que, especialmente a partir das décadas de 40 e 50, orientaram a venda de lotes de terras a colonos gaúchos descendentes majoritariamente de italianos e alemães (no município de Descanso há um grande contingente de descendentes de poloneses), diante da saturação da área colonial do Rio Grande do Sul, onde as propriedades rurais já não mais comportavam as famílias numerosas. As colônias tinham em torno de 25 ha em média e os colonos pouco capitalizados reproduziam a agricultura familiar nesta nova fronteira agrícola, facilitados pelos baixos preços da terra e solos férteis cobertos de matas que serviam como matéria-prima. É sob este contexto que os outros municípios em estudo se emanciparam, com a fragmentação sucessiva de Chapecó: em 1953, é criado o município de São Miguel do Oeste, em 1956, Descanso é emancipado e, em 1958, são criados os municípios de Campo Erê e São José do Cedro.

A população do Oeste catarinense é formada basicamente por povos indígenas que vivem em reservas e são marginalizados, por descendentes de imigrantes europeus, sobretudo italianos e alemães, que chegaram no sul do Brasil no século XIX, e

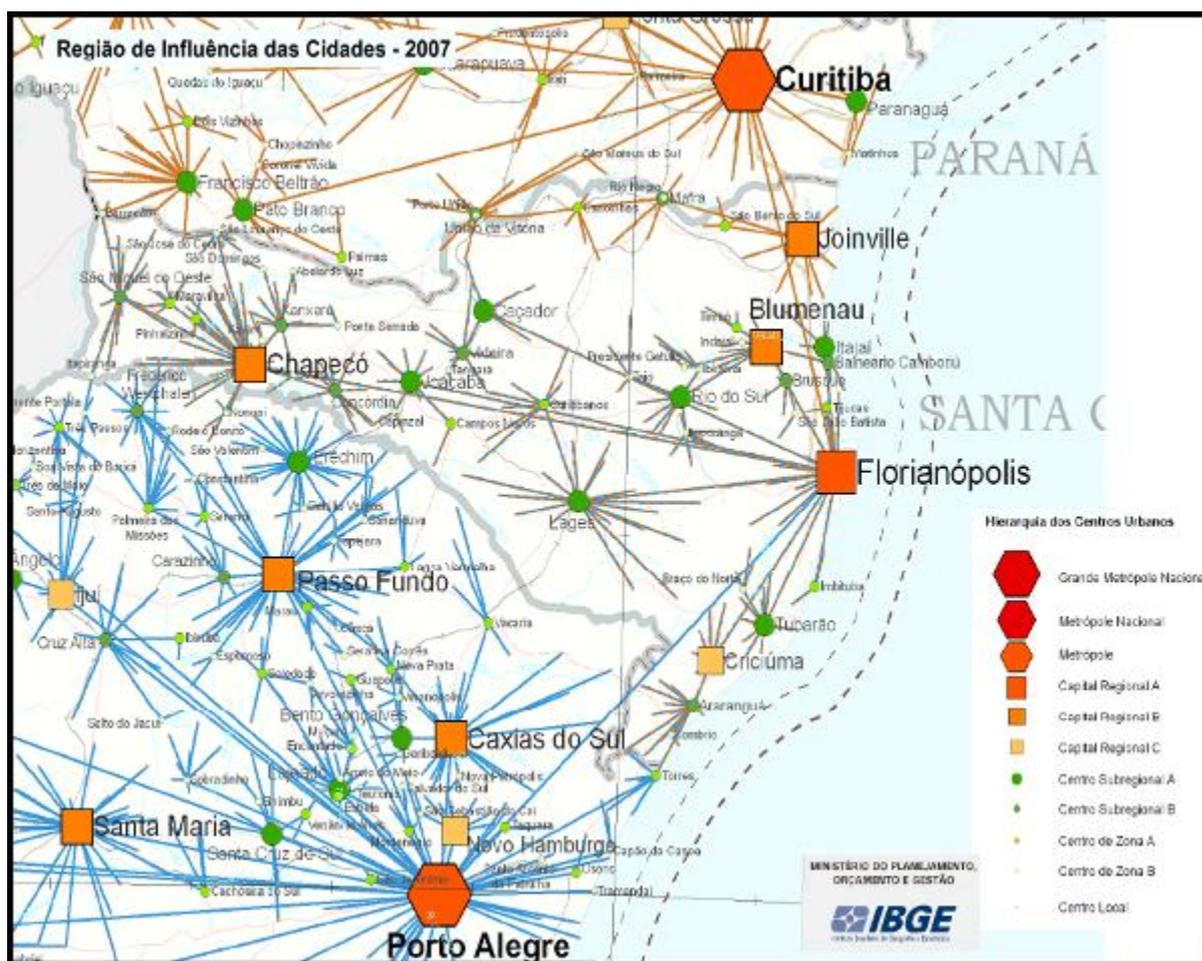
imigrantes do Rio Grande do Sul. Esta configuração, segundo RENK (2000, p. 73)⁸⁰ dá o nexo da constituição da pequena produção no oeste catarinense, o que posteriormente constitui um dos fatores que contribuiu para o desenvolvimento econômico da região, pois segundo FLEXOR (2002, p. 30)

1) a migração de colonos de origem europeia, alemães e italianos sobretudo, para quem o acesso legal de terra representava a liberdade e a possibilidade de subir na vida; 2) a construção de uma estrada de ferro que articulava o oeste catarinense com outras regiões do Brasil; 3) uma crescente demanda externa de suínos e; 4) o espírito empreendedor de alguns comerciantes.

No tocante à hierarquia urbana, Chapecó inscreve-se como *Capital Regional B*, zona de influência de Florianópolis, que funciona como *Capital Regional A*, polarizada por Curitiba (*Metrópole Nacional*). Chapecó apresenta ampla diversidade de atividades e infraestrutura urbana que atrai os municípios oestinos, como educação, saúde, transportes e comércio, caracterizando-se, portanto, como centro de atração de migrantes regionais. São Miguel do Oeste apresenta-se como *Centro Subregional* e São José do Cedro configura-se como *Centro de Zona B* e as demais cidades (Descanso e Campo Erê) funcionam como *Centros Locais* (Figura 6).

⁸⁰ *apud* FLEXOR, 2002, p. 16.

Figura 6. Regiões de influência urbana.



Fonte: IBGE, sobre Santa Catarina.

1.5 Questão agrária

A ocupação do Oeste Catarinense foi baseada na pequena propriedade familiar policultora, que predominou até os anos de 1960-70, numa condição “pré-Revolução Verde”. A produção subsistente diversificada aliada a um criatório de animais e utilização dos recursos naturais garantiam excedentes comerciais (especialmente milho e feijão), proporcionando um primeiro capital.

A partir dos anos 60 inicia-se um processo de subordinação da produção familiar ao padrão estabelecido pela Revolução Verde: a integração ao complexo agroindustrial. Inicialmente mantinha-se a policultura associada à suinocultura; a avicultura despontou posteriormente. Nos anos 1970, o Estado militar brasileiro incentivou amplamente a mecanização do campo por meio de diversos créditos (condicionando o consumo de

insumos à modernização agropecuária), desenvolveu infraestruturas (hidrelétricas e estradas) e pesquisa, o que favoreceu os complexos agroindustriais de fertilizantes, tratores e implementos, além dos frigoríficos e abatedouros, dominando a cadeia produtiva agrária, determinando sua especialização e cada vez maior produtividade. Estas são as condições exigidas pelas grandes empresas para se instalarem no Brasil e integrarem a pequena produção ao mercado. Este modelo só é conseguido com o apoio do Estado brasileiro que através de políticas públicas obteve significativo crescimento.

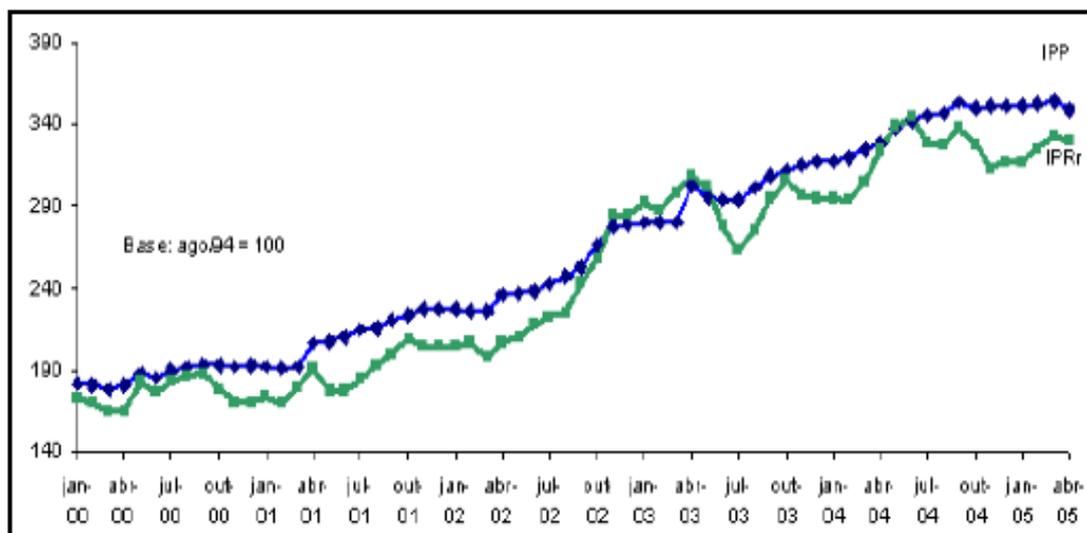
Os anos de 1980 foram marcados pela crise macroeconômica mundial, aprofundando as contradições no meio rural brasileiro. A elevação de juros ampliou o endividamento dos pequenos produtores, incapacitando-os de competir na modernização exigida pela integração à agricultura industrializada. Por outro lado, a crise econômica da *década perdida* popularizou o consumo de aves, além do impulso à exportação de frangos, consolidando o monopólio das grandes empresas de processamento de aves e suínos. É período também da expansão da produção de fumo no oeste catarinense.

A agropecuária oestina, nos anos 1990, adequa-se à abertura comercial global, baseada numa produção flexível que amplia a competitividade na integração aos complexos agroindustriais e diversificam a produção com alimentos pré-acabados, visando a ampliação do mercado interno e externo. Em 2007, o agronegócio catarinense totalizou 58% das exportações do estado (US\$ 4,28 bilhões), destacando-se as carnes de frango, que cresceram cerca de 48% naquele ano (em relação a 2006) e totalizaram, em US\$ 4,1 bilhões. O fumo cresceu 15%, chegando a US\$ 534 milhões; a carne suína cresceu 6% e totalizou US\$ 331 milhões e a soja em grão cresceu 550% e contribuiu com US\$ 303 milhões. Os principais destinos das exportações do agronegócio de Santa Catarina, em 2007, foram os Estados Unidos (19%) seguidos pelos Países Baixos (15%), Japão (14%), Alemanha (10%), Reino Unido e Rússia (8% cada), Hong Kong (7%) e Argentina (6%).

Como tendência da agropecuária de Santa Catarina e da Mesorregião Oeste Catarinense, mais ainda, num recorte das Microrregiões de Chapecó e de São Miguel do Oeste, estima-se uma redução do número de pequenos produtores de grãos e de animais (suínos e aves). Produtores de arroz e de suínos podem ser reduzidos a 50% do número atual, até 2015. A produção de grãos abaixo de 30 ha a 40 ha será inviável à maioria dos produtores, pois nas Microrregiões de Chapecó e de São Miguel do Oeste o predomínio de propriedades com menos de 20 ha atingia 77% e 75% do número total de

estabelecimentos em 1996, respectivamente. A maximização de lucros sob um processo global de redução de barreiras comerciais vem extinguindo os pequenos produtores que não conseguem sustentar a constante elevação dos custos de produção (Figura 7).

Figura 7. Índice de Preços Pagos (IPP) e Índice de Preços Recebidos (Reduzido) (IPRr) pelos Agricultores Catarinenses.



Fonte: ALVES & MATTEI, sobre base de agosto de 1994; de janeiro de 2000 a abril de 2005.

Como consequência desse processo há a falência da produção familiar descapitalizada, caracterizando a região como área de repulsão populacional, alimentando um fluxo de migrantes para os centros regionais, com destaque evidente a Chapecó (e seu crescimento desordenado) ou mesmo regiões de fronteiras agrícolas amazônicas, Mato Grosso e os cerrados do oeste baiano e sul do Maranhão e Piauí.

Além do fluxo migratório, causado pela não absorção de mão-de-obra na agropecuária, o agravamento da concentração fundiária é uma constante com a incapacidade de modernização exigida pelo complexo agroindustrial aos pequenos proprietários (Quadro 8). O índice Gini para a concentração de terras nas Microrregiões de Chapecó (0,4398) e de São Miguel do Oeste (0,4309) é considerado de concentração média (de 0,251 a 0,580), em 1995–1996.

Quadro 8. Estrutura fundiária das Microrregiões
de São Miguel do Oeste, 1985-1996.

MICRORREGIÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE						
CLASSE DE PROPRIEDADES (ha)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS		
	1985	1996	variação (%)	1985	1996	variação (%)
menos de 5	3.967	2.519	- 36,50	11.162	7.073	- 36,63
5 a menos de 10	6.197	4.928	- 20,48	43.432	35.543	- 18,16
10 a menos de 20	8.835	8.303	- 6,02	119.659	113.453	- 5,19
20 a menos de 50	4.621	4.335	- 6,19	128.284	122.417	- 4,57
50 a menos de 100	433	475	9,7	28.270	30.369	7,42
100 a menos de 200	81	116	43,21	10.803	15.049	39,3
200 a menos de 500	38	56	47,37	11.131	16.838	51,27
500 a menos de 1.000	8	10	25	5.301	6.183	16,64
mais de 1.000	4	9	125	9.760	8.658	- 11,29
MICRORREGIÃO DE CHAPECÓ						
menos de 5	7.557	4.786	- 36,67	22.091	15.333	- 30,59
5 a menos de 10	9.735	7.525	- 22,7	69.793	55.201	- 20,91
10 a menos de 20	12.190	11.617	- 4,7	165.395	159.969	- 3,28
20 a menos de 50	6.333	5.999	- 5,27	180.112	170.380	- 5,4
50 a menos de 100	634	753	18,77	40.962	49.299	20,35
100 a menos de 200	143	178	24,48	18.886	24.066	27,43
200 a menos de 500	73	67	- 8,22	20.890	20.061	- 3,97
500 a menos de 1.000	13	18	38,46	9.065	10.992	21,26
mais de 1.000	8	5	- 37,5	13.575	7.915	- 41,7

Fonte: SILVA, F. C. A.; HEIDEN, F. C.; AGUIAR, V. V. P.; PAUL, J. M.

1.6 Economia

Com relação à economia, a base é a produção agropecuária e sua transformação industrial, tornando a região uma referência do complexo agroindustrial brasileiro e latinoamericano, notadamente na avicultura e suinocultura, além da produção de soja e

milho, estruturando a produção de rações (transnacionais como Purina e Cargill atuam na região), desenvolvendo ainda a produção de rações e frigoríficos e sendo “espaço” privilegiado para a atuação de grandes empresas agroalimentares.⁸¹ O setor metal-mecânico eleva sua participação na produção fabril atrelada às necessidades dos frigoríficos e abatedouros. Há ainda um tradicional setor moveleiro ligado às atividades extrativas florestais. O quadro a seguir revela a participação do PIB dos municípios estudados.

Quadro 9. PIB dos municípios: total e por setores de atividades.

MUNICÍPIOS	PIB (MIL R\$)			
	TOTAL	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇO
CAMPO ERÊ	126.232	41.651	15.502	62.295
CHAPECÓ	3.044.657	47.525	1.180.956	1.534.737
DESCANSO	85.356	26.180	10.533	44.030
SÃO JOSÉ DO CEDRO	163.742	35.439	40.113	77.754
SÃO MIGUEL DO OESTE	457.177	21.736	144.478	252.570

Fonte: IBGE, 2008.

Segundo MIOR (2005) este contexto faz com que a região seja reconhecida como um território basicamente agrícola, tendo uma economia dependente das atividades agrícolas e agroindustriais, com poucas oportunidades de emprego em outros setores, o que faz com que a gestão do território esteja sob forte influência dos interesses das agroindústrias.

⁸¹ Sadia, Perdigão, Seara e Chapecó tiveram origem nesta região, ainda nos anos 1940 e, mais recentemente, foi constituída a Cooperativa Aurora (anos 70). In MIOR, 2005, p. 85.

Quadro 10. Descrição geral da região Oeste catarinense.⁸²

Recursos Naturais	Da área total de 27.484 km ² , a) 31,3% são terras nobres para culturas anuais, b) 25,7% têm aptidão restrita para culturas anuais, c) 41,5% são consideradas inaptas para culturas anuais e d) 1,5% é ocupada por rios, lâminas d'água e cidades.
População	A população total, no ano de 2000, era de 1,06 milhão de habitantes, dos quais 646 mil vivem no meio urbano (61%) e 414 mil no meio rural (39%).
Agricultura	A região oeste produz mais de 50% do VBP agrícola estadual. São cerca de 88 mil estabelecimentos rurais, dentre os quais 95% de natureza familiar no ano de 1995/96. A estrutura agrária é permeada por pequenas áreas, com cerca de 95% e 70% dos estabelecimentos agropecuários possuindo menos de 50 e 20 hectares, respectivamente.
Indústria	O <i>cluster</i> agroindustrial de carnes suínas e de aves é o maior do Brasil, sendo também responsável pela maior parte das exportações e pela dinâmica econômica regional. Recentemente surgiram novas atividades, como a indústria do leite, além de um processo diversificado do setor industrial para o ramo metal-mecânico e de móveis.
Emprego	Cerca de 50% da população economicamente ativa trabalha em atividades agropecuárias. Na atividade industrial os empregos estão no setor agroindustrial, que é o de maior relevância na região.
Infraestrutura	A região conta com rodovias pavimentadas mas não possui uma ferrovia que lhe daria maiores possibilidades de escoar a produção. Outra grande deficiência é a precária situação das estradas rurais, o que dificulta sobremaneira o transporte de insumos e produtos agrícolas.
Educação	Nos anos 90 o ensino superior passou por uma grande transformação com a constituição de duas universidades (UNOESC e CONTESTADO) o que possibilitou a ampliação e diversificação dos cursos de graduação e, também, pós graduação.

A região também é conhecida como modelo no desenvolvimento do sistema de integração agroindustrial, segundo MIOR (2005, p. 85), e notável pioneira neste “bem sucedido” sistema de integração entre grandes agroindústrias e a agricultura familiar, constituindo-se objeto de interesse teórico desde anos 80 (SORJ, POMPERMAYER e CORDINI, 1982; SORJ e WILKINSON, 1983; GRAZIANO da Silva et al, 1983; BELATTO, 1985).

Este sistema tem especificidades a partir da região e o país em que se desenvolve, porém guarda características comuns principalmente no que se refere à relação agroindústria – pequeno produtor rural (MONTIBELLER, 1978) que, segundo o autor, em todos os sistemas conhecidos, a coordenação é realizada pela agroindústria, cabendo ao pequeno produtor se adequar e adaptar às exigências para entrar no

⁸² Adaptado de MIOR (2005).

mercado, perdendo sua autonomia de decidir a forma de produção, mas mantêm como proprietária da terra e dos meios de produção. Para MONTIBELLER (1978, p. 52)

Orientada pelo mercado formal de produtos finais, a indústria programa sua produção transferindo ao produtor rural a incumbência de lhe fornecer a matéria-prima de que necessita segundo níveis pré-fixados de qualidade, obtida mediante orientações técnicas por ela fornecida, o que aumenta a dependência do produtor rural com relação à indústria [...], a parte que é transferida ao produtor rural é sempre aquela que incide menor rentabilidade, e menor rotatividade do capital aplicado, sendo o risco da produção maior.

Cabe neste trabalho demonstrar como o sistema de integração influencia negativamente a organização do MMC e se configura, conforme demonstrado, num dos fatores que impedem ou dificultam o trabalho de organização com as mulheres dos grupos de base.

L: Quais são hoje, os maiores desafios, para você, para a implementação da campanha? As maiores dificuldades que você percebe.

A. S.: Uma das dificuldades é nós conseguirmos tirar as mulheres pro debate, porque o sistema de integração é muito forte e isso amarra a mulher na propriedade, produção de leite, é um trabalho muito desenvolvido pelas mulheres, né? E não fica mais gente jovem no meio rural, ou muito pouquinho, né? Isso também, nós até, assim, nosso município só foi ficando gente mais velha e em muitas propriedades não vai ter continuidade. Hoje tá lá o casal com 60, 65, 70 anos, ou mais de 50 e não tem filho pra dar continuidade, então é uma preocupação pra frente, né? E daí, tem essa dificuldade. Tem muita mulher que gostaria de participar e que não tem como vir pra cidade. Outra coisa, muita mãe cuidam os netos, até, nós temos muito isso no meu município, porque tem a “CARGIL”, ela tem 3.500 funcionários, num município que tem 16 mil habitantes, então até existe o casal jovem que faz a casinha na propriedade dos pais, no interior, mas eles tão trabalhando lá na empresa, os dois vão trabalhar, os pais assumem os netos, então não tem como sair, então eles não dão continuidade na atividade rural, mas moram lá, né. Então os pais, minimamente, plantam um pouco pra subsistência, muitos já aposentados, e, os filhos tão lá na cidade, porque o ônibus passa e coisa e tal. Então, nós temos muito isso, daí nós temos uma grande dificuldade de tirar as mulheres das propriedades pra virem nos encontros. Por isso, eu digo, onde tem espaço, em todo

espaço, tem que trabalhar. Daí tu atinge as mulheres que não vêm pros encontros, porque muitas não vêm porque não têm condições.

I. C.: Outra questão é a questão da integração, né? Há quem consiga sair ao mesmo tempo, né, ela chega ali e encontra o espaço pra participar, agora outras não acha esse espaço, então ela fica amarrada na propriedade, na unidade familiar e ela não encontra mais esse espaço pra participar. A questão é que a mulher não entende. Ela deve ser esperta, pra chegar em janeiro, tentar fazer integração e buscar o tempo. O curso faz parte dela. Então ela quer ficar na unidade familiar e trabalhar, mas vai sem sair mais, mas cada vez ela fica mais alienada, pressionada e ela nunca mais vai encontrar aquele caminho, então isso depende da mulher e de lutarmos contra este sistema.

PAULILO (1990, p. 25) em estudo que analisa o desenvolvimento da produção integrada no estado de Santa Catarina,

a produção integrada só tem condições de se estabelecer em países onde o desenvolvimento capitalista seja um aspecto significativo da economia e que as relações de trabalho tenham se alterado de uma forma ortodoxa, fazendo com que os pequenos proprietários se integrem na grande indústria capitalista, se transformando em proprietários formais.

O que a autora destaca vem a se configurar uma das características centrais do sistema de integração, mas vale aqui sublinhar outras características que se apresentam em diversos estudos (MONTIBELLER, 1978; PAULILO, 1990; FLEXOR, 2002; MIOR, 2005) que foram realizados na região, tais como: a) fixa parte da população no campo (principalmente a população masculina, ou casais jovens); b) é um modelo de articulação que possibilita a incorporação da socioeconômica da produção familiar; c) aumenta a concentração economia regional; d) aumenta a exclusão dos pequenos produtores familiares da produção de suínos (ficam só os que se adaptam às exigências técnicas da agroindústria) “levando a uma intensificação da escala de produção, e seu par, a exclusão e crise de parte significativa da agricultura familiar do sistema de integração, principalmente a partir dos anos 90” (MIOR, 2005, p. 82); e) poluição das águas pelos dejetos suínos; f) êxodo rural (principalmente da população jovem); g) individualização da produção e desagregação dos laços comunitários, bem como enfraquecimento das relações de solidariedade entre os grupos e sujeitos. Esses são

alguns dos desafios que os movimentos sociais e sindicais enfrentam ao propor uma nova cultura política, que busca reforçar a articulação e mobilização política.

1.7 Ambiente favorável: “desenvolvimento econômico” e espaço de luta

Como apresentado, a região do oeste de Santa Catarina se configurou como um celeiro ideal para o desenvolvimento de atividades produtivas, que o apresentam em lugar de destaque nos cenários nacional e internacional. Porém, esse modelo de desenvolvimento econômico, não propiciou mudanças socioambientais, ao contrário, como foi demonstrado. Como efeito houve um aumento da pobreza, concentração econômica, êxodo rural da população jovem e anciã, que vai para grandes cidades em busca de trabalho e para ficar mais perto dos filhos e de atendimentos básicos de saúde, educação, dentre outros (TESTA et al, 1996; ABRAMOVAY et al, 1998; SILVESTRO et al, 2000. In MIOR, 2005) até a degradação ambiental etc.

Diante do quadro estabelecido, não é de surpreender o vanguardismo dos movimentos camponeses na região, tornando-a um “celeiro de movimentos sociais”. Essa é uma das suas características que, desde a Guerra do Contestado até a época recente, guarda tradição de lutas, questionamento da estrutura social, econômica e política.

A partir do fim da década de 70, início de 80, com a democratização do Brasil, diversos movimentos sociais e os grupos políticos, sob a influência de setores progressistas da igreja, articulam-se sob a orientação do bispo Dom José Gomes, de padres, religiosos e pastores da Igreja Luterana, comprometidos com o evangelho e a proposta de Teologia da Libertação, e reiniciam os processos de organização da sociedade através de pastorais (da saúde, educação, da terra etc.), das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) e dos sindicatos.

O estopim foi a farsa da “peste suína” inventada pelas autoridades e agroindústrias, buscando uniformizar a produção e eliminando os produtores autônomos, causando indignação e protestos em Chapecó, reunindo mais de 25 mil pessoas, em 1978.

Em linhas gerais, podemos considerar que este é o ambiente favorável em que os sujeitos encontram e formam as condições objetivas para se organizarem em busca da construção de um modelo alternativo de sociedade, que os reconheça como sujeitos e

que valorize um modelo de vida camponês, que se contraponha ao modelo hegemônico de desenvolvimento, sendo berço de movimentos contestatórios, ou *novos movimientos sociales*.

Dentre esses movimentos sociais, a região abrigou o movimento de tomada das terras pelos índios, culminando na reintegração do toldo chimbangue, em 1985. No início da década de 1980, desenvolve-se o Movimento de Mulheres Agricultoras, atual Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), rediscutindo o papel da mulher no meio rural. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também se organizou na região, sendo, em 1980, a primeira ocupação do movimento, em Campo Erê, que possibilitou repercussão e organização maior do MST, que, em maio de 1985, desembocou nas “Operações Integradas de Ocupações Simultâneas”. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) do Alto Uruguai organizou-se a partir de agricultores mobilizados em função de projetos de construção de 25 barragens na bacia do rio Uruguai, as quais inundariam, aproximadamente, 25 mil hectares de terras, atingindo em torno de 40 mil famílias da região Oeste de Santa Catarina e Alto Uruguai Gaúcho, no Rio Grande do Sul.

Existe larga bibliografia sobre este tema (MELUCCI, 1994; MEDEIROS, 1993; PINERO, 2004; DAGNINO, 2002; DAGNINO et al, 2000 e LEWIN, 2005; dentre outros), iremos aqui destacar apenas algumas características centrais, reconhecendo que a partir de seu campo de ação, existem especificidades. a) Em linhas gerais, esses podem ser reconhecidos como movimentos que ampliam suas pautas de reivindicações, passando de demandas setoriais para demandas estruturais.

Se luchaba por El derecho al uso social de La tierra (la tierra es de quien trabaja), pero no en contra el modelo de sociedad vigente. Hoy las demandas son menos sectoriales y más generales, porque cada vez es más claro que no se lucha sólo para resolver un problema particular sino por un nuevo modelo de sociedad. (GRAMMONT, 2006, p. 17)

b) Mudaram a forma de ação coletiva, da linguagem política e da percepção da relação intrínseca entre cultura e política.

No se desdena ningún instrumento: desde las ocupaciones de tierras hasta la activa presencia en Internet y en los medios de comunicación masiva, pasando por los acampamentos, las marchas, las asambleas, las concentraciones, la negociación con el poder político, etc. (PINERO, 2004, p. 23)

c) Os movimentos passam a ter uma capacidade propositiva, somando-se a sua capacidade reivindicativa, o que os coloca como sujeitos políticos reconhecidos em outras esferas políticas e como negociadores com o Estado, fazendo com os movimentos saiam do protesto para a proposta; d) a sociedade civil é um *locus* privilegiado de ações, disputas e legitimações dos sujeitos políticos.

A sociedade civil torna-se o terreno da luta política, implicando não somente uma revisão do papel até então atribuída ao Estado, como também uma ampliação do terreno político e da pluralidade das relações de poder. (DAGNINO, 1994, *apud* LEWIL, 2005, p. 23)

e) Normalmente busca uma articulação política em redes, assumindo a dimensão global e complexo da luta política. Ex: Via Campesina, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Articulação Pacari, no estado do Mato Grosso, Rede Xique-Xique de economia solidária, no estado do Rio Grande do Norte, Rede Economia e Feminismo (REF), Rede Latinoamericana de Mulheres transformando a Economia (REMTE), dentre outros.

É com este contexto histórico, político, cultural e econômico que reconhecemos o MMC como um sujeito político coletivo, gera tipo específico de ação coletiva, a partir de um projeto político reconhecido e legitimado nas diversas arenas em que o movimento participa, e que, questione o modelo sócio, econômico, político e cultural dominante, propondo outra cultura política. Segundo Alvarez et al (2000):

Em suas lutas contínuas contra projetos dominantes de construção da nação, desenvolvimento e repressão, os atores populares, os movimentos populares urbanos de favelados, movimentos rurais, de mulheres, de negros e outros, mobilizam-se coletivamente com base em conjuntos muito diferentes de significados e objetivos. Dessa forma, as identidades e estratégias coletivas de todos os movimentos sociais estão inevitavelmente vinculadas à cultura e constroem outro projeto político cultural.(2000:23)

A partir desta compreensão, buscamos descrever e observar a Campanha Pela Produção de Alimentos Saudáveis como uma das ações que expressam o projeto político do MMC. Quais seus limites de ação, intervenção e questionamentos, nas arenas políticas e espaços públicos? Quais as maiores dificuldades que as mulheres

camponesas enfrentam na implementação da campanha? De que forma a luta das mulheres por soberania alimentar amplia e democratiza o espaço público?

2 A Campanha e as monitoras

2.1 Campanha Nacional pela Produção de Alimentos saudáveis:

Produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza!

Então, pra elas, assim, o primeiro passo é que elas consigam entender que quem planeja executa, que elas foram a vida inteira fazendo o que os outros planejavam, então a partir do momento que eu consigo fazer o grupo entender que tá na hora de quem planeja fazer, topa? “Topo!”, então tá na hora da gente fazer as oficinas!⁸³

O MMC como movimento feminista percebe a necessidade de articular a luta contra o patriarcado no âmbito das lutas gerais no processo de fortalecimento da luta contra-hegemônica. Como buscamos demonstrar, a Soberania Alimentar é uma das bandeiras que unifica pauta política dos movimentos, tanto rurais como urbanos.

Numa perspectiva feminista é necessário fortalecer a auto-organização das mulheres na luta pela Soberania Alimentar porque, tanto nos países centrais como nos países periféricos, o machismo e a dominação masculina estão fortemente presentes na agricultura, bem como dentro das comunidades rurais.

A ideologia dominante procura legitimar a ideia de que a agricultura é um “trabalho de homens” e que as mulheres são “ajudantes”, negando a importância de sua contribuição para viabilidade e sustentabilidade da vida no meio rural.

Assim, se torna imperativo integrar a perspectiva feminista não somente na análise da situação da agricultura e da alimentação no mundo, como também para pensar a Soberania Alimentar atrelada à luta que busque uma transformação radical da sociedade, a partir do questionamento à divisão sexual do trabalho e das relações de poder que se configuram a partir dela. Sob este entendimento é que o MMC constrói e propõe a Campanha pela Produção de Alimentos Saudáveis.

⁸³ L. B., monitora do MMC. Entrevista realizada em Chapecó, maio de 2008.

A campanha foi lançada oficialmente no dia 19 de fevereiro de 2007 como tema político para o 8 de março, dia internacional de luta das mulheres. Como demonstrado no Capítulo II, a Campanha é fruto de intensas discussões, mas principalmente é resultado de diversas ações políticas, em que as mulheres se fortalecem como sujeitos ativos do processo de enfrentamento e de questionamento do *status quo*.

A percepção da Campanha como resultado de um processo político do MMC é clara para as mulheres que participam do Movimento. Para uma das coordenadoras nacionais do MMC,

foi ali, e eu acho que em se tratando da campanha, do Movimento Mulheres Camponesas tem que acrescentar algumas coisas fundamentais. Uma é essa questão de que nós avançamos com a campanha da semente e em 2006, nacionalmente falando é o momento que marcou a vida do movimento com a questão da ação do “8 de março” na Aracruz Celulose e outros espaços e tal, que marcou campo no sentido da posição contra as transnacionais, em defesa da nossa nação, né? Em defesa da agricultura camponesa, em defesa da biodiversidade. (J.C.)⁸⁴

Em entrevista, uma das monitoras também esclarece a relação da campanha como parte do amadurecimento do projeto de resgate e melhoria das sementes crioulas, ou seja, a preocupação com a Soberania Alimentar precede a Campanha e se torna seu objetivo e princípio.

L.: E você hoje, falou lá na reunião, que em 2001, na oitava assembleia, que as mulheres decidiram começar com o projeto da semente, então a semente é antes da campanha pela produção de alimentos saudáveis?

I. C.: É, assim, ó: até aí as mulheres lutaram por causa dos benefícios, que era aposentadoria, salário maternidade, auxílio doença, mas a partir daí, quando a mulher se satisfiz com isso, que ela tinha conseguido aposentadoria, benefícios, ela queria uma coisa mais prática, que também rendesse, que desse resultado no seu trabalho, mas que fosse uma coisa mais pautante, como sua mão, né? Daí, dentro da assembleia, que foi de três dias, havia trabalho em grupo, que surgiu, da ideia das mulheres trabalhar as sementes de hortaliças. Hortaliça porque a mulher é mais, assim, a questão da horta, daí então pipoca, amendoim, milho, já outras entidades trabalhavam, né? Então surgiu essa

⁸⁴ Entrevista realizada em Chapecó, Santa Catarina, em 16 de maio de 2008.

ideia da semente de hortaliça dentro do seu trabalho. Então, a partir de 2001, se iniciou primeiro o regional, então na Regional se juntava município, e depois se iniciou as oficina, depois passando um ano, dois anos, isso; aí veio o pedido pra que isso acontecesse nos município, e, hoje é o que tá acontecendo, vários municípios, a maioria deles, mais do que 100 municípios, que tão nas oficinas de sementes.

Figura 8. Cartaz e folder da Campanha.



Metas da campanha:

- ▶ Produção de alimentos saudáveis e diversificados.
- ▶ Recursos públicos e subsidiados para a produção ecológica de alimentos.
- ▶ Preservação da natureza e recuperação da biodiversidade.
- ▶ Reconhecimento e valorização do trabalho da mulher.
- ▶ Potencialização das redes solidárias de trabalho e consumo.
- ▶ Construção de novas relações humanas e com a natureza.
- ▶ Reforma agrária e políticas públicas para o campo (previdência, saúde, educação, moradia, transporte, lazer...).
- ▶ Melhoria na infra-estrutura das propriedades: construção de sistemas, saneamento, energia...
- ▶ Combate a todas as formas de violência (moral, física, psicológica, cultural) cometidas contra as mulheres e os trabalhadores.
- ▶ Ressignificação da cultura, dos valores e hábitos alimentares.
- ▶ Promover a saúde e qualidade de vida da população.
- ▶ Assistência técnica e desenvolvimento de tecnologias adequadas à agricultura camponesa ecológica.

A Campanha de Produção de Alimentos Saudáveis quer ser espaço para reunir as mulheres do campo e da cidade, a fim de afirmar a Soberania Alimentar dos povos e fortalecer a luta em defesa da vida.

Arquivo MMC.

A campanha materializa-se e ganha sentido a partir da relação entre as práticas das mulheres camponesas com a construção de um projeto político. Isso acontece em discussões com grupos de mulheres, com técnicos, com as famílias, com as comunidades em que estão inseridas e é tema de disputa e discussão, nacional e internacional.

L.: E como é que você mobiliza os grupos?

I. C.: Isso a gente já vai no município, nas comunidades, a gente vai vendo quem se sobressai mais, né? Então a gente conversa com aquela mulher, “olha, tá acontecendo isso no movimento, seria importante, o quê que você acha? Gostaria de participar?” Daí, assim, vai tendo uma conversa, um diálogo com ela, e a gente consegue porque através dela, ela consegue mais outras companheira que possam inchar um pouquinho o grupo, pela comunidade, pelo município, e aí, dessa forma a gente vai organizar os grupo de base ou então as oficinas de sementes.

A.S.: Bom, então, isso tem diferentes maneiras, tem que se levar em consideração as coordenações dos municípios, no nosso município, na nossa região, através da rádio, convida através de cartinha, manda cartinha pras mulheres, ou tu encontra com uma que nunca participou, diz: tal dia tem uma oficina, vem conhecer o nosso trabalho. Fazemos reuniões onde as mulheres querem, às vezes é na igreja, às vezes na associação, fazemos visitas nas hortas das mulheres que já estão há mais tempo, para valorizar e também mostrar para as outras: olhe, veja que dá certo. Tudo é de verdade, é a partir do concreto, do exemplo. Tem diferentes maneiras, né?

C. H.: Aí é o seguinte, nós temos a nossa reunião regional e nessa reunião regional a gente reúne os municípios e, então, a gente trabalha com a coordenadoras da base e elas fazem lá a comunicação e no dia, direto, estão ali, porque ela é o líder do município, ela que faz o trabalho de divulgar, de convidar, de convencer aquelas que estejam naquele dia, naquele lugar, então é através da líder do município, que a gente lida, que a gente trabalha, que cada comunidade tem uma líder e essa líder, ela faz então o contato. Geralmente e também, um pouco, se não há reunião, a gente convoca pra outra então, assim, tem convite que a gente faz também no dia da reunião, no dia da oficina, convida elas pra essa data estarem de volta.

L.: E quais são as atividades desenvolvidas com os grupos para implementação da Campanha?

I. C.: Bom, no primeiro momento a gente coloca todos os objetivos, qual é o objetivo da oficina de sementes, então vai todo mundo, o resgate, coloca o porquê, porque que nós chegamos nesse ponto. A partir daí, desafia essa mulher pro estudo, pra ela ter sua organização através dos grupos, vê o que é preciso pra uma oficina, faz as hortas, aí convida técnicos ou técnicas pra aprofundar, porque a mulher já vem com uma bagagem, que ela já tem um conhecimento de como fazer, né? Mas é só pra acordar, porque já tem muita coisa que ficou adormecida e daí, a partir daí vai se desenvolvendo as oficinas, discute local, hora, quanto tempo mesmo, cada dois meses, nessa época, pra não prejudicar a participação da mulher.

L. B.: O primeiro é esse que eu já te coloquei, que é começar organizar e fazer elas entender, depois a gente começa então com a terra, o porquê das coisas, porque geralmente a pessoa não pára para se questionar porque que tá acontecendo isso, de onde vem isso. Então a gente, com a nossa maneira simples, agente tenta resgatar desde lá quando começou a terra, a água, às vezes a gente vai pra religião, pra bíblia, conforme a gente sabe em que religião elas tão, né? A gente vai falando da terra, da criação do mundo e tal, pra elas começar a entender o porquê das coisas. A partir dali vai seguindo, vem isso, depois vem a destruição, como que a gente pode melhorar. Daí o resgate junto com isso, elas começando estudar a terra, já vão começando a trazer sementes. Então cada uma vai se encarregar de sair em busca de sementes, crioulas, mas não só sementes, ela tem que chegar e dizer: “ó, essa semente peguei lá em tal lugar, da minha avó, da bisavó ou duma pessoa lá, da índia”, de quem for... aquela semente e o nome daquela semente, como é chamada. Daí, assim, em quanto tempo ela vai seguindo de passo em passo, é uma oficina de construção ali, de passo em passo. Ela vai aprender a semear, vai aprender a colher, depois ela vai aprender a guardar, armazenar, partilhar com as pessoas, o objetivo do resultado, tudo isso são feito na oficina e sempre dentro disso, vêm outros assuntos daí, é notado a ansiedade delas, o quê que mais preocupa, isso também é um ponto muito sério, você chegar, só falar, só despejar, também não vale a pena, tem que ouvir primeiro. Porque nada se muda se você não sabe da realidade, o porquê que tá acontecendo isso. Esse resgate, não só da semente, mas um

resgate daquela ansiedade, do sofrimento, daquela alegria, de tudo como elas tão vivendo, daí vem toda uma história. A gente tem uma bagagem, daí cada vez você vai colocando um tijolo em cima disso, aí quando chega lá numa altura tu passa para alimentação, porque só comer feijão e arroz, porque não comer, assim, alimentação mais variada, né, daí os horário e como se trata as crianças. E, muito cuidado, porque com pessoas que nunca tiveram oportunidade, você nunca pode dizer que você sabe mais do que ela, você tem que descer na altura dela e daí comparar, daí muito amor, começar com abraço, começar alegre e dizer que vale a pena ser mulher, se libertar, viver feliz, uma brincadeira no meio, precisa dizer, precisa fazer com que elas acredite que a gente é sincero, que a gente tá fazendo o que a gente sabe, a gente não vai fazer nada mandado, a gente vai fazer porque a gente quer mudar, certo.

L.: E quais são os temas trabalhados nas oficinas?

I. C.: O fundamento é a questão mesmo da semente, o resgate da semente, o porquê, por exemplo da semente, o tipo da verdura ou hortaliça que planta, qual é a sua função, pra quê ela serve, o quê que ela contém, assim por diante, né? E daí aprofunda bem, a gente tem a pesquisa, livros e mesmo as próprias mulheres já trazem de casa. E vão pesquisar, discutem com os filhos, companheiros e trazem mais aprofundamento sobre isso, então é mais na função mesmo da crença. Também discutimos o porquê de tantas doenças estarem aparecendo por aí, depressão, câncer, é muito veneno na comida. Daí a gente demonstra para esta mulher que além dela estar produzindo e não gastando nos mercados, ela está comendo saúde. Fazemos chás, lembramos as plantas e seus usos, xaropes. Muitas depois falam que nunca mais ficaram doentes, que todo mundo vem à casa delas pedir ajuda, a elas, né? Passam a se sentir assim, mais valorizada pelo companheiro, pela comunidade e ela fica mais feliz.

A. S.: Os temas, o início é: nós trabalhamos os dois temas de agricultura, agroecológica, agricultura química pra uma vez ter a noção. Aí depois espalha, a formação do solo, como o solo é formado, como nós podemos estragar em pouco tempo, quanto tempo leva pra formar um centímetro de solo fértil, em quanto tempo nós podemos estragar isso, todas essas questões, né. Depois a questão da semente, como escolher as plantas, pra deixar outra semente, qual é a época, qual é a hora do dia, como se cata. Então é tudo uma sequência, tudo, tudo, tudo, até entrar na alimentação. Há responsáveis pelas

oficinas, o grupo senta, elabora, faz um roteirinho, os materiais que precisam pra desenvolver os temas, né, porque daí começa de um até 16, 17, 18, né? Daí cada encontro tem um tema diferente, por isso a gente sempre trabalha com as mulheres, quem começa, pega do início até o fim, pra ter o todo. Não se devia pular nenhuma, porque é uma sequência. Uma após a outra, até a reeducação alimentar, então são coisas bonitas. Tem uma oficina, que cada uma tem que inventar um prato, não pode ser uma receita copiada, ela tem que inventar, mas de coisas da terra, não comprar nada. Mas o que aparece de coisa linda, você tem que ver.

L. B.: É, no primeiro passo, é feito o quê? É planejando aqui, a gente tem pessoas que têm mais experiência do que a gente, que vai elaborar os temas, mas sempre dentro da realidade que a gente quer mudar. E, depois, quando a gente vai pro grupo também tem propostas, porque nas assembleias, de 3 em 3 anos, a gente avalia o que fez e pega as propostas que cada Regional quer que aconteça, a gente segue os caminhos que elas precisa e, também avalia o que foi bom, o que não foi, né? Daí a gente muda sempre, nós estamos sempre dentro de um crescimento, mas sempre junto com as mulheres. Daí discutimos as sementes, a alimentação saudável, a libertação da mulher, tudo ligado à mudança de vida mesmo, porque é para mudar a vida, senão não adianta, elas não acreditam, e ficamos sem exemplo.

C. H.: Eles vão ser discutidos e escolhidos nas reuniões, junto com a coordenadora aqui. A gente não define o tema, ele está sendo definido pelo grande grupo. Nesse momento, nós estamos trabalhando os 25 anos, estamos nos preparando, programando, nos 25 anos, estamos levando todo a trajetória dos 25 anos. E dentro da oficina, o quê que a gente faz? É umas das coisas que a gente, agora dentro dos dois últimos, to fazendo uma produção de sementes, um canteiro, dentro do grupos e escolhe uma horta e nessa horta se estuda qual é o tipo de semente que vocês vão querer semear, pra depois daquilo colher e depois distribuir, trocar, pra de repente essa semente poder estar.

A Campanha acontece com atividades executadas em três frentes de ação: o resgate das sementes crioulas, as plantas medicinais e a produção agroecológica. A partir disto diversas atividades são realizadas, sempre em diálogo com as mulheres camponesas e com o levantamento das potencialidades e reconhecimento das

capacidades destas em incorporar e reelaborar as ações propostas pelo Movimento através da campanha.

Como exemplos de ações e práticas propostas, temos a construção de banco de sementes crioulas com a troca de sementes, o resgate de diversas espécies e o melhoramento. Essa ênfase coloca-se em contraposição ao projeto de difusão das sementes transgênicas, bem como se confronta com a ideia de ser a semente uma mercadoria. Para elas, *as sementes são patrimônio da humanidade*, e como tal, não podem ser apropriadas por pequenos grupos, nem comercializadas.

Também propõem uma reeducação e revalorização dos hábitos alimentares, baseados numa produção agroecológica, que valoriza a agricultura camponesa. Estas ações estão inseridas no projeto de alimentação saudável que a Campanha promove.

Outra questão que se percebe é que a campanha tem um papel de fortalecer o MMC internamente na construção e fortalecimento de sua identidade, bem como o reconhecimento deste como sujeito político nos espaços públicos e políticos, legitimando-o como um dos agentes no processo de transformação social.

J. C.: Na minha avaliação, a soberania alimentar estava mais enquanto um chavão. Mas, penso que as Mulheres Camponesas com essa campanha materializam, conseguem colocar na prática toda uma experiência concreta, de orientação da plantação, de debates em torno da produção, no nosso caso, debate em torno da comercialização, a questão da própria biodiversidade e entra nesse momento com o aumento do preço dos alimentos, e a questão de uma posição clara e firme, contra os agrocombustíveis, enfim, isso está ajudando no sentido de colocar corpo, de colocar detalhe, de colocar conteúdo, de novas práticas, de organização e tudo mais, com a questão da campanha. Tava muito no chavão, como falei antes, né? E agora tem corpo, tem cara, as mulheres veem e compreendem na prática o que é Soberania Alimentar, né? Então, mas eu acho que o movimento não pode ter a pretensão, nesse momento de achar que se faz sozinho. Por isso estamos na Via Campesina, por isso fazemos a luta com as urbanas, com os sindicatos, com a igreja. Tem que ser um projeto maior, mas acho que as mulheres conseguiram dar a forma. Agora aqui os outros sabem o que é, porque estamos fazendo.

N. K.: Eu acho que nós estamos conseguindo influenciar na sociedade de modo geral, mas nós precisamos avançar mais nesse sentido. Acho que tem alguns fatores, assim, que mostram essa importância, por exemplo, quando a gente faz o debate pras donas de

casa, essa relação de dona de casa que faz essa relação, né? De quem produz, de quem consome, do consumo consciente. Mas precisa organizar nesse sentido, agora, está mostrando, pra nós, do Movimento Mulheres Camponesas e pra outros setores de mulheres urbanas que é preciso fazer esse debate. E penso que neste momento, com a questão dos agrocombustíveis, a subida do preço dos alimentos, mais ainda. Então tá colocada, tem uma porta aberta importante pra gente ter entrada, mas eu acho que aqui cabe, você falava da não avaliação nesse momento, mas acho que é importante é ter “pendente” de que, os movimentos que têm tomado uma posição firme contra os transgênicos, o agronegócio e as transnacionais. E as ações que fizemos em defesa, né, disso têm trazido muitas dificuldades, no sentido de viabilizar recursos e um pouco por aí. Então, a campanha não está andando, como deveria, por estas razões.

Outra ação determinante da Campanha são os hortos de plantas medicinais e o resgate, a valorização de saberes e usos tradicionais, para fabricação de xaropes, pomadas, antissépticos, insumos, remédios para plantas etc. Esta dimensão é importante na contraposição às indústrias farmacêuticas. Para estas mulheres, esta luta está relacionada a uma revalorização da cultura camponesa, mas principalmente a um projeto de valorização e visibilização do trabalho realizado pelas mulheres, o que se contrapõe ao projeto de invisibilidade e opressão que essas diversas culturas sofrem ao longo da história, sob a égide do patriarcado e do capitalismo.

A relação da Campanha, como instrumento político de desnaturalização e valorização da prática das agricultoras com um projeto de transformação e enfrentamento ao modelo econômico e social, é imprescindível para que ela tenha força, coerência e sentido prático na vida dessas mulheres.

J. C.: Então, nessa avaliação aparece que, especialmente, pra nós, como internamente pro movimento, como pra sociedade, seria fundamental que a gente trabalhasse melhor essa questão da produção de alimentos saudáveis. Então pro Movimento de Mulheres Camponesas, além do debate da soberania alimentar vinha o debate que fazer a campanha pela produção de alimentos saudáveis era uma questão estratégica, uma questão de fundo, mas era uma questão tática também, porque isso é o que as mulheres já fazem, a Campanha politiza. Pra gente poder avançar na luta, na organização do envolvimento com as companheiras, nos grupos de base e também porque dentro do sistema capitalista patriarcal as mulheres acabam tendo o espaço privado e o espaço da

pequena produção e dos pequenos animais é um espaço em que ela acaba tendo poder de decisão. Então a Campanha surge nesse contexto e, então, é importante ter isso e ela surge dentro do momento difícil, com dificuldades e por aí então pra nós se coloca essa questão da semente, da soberania alimentar, da luta contra as transnacionais, da luta em defesa do território, da biodiversidade, dos bens naturais e das novas relações humanas, então, um pouco nesse sentido.⁸⁵

Também busca resgatar a diversidade, contrapondo-se ao modelo de pensamento capitalista ocidental dominante que não percebe a natureza e a vida em sua complexidade. É um pensamento dual, reduzido. Segundo LEFF (2003) a diversidade é o princípio que dá forma ao trabalho e ao conhecimento das mulheres. Por isso o cálculo capitalista e patriarcal não as considera.

R. S.: Um dos principais temas é a importância da alimentação agroecológica, da produção, de preparar a terra, como plantar, como produzir, da produção desses alimentos saudáveis. A primeira coisa pra ela ter uma alimentação saudável é saber em que condições eles são plantados, onde que tá o local em que são plantados e depois, então, é utilizando, assim, resgatando nossas tradições, deixando, assim, de lado, tudo que é mais químico, que é enlatado, que é conserva; e fazer a alimentação em cima daquilo que nós mesmas produzimos.⁸⁶

Outros enfoques fortalecidos pela Campanha são o questionamento e o enfrentamento à monocultura e ao latifúndio. Como projeto, o MMC defende a agricultura voltada prioritariamente para a reprodução e manutenção da unidade familiar e abastecimento do mercado interno, com modelo de produção baseado na agroecologia e no questionamento ao modelo de tecnificação utilizado pelo agronegócio que vem se expandindo no meio rural brasileiro.

Para o MMC esta campanha é um instrumento importante na construção e fortalecimento de um projeto de Agricultura camponesa na ótica feminista, para a

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Entrevista realizada com monitora do MMC, em Chapecó, Santa Catarina, em 20 de maio de 2008.

resistência popular e para a construção de alternativas ao modelo de exclusão, exploração e destruição do agronegócio e do capitalismo.⁸⁷

L. B.: Então, isso que eu vejo, a diferença, não sei se está me entendendo, que nós temos, assim, um leão muito grande contra nós. Porque, o poder, é o leão do poder, não estou falando das pessoas, que é um poder muito grande, que tudo pensa pra lucro, é o capitalismo. Porque, às vezes a pessoa está assim, tão desanimada, que ela se revolta quando você fala pra ela plantar, porque falta muita coisa, falta muita coisa, então, só que assim, dá resultados, com certeza, só que em partes, né? Por causa desse jeito que tá, com tudo, essa propaganda, com todo esse povo integrado, porque tem mais gente que pensa no lucro do que quem pensa no bem estar. Então a gente vê que só se planta pra dar lucro, só se derruba mata pra dar lucro, tudo isso. E nós, camponeses, somos considerados que nem formiguinhas, que a gente tá ali, lutando e o sistema lá enorme, que é esse modelo de hoje, né, que é difícil de você, a pessoa ter consciência. Então um desafio que é muito grande pra nós, camponeses, é você trazer a mulher na oficina de sementes, quando você traz ela, com um encontro ou dois, ela muda, ela vem. Agora, o problema é você trazer, porque de casa em casa nós não temos condições de ver isso, e, assim você chamando ela pensa que é mais uma proposta, e, ela tá muito apegada nos trabalhos de casa, então cai a ficha, que ela tá perdendo muito e de que precisamos mudar tudo, desde a casa, desde a nossa vida, do que comemos, plantamos.⁸⁸

Na construção deste projeto, o MMC procura parceiros, que se articulem em campos políticos determinados a partir de suas relações e concepções políticas. A constituição destas parcerias é um dos desafios que o MMC enfrenta para se legitimar e propor novos espaços públicos.

L.: Pensando a Campanha, quem são os parceiros, hoje, com que o MMC conta?

J. C.: Eu acho que centralmente os movimentos da Via Campesina. Falando nacionalmente, né? São os movimentos da Via Campesina e fizemos, através de outra

⁸⁷ *Soberania Alimentar. Compreensão e ação na luta camponesa. MMC.* Rio Grande do Sul: Ed. Battistel, 2007, p. 39.

⁸⁸ L. B., monitora do MMC, entrevista realizada em Chapecó, maio de 2008.

luta uma parceria muito importante com os movimentos feministas que existem no Brasil inteiro. Movimentos e ONG's. Então, por exemplo, assim, a luta pela previdência pública, pela seguridade social, a constituição do fórum itinerante, então, fez uma parceria importantíssima com a Articulação Nacional das Mulheres Brasileiras, a Marcha Mundial, com o Movimento Interno Nordeste, através de associação das donas de casa, com a Federação das Empregadas Domésticas, com CFEMEA, enfim, a luta fez uma aliança importante, no sentido da luta pelo ideário social, mas que automaticamente, por algum momento a gente acaba tendo articulações por outras questões também. Nesse sentido, falando nacionalmente. Aqui no estado, e como nos outros estados também, claro que tem as parcerias locais, né? Então, por exemplo, no caso de Santa Catarina, Florianópolis há uma ligação, então conta pra aquele momento da organização do “8 de março”, mas como entidades aliadas, da classe trabalhadora, centralmente, e aí passa além dos movimentos da Via Campesina, pastorais sociais, que têm uma questão política, são três, firme hoje a PJR e a CPT, então, mais os sindicatos e tal, mas isso é mais na capital do estado. Alguns mandatos de vereadores e sindicatos, tanto STRs como urbanos. Hoje com a Campanha chegamos longe, às vezes uma mercearia de um município apoia as mulheres num bingo, numa festa. Para irmos numa feira, a comunidade apoia porque sabe que as mulheres estão lutando, estão resistindo.

L. B.: Eu penso que a gente precisaria ter mais parcerias, nós não vamos levar nenhum sozinho, né? E, talvez até os próprios governos, assim, não tenham entendido o nosso objetivo. Políticas públicas nós não temos, que beneficie isso, então a dificuldade é fazer acontecer isso. Então eu penso que, poderia abrir mais, procurar mais parcerias, de gente que tem consciência, de gente que possa nos ajudar. Em resumo, pra nós fazer acontecer 100% dessa campanha, precisamos de ajuda, de parcerias, de gente que possa ajudar, em termos de lidar, assim, tipo pessoas pra nos orientar, como monitoras, de ajudar fazer projetos, pra isso.

I. C.: Sim, por exemplo, várias pessoas do tipo, assim, até autoridades, em alguns espaços da administração, outro pessoal assim, padres, pessoal que estudou, pra trabalhar solo desse jeito, aí eles param, né, param pra parar, pra pensar. E a gente faz o lançamento e faz provar a limitação, né, e diz porque a gente tá ali, então a gente convida essas pessoas, pra mostrar que não é só no papel, então a gente percebe que ali a gente ficou um pouquinho mais valorizado nesse ponto.

A. S.: Essa coisa eu não sei se tenho claro isso, mas eu penso, assim, nas universidades, eu penso, assim, tem professores que vão lá pra ganhar o salário, mas tem professores que vão lá pra dar de si, pra trabalhar, esse tipo de pessoas, ou assim, até alguma firma, ou assim, tipo os governantes, as pessoas, desde o município, né? E outra coisa que eu penso também que chama e vamos ter essa parceria, o dia que nós soubermos trabalhar a consciência de mais pessoas, nós podemos mudar até os políticos, porque a gente vota muito mal, sabe, a gente vota sem conhecer, esse é um exemplo de falta de conhecimento e memória curta, muita memória curta. A mesma percepção que nós temos pra resgatar semente, nós precisamos ter pra resgatar memória, pra ver, temos que ver, se nós queremos saber por que que a terra tá assim, vamos buscar lá a raiz do que tá acontecendo na nossa vida prática, nós precisamos buscar também desse lado político, ali, de ver que vivência teve essa pessoa? O quê que ela defendeu? Com que dinheiro ela tá se promovendo? O quê que ela promete? O quê que ela já fez? Então, é muito grande esse desafio, porque você tem que formar consciência, né, das pessoas, então como é que fica? E quem tá trabalhando, quem tá administrando não tem consciência.

Imagens 10 e 11. Caminhada realizada em Florianópolis,
6 de março de 2008, em parceria com o MMTU/SC.





Imagem 12. Doação de alimentos às famílias urbanas, março de 2008. Arquivo MMC/SC.



Imagem 13. Audiência pública na Previdência Social em Florianópolis (SC), junto com as mulheres urbanas.



A Campanha⁸⁹ é pensada a partir da articulação de suas ações em cinco dimensões: a política, a ambiental, a ética, a cultural e a feminista em que propõe mudanças na prática cotidiana das mulheres e na dimensão econômica e social, como vemos em cartilhas do MMC. A dimensão *política* prevê a construção de pautas com proposições de várias áreas das políticas públicas, no sentido dos governos investirem recursos a partir de metas da campanha. A *ambiental*: construção do debate sobre a crise de civilização que a humanidade está atravessando e a necessidade de cuidar da vida. As dimensões *ética, cultural e feminista* desejam a construção de valores e princípios de vida, de solidariedade, na construção de novas relações humanas e com a natureza, superando todas as formas autoritárias, patriarcais e discriminatórias de poder. Para as *mudanças cotidianas*: construção de práticas no cotidiano das mulheres e famílias camponesas de fortalecimento do projeto popular de agricultura camponesa, valorizando quem trabalha na natureza e produzindo para o bem da humanidade. A dimensão

⁸⁹ Para saber mais, acesse http://www.mmcbrazil.com.br/campanha2007/materiais/folder_campanha2007_web.pdf.

econômica e social: construção de mecanismos, instrumentos de viabilização e potencialização da agricultura camponesa; fortalecimento de redes solidárias de trabalho e consumo; valorização do trabalho feminino; ações de combate à fome e à miséria no campo e na cidade, avançando na luta pela soberania alimentar, autonomia dos povos e especialmente das mulheres.

E tem como metas: produção de alimentos saudáveis e diversificados; recursos públicos e subsidiados para a produção ecológica de alimentos; preservação da natureza e recuperação da biodiversidade; reconhecimento e valorização do trabalho da mulher; potencialização de redes solidárias de trabalho e consumo; construção de novas relações humanas e com a natureza; reforma agrária e política para o campo (previdência, saúde, educação, moradia, transporte, lazer); melhoria na infraestrutura das propriedades; construção de cisternas, saneamento, energia.

Segundo ALVAREZ et al (2000) os *novos movimentos sociais* atuam na interface entre cultura e política, ou seja, compreendendo que a cultura é política e que não se pode transformar o político sem transformar o cultural, propondo uma nova “política cultural”.⁹⁰ O desafio para os movimentos é mostrar as maneiras como contestam culturalmente a política e o que é reconhecido como político, para que possam repensar as “dimensões culturais do político”, bem como

sublinhar o entrelaçamento profundo das lutas “culturais” dos movimentos sociais em relação a significados e representações com suas reivindicações de direitos e poder econômico e político-institucional, questionando as dimensões políticas do cultural. (p. 15)

Nesse sentido, a Campanha pode ser compreendida como projeto e processo de questionamento, principalmente quando, em sua concepção, ela incorpora toda a discussão “específica” em torno da luta pela libertação da mulher e por outro modelo de produção, em constituição, seguindo os mesmo autores em um

⁹⁰ Aqui, utilizamos “política cultural” para chamar a atenção para o laço constitutivo entre cultura e política, e a redefinição de política que essa visão implica. Esse laço constitutivo significa que a cultura entendida como concepção do mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento de seu caráter “cultural” ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados. Com a expressão “política cultural” nos referimos então ao processo pelo qual o cultural se torna político. ALVAREZ et al, 2000, p. 17.

possível projeto alternativo para a construção da democracia na América Latina, assumindo um papel crítico nesta disputa, e que vê as lutas democráticas como contendo uma redefinição não só do sistema político, como também das práticas econômicas, sociais e culturais que possam engendrar uma ordem democrática para a sociedade como um todo, tendo seus interesses não só representados por novos sujeitos, mas também (re)modelados. (p. 23)

Esse (re)modelamento da democracia pode ser compreendido como uma parte do processo de materialização da Campanha, na medida em que as mulheres, quando estão envolvidas no processo, fazem questionamentos nas diversas dimensões e às relações de poder, percebendo-se sujeitos políticos e exigindo reconhecimento não só na arena pública estatal, com a proposição de políticas públicas que fortaleçam e ampliem sua cidadania (dando um sentido e significado real a esta), como também em espaços públicos diversos, como reuniões em sindicatos, igrejas, associações, em passeatas e dentro da própria família.

Esse também é apontado como um desafio para as mulheres e para o Movimento, pois politizar o doméstico é politizar o cultural, é dar novo sentido ao fazer político, dar novo sentido à política.

A. S.: Porque, às vezes, começa uma oficina de sementes com 25, até 30 mulheres, mas aquelas que acabam são menos de 15. Porque as outras, elas vai perdendo, elas não conseguem fazer a discussão, a mudança na sua propriedade. Então pra elas não brigar em casa e querer, o que elas aprendem no movimento, aplicar na sociedade, elas não vêm mais. Elas não querem enfrentar o conflito na sua propriedade, com seu companheiro, com os filhos. Daí elas ficam em casa, continua aquelas coisa de pegar as coisas no mercado, né? Aquelas que conseguem fazer a discussão e fazer a mudança na propriedade, elas insistem. Às vezes tu fica até assim, triste, porque começaram tantas e terminaram tantas, mas é isso que acontece no interior. Às vezes a mulher está numa oficina de sementes, onde a discussão é uma e o marido tá lá na reunião da cooperativa com a Monsanto, onde a discussão é outra. Daí elas têm que ficar em casa, né? E aquelas que não conseguem administrar isto, elas vão ficar em casa.

2.2 As monitoras e a mediação

A monitora deve ser aquela que cativa as mulheres, né? Não só aquelas que vêm na oficina, mas até no dia-a-dia, na comunidade, numa roda de chimarrão, conversar com as pessoas, porque você conquista, às vezes, mulheres por aí, porque têm também aquelas que não têm o tempo disponível pra vir na oficina. Mas aí, tu podes, assim, através de outros atalhos, uma coisa assim, você consegue conversar. Daí, minimamente, às vezes, as mudanças acontecem, né? Na propriedade, mesmo ela não participando das oficinas. Então aí, eu acho que o papel da monitora não é só o trabalho nas oficinas, mas é o todo das mulheres.⁹¹

Para implementação da Campanha o MMC atua através de monitoras junto com grupos de mulheres camponesas, que são sensibilizadas através de atividades políticas como oficinas de formação, encontros e trocas de experiências, encontros para debates regionais e nacionais, atos públicos, feiras de comercialização e trocas de alimentos, sementes, artesanatos etc.

Durante os dias de pesquisa algumas monitoras foram acompanhadas em atividades de formação com grupos de base, bem como em reunião de formação política e técnica, na sede do Movimento, em Chapecó, onde tive a oportunidade de estar com todas as monitoras da Campanha, tanto as das sementes, como as de plantas medicinais. Cabe aqui apresentar quem são estas mulheres, de onde vêm, quais suas histórias, trajetórias, o que as motivam, como conciliam seus diversos papéis (mães, esposas, camponesas, feministas, lutadoras etc.).

A escolha foi aleatória, a partir da disponibilidade de cada uma em me receber e permitir acompanhá-la em seu trabalho, pesquisar, “bisbilhotar”. Todas são especiais em si, como mulheres, como sujeitos de suas vidas, de suas ações e na construção de outro projeto de sociedade.

Suas trajetórias são bem distintas. Algumas estão no movimento desde seu início, outras saíram da igreja, o espaço tradicional frequentado pelas “moças” que queriam estudar e não casar, o espaço permitido a essas mulheres. Umas surgem de pastorais, outras do movimento sindical, mas todas guardam em si uma disposição para a luta e vontade de mudar. Todas partem de seus exemplos, de suas práticas, sentem orgulho em serem camponesas, em mostrarem suas mãos; isso as legitima para falarem em nome do Movimento, para construírem a Campanha.

⁹¹ A. S., monitora do MMC. Entrevista realizada em Chapecó (SC), maio de 2008.

Quase nenhuma cursou o ensino formal (fundamental ou médio), mas trazem grandes saberes acumulados, aprendidos e apreendidos em práticas e observações profundas. São avós, mães e tias, mas todas são “bruxas”, conhecem a natureza, seus ciclos, têm respeito por ela. Ouvem seu silêncio, conversam com o vento, cheiram a manhã, degustam as estações. São sábias.

R. S.: Então, meu nome é esse, eu sou do município mesmo aqui de Chapecó, sou agricultora, vivo no campo, numa comunidade do interior de Chapecó, aí, minha função é trabalhar na área rural, né? Eu trabalho sempre diretamente com a terra. Quando eu entrei no movimento? Desde que o movimento iniciou, primeiro um pouco por causa da questão mesmo da mulher, a gente começou a sentir, assim, uma oportunidade que a mulher tinha de começar a ser alguém, porque até ali a gente era vista só como uma pessoa, funcionária de dentro de casa, né? Que era trabalhar em casa e ali e tal, então a partir daí que eu comecei a ir pras reunião, comecei a ter oportunidade de falar, de me expressar, de abrir um espaço pra ser alguém, ser alguém que pudesse tá ali, dando ideias e tal, colocando a minha opinião, né? Daí então a minha participação no movimento foi assim que começou a surgir o movimento, então o movimento nasceu aqui em Chapecó e desde o nascimento eu tô fazendo parte dele, né? Já tive várias funções, coordenação, coordenação municipal, às vezes coordenação regional, depois um pouco mais fora, agora eu tô mais ligada, na coordenação estadual e como monitora.

I. C.: Eu sou I., tô no movimento praticamente, desde o início, mas não, assim, direto como se fosse no dia de hoje, né? Então a gente vinha participando quando era possível, porque eu cuidei dos meus filhos todos durante uns 25 anos, então, fazia comida, deixava eles em casa, eles iam pra roça, e, assim, agora a partir de uns dez anos pra cá, eu tô mais direto no movimento, assumi o município, regional, estado, a questão das sementes crioulas, oficinas, continuo na coordenação e, assim, até hoje, vou dando, esse lado, essa parte.

L. B.: Meu nome é L., eu moro num município pequeno chamado Marema, perto do rio Chapecó e eu entrei no movimento há uns 5 anos, assim. Então, antes disso eu já participava, mas de uma maneira, de uma forma diferente. Eu participava, como ajudar as outras, porque eu morava mais perto da estrada, eu dava apoio, eu orientava, eu achava que eu tava fazendo um papel bom assim, só que, a partir do momento que eu

comecei a levar a sério, quando eu ia no seminário, comecei a ver que não era só isso, que tinha algo mais pra fazer. Eu tava tipo, assessorando, acolhendo, mas assim, não gostava, aí comecei a levar a sério e participar. Aí, primeiro que me chamou atenção foi o assunto da violência, daí o assunto da violência que tem dentro de casa e não percebia. Daí eu comecei a participar, prestar atenção, daí, veio a proposta da semente, do resgate da semente, daí veio a proposta da alimentação, daí já muita coisa tava na minha família, tinha muita coisa errada, desesperada, tava passando por uma fase difícil. Daí eu percebi, “este é um projeto de vida e é nesse caminho que eu vou”. Tudo que hoje melhorou, eu posso dizer com toda certeza, foi no movimento de mulheres que eu consegui. Assim, o que mais agora me chama atenção, é que foi uma transformação que foi acontecendo de gestos pequenos, de coisas pequenas, foi virando, assim, uma transformação pra melhor e aí, mudando a alimentação, mudando a saúde, mudou até na vida a dois, assim, no casamento mudou muito. Por isso, que eu vejo assim, que eu, nós camponeses, temos muito a fazer, é pouco o que a gente faz, mas a gente faz o que sempre dá. Porque, a gente não teve oportunidade de estudar, eu me criei sem pai, meu pai faleceu eu tinha 9 meses, nem conheço, nem tenho nenhuma foto, então só fiz primeiro grau, então a gente aprende aqui e no MMC a gente sabe que o que a gente vai fazer tem valor. A gente faz o máximo, tipo aqui do interior tem umas monitoras também; eu me preocupo, de fazer o melhor com meu grupo, mais com o que eu aprendi no dia-a-dia, sabe, como posso, como fiz, com as experiências que eu fiz e deu certo. Não é na teoria, mas na prática e tentando correr atrás dessa informação, desse estudo, pra poder fazer melhor.

C. H.: Eu moro no município de Itapiranga, lá eu nasci, eu criei, passei minha infância, minha adolescência, tudo nessa região. E a minha vida toda foi uma vida totalmente ligada à terra, sempre trabalhei como agricultora, mas assim, a gente viveu, aquela vida simples, oportunidade de estudar eu não tive, foi um sonho, eu queria muito ter estudado, a situação, a horta não me favoreceu. E daí, eu, fui levando a vida, casei, tive três filhos e vida bem simples. Mas certo dia, então, eu realmente sempre gostei de vida em grupo, de ser uma coisa diferente, o meu sonho na verdade, na adolescência, era de sair de casa, trabalhar num hospital ou me envolver no grupo com as meninas, porque eu achei muito legal o grupo, a gente tem várias oportunidades, sabe? Daí eu casei, tive três filhos, depois os filhos tinham certa idade, aí eles me convidaram para eu assumir dentro da comunidade, porque meu marido fazia tudo que era trabalho e eu ficava com

os filhos, mas depois que o último filho tinha, assim, 3 anos, daí eles me convidaram pra fazer o curso, que era da igreja. Aí eu participei desse curso, passei a ler, me integrar mais no trabalho comunitário e certo dia eu estava num encontro, não sei com tanta certeza qual era esse encontro, mas era um encontro onde tinha bastante gente, era um lugar que acredito que era o encontro das mulheres, mas não tinha só mulheres, era uma festa e naquela tarde a “Dóris” foi me convidar, que eu ia ficar de par com ela no movimento de mulheres. Eu não conhecia, não sabia, só que antes disso vinha uma mulher, de vez em quando, na minha casa pedir quilo de alimento, eu dava, não sei o quê, não me importava. Mas aí, desde que a Dóris me deu aquele convite, daí ela disse; “a próxima reunião do município você tem ir”, eu fui. Daí eu achei bem interessante, daí passei a participar, no início então, a gente sempre dentro a propriedade, trabalhou, até dentro da família, a gente cresceu muito nessa, no cuidado com a natureza, com as plantas, com as terras que a gente herdou e nisso então, eu fui entrando no movimento e lá eu vi que muita coisa dentro de casa poderia ser diferente, o jeito de colher a semente com marido, os próprios meninos, tomando conta da casa, tudo isso foi uma luz, sei lá. Aí eu comecei a ir nas reuniões, aos poucos, comecei a seguir, lá no município, e, o quê mais me interessava mesmo era conhecer, ali, ir pra fora, viajar um pouco mais, conhecer outros lugares, outras vidas. Nisso eu aprendi a adaptar isso que eu aprendi e isso que eu vou fazer, aprendi, então.

A. S.: Meu nome é A., moro no extremo oeste de Santa Catarina, no município de Itapiranga e eu entrei no movimento em 1991. O movimento iniciou lá no meu município acho que em torno de 1984, por aí. Eu antes tinha sido convidada muitas vezes, pelas lideranças do movimento, na época lá da minha região. Mas eu tinha comigo a sogra, era uma pessoa bastante doente, asmática, então isso não me permitia assumir, assim, atividades fora da propriedade. A sogra faleceu em fevereiro de 1991 e eu, em abril, assumi como líder da minha comunidade do movimento de mulheres. Isso também, assim, as primeiras reuniões e palestras os tema me agradaram, eu também senti ali através do movimento, que eu era submissa na minha propriedade, e fui aprendendo e dialogando com meu marido e filhos. Eu até então não tinha consciência da situação da mulher, porque a gente tinha uma educação, no interior que as mulher somos preparadas pelas nossas mães pra sermos dona de casa, pra atender bem o marido e essas questões assim, então a gente não tinha consciência dessa questão do direito à liberdade, então eu vi no movimento, né. Então me agradou. Daí então eu fiz o possível

pra não perder nenhuma reunião; nem uma, né, nunca; nunca me passou pela cabeça que eu ia ser uma liderança, embora, assim, naturalmente eu fui crescendo dentro do movimento, pra coordenação da Regional, pra coordenação da Estadual, fiz quatro mandatos da Executiva, cada mandato de 3 anos, fui pra coordenação da articulação Sul, muitos anos eu era da coordenação Nacional, então, eu naturalmente fui crescendo, eu também me desafiei, sei senti, eu vi, que eu também tinha potencialidade pra fazer outras coisas além da minha propriedade, que até ali, pra mim isso era desconhecido. Eu achava que só sabia cuidar da minha casa, cuidar da minha família, cuidar dos meus animais e ajudar na roça, então as coisas foram assim, despertando. Pra mim, o movimento, assim, foi uma coisa muito importante, foi como tirar, assim, um véu da frente dos olhos, eu comecei a enxergar o mundo diferente, eu comecei a me valorizar, eu comecei a sentir que eu tenho muita capacidade, levantou auto-estima, eu comecei a não me sentir envergonhada perante de uma mulher da cidade, que se apresenta diferente. Eu tenho unha bem pintada, mão bem delicada, eu comecei a superar todas essas coisas, né, graças ao movimento de mulheres. Na verdade, eu me transformei numa outra pessoa, né, através do movimento de mulheres. Pra mim foi muito gratificante, por isso o movimento pra mim é uma segunda família, minha segunda família.

O papel das monitoras é central na manutenção do diálogo entre o MMC e os grupos de mulheres, bem como na legitimação deste como sujeito político, pois elas materializam a Campanha em práticas que também têm a função de “exemplos”.

L. R.: Então meu papel é, primeiro passo, é um pouco como ter uma visão de onde eu posso começar, porque às vezes assim, como eu te falei, que tem esse leão grande, que é todo mundo querer lucro, eu também tenho que ser, assim, ser um pouco inteligente, ter uma visão de onde eu posso começar, de pra quem que eu vou poder colocar esse trabalho. Então, primeiro eu vou conhecer um pouco as mulheres, eu vou conversar, vou conhecer a realidade delas, esse é meu trabalho como monitora. Depois eu vou levar a proposta, tá? Porque quando eu levo a proposta, como monitora, eu já vou levar a proposta toda do MMC, porque monitora de semente é só uma parte, tem outros grupos fazendo outros trabalhos, tudo com a mesma missão da libertação da mulher, melhor assim, melhor pra família. Então esse é o primeiro passo, depois eu preciso arrumar uma representante, eu tenho que escolher uma líder, uma pessoa lá, não que mande, mas que

coordene. E depois eu tenho que conversar com elas, fazer um planejamento, fazer com que elas entendam que tudo tem que ser planejado, não posso começar uma oficina de sementes com 18, 20 encontros antes de fazer um planejamento, então eu preciso ouvir delas, qual é o horário que elas podem sair de casa, qual é a época que podem sair, que têm menos serviço, porque se não, você não consegue reunir o grupo. Depois eu preciso ver alguém que saiba escrever, porque tem muita mulher que não sabe escrever, sabe mal escrever o nome, então pra ver quem pode fazer um relato, quem pode fazer isso, e, depois de tudo isso então um local. E aí, preparar bem pra ver se elas se sentem animadas, valorizar todas.⁹²

L. B.: Eu percebo assim, como monitora, no trabalho que eu faço, que eu sou importante nessa parte, porque assim, por exemplo, eu tenho facilidade de cativar o grupo, de fazer uma amizade e eu me coloco num grupo dizendo a verdade do que eu já experimentei. Eu jamais vou contar o que eu li no livro, porque eu não sei se dá certo, a minha experiência: primeiro, eu faço na minha casa, depois, eu levo pras companheiras e digo: “tá aqui, eu fiz assim e assim, tá aqui”. Daí nessa experiência vem o milagre, posso publicar um milagre, porque assim, a partir do momento que você pára, pra colocar uma semente numa terra, você para pra fazer uma alimentação, você chega pra família e diz assim: “olha, esse fruto aqui é daquela planta, isso aqui eu já colhi ali na horta” e a partir de que você faz isso, você vê que você se transforma porque dá aquela paz, aquela mansidão, dá aquela vontade de viver, então eu penso, assim, que eu tô ajudando muito nesse ponto.⁹³

I. C.: É um papel muito importante, mas de grande responsabilidade, porque também depende de não chegar pra monitorar simplesmente o trabalho, né? Tem que tá preparada. Porque as mulheres que vêm pro encontro, elas vêm com muita ansiedade de saber muitas coisas, então, no movimento, na saúde, previdência, tudo isso elas gostam de saber, né? Então, dentro do movimento é de grande responsabilidade e desafio pra aprender mais, pra se esforçar mais, na participação mesmo e fortalecer os grupos, acompanhar mais de perto e levar a mensagem do movimento.⁹⁴

⁹² Entrevista realizada em Campo Erê (SC), em fevereiro de 2008.

⁹³ Entrevista realizada com monitora do MMC, em Chapecó, Santa Catarina, em 19 de maio de 2008.

⁹⁴ Idem, em Descanso, Santa Catarina, em 25 de maio de 2008.

Imagem 14. Monitoras em curso de formação,
em Chapecó (SC), fevereiro de 2008.



Imagem 15. Monitoras em curso de formação,
em Chapecó (SC), maio de 2008.



Outra função das monitoras é assegurar o diálogo entre a direção do movimento, suas propostas políticas, e os grupos de base, conciliando as necessidades e as dificuldades que se apresentam no cotidiano da implementação da Campanha.

A mediação desse processo e a forma como esse diálogo retorna respostas, tanto para a direção, quanto para os grupos, são indispensáveis para que a Campanha mantenha sua força, atualidade e legitimidade.

I. C.: Porque em cada encontro é feito um relatório, então tudo é anotado, daí passa pra Coordenação geral, daí vem pra o próximo encontro, a próxima oficina ou, então, se não for possível esse tema, no planejamento, ele vai entrar no próximo passo, porque é o pedido de uma mulher, é uma sugestão de uma mulher, então não pode ser ignorado.⁹⁵

R. S.: O que nós podemos resolver lá, nós resolvemos, só quando a gente, assim, tá vendo, que é um questionamento de vários grupos, por exemplo, às vezes tem algumas coisa que elas não conseguem entender, um texto, uma decisão que elas não conseguiram entender ou que o grupo questionou, e outro grupo questionou também, aí isso nós trazemos aqui pra ser, às vezes modificado, porque às vezes, tem um texto que é bem difícil delas conseguirem analisar, entender, então reclamam: “mas não consegui, não entendemos, ficou muito assim, parece que distante”, aí então quando tem esses questionamentos nós trazemos, mas quando é algum questionamento, assim, que a gente pode encaminhar e resolver, a gente resolve com elas mesmo, aproveitando a sugestão delas. Às vezes, cada grupo tem uma realidade, né? Então a gente tem que analisar a realidade e fazer a discussão. Senão conseguimos, trazemos o questionamento aqui, pra Coordenação, até pra que a equipe de elaboração se preocupe pra fazer uma coisa mais simples pra elas poderem entender.⁹⁶

Imagem 16. Monitoras com grupo de Mulheres
de Santa Teresinha do Progresso (SC), fevereiro de 2008.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Entrevista realizada com monitora do MMC em Chapecó, Santa Catarina, em 19 de maio de 2008.



Imagem 17. Monitora em atividade com grupo de mulheres.
Pinhalzinho (SC), fevereiro de 2008.



Imagem 18. Monitora em oficina das sementes, Saudades, em Pinhalzinho (SC), fevereiro de 2008.



Imagem 19. Monitora em oficina das sementes, Mafra (SC), maio de 2008.



Há várias formas de classificações de mediação ou da ação dos mediadores – variam de acordo com o lugar em que este ocupa para os representados –, podendo ser

mediadores externos, mediadores de cima e mediadores de dentro, porém, segundo NOVAES (1994, p. 183)

os efeitos desta mediação devem ser percebidos para além de acertos de erros, pois os mediadores estão inseridos em um campo de forças, são condicionadores, mas também são condicionados por determinadas fatores econômicos e de forças políticas, em presença e também em disputa com outros mediadores.

Esse entendimento é válido para compreendermos a ação das monitoras e seu papel dentro do MMC e junto às mulheres dos grupos, percebidas como mediadoras de dentro, ou seja, de dentro do Movimento e que levam as pautas políticas e trazem as reações e questionamentos dos grupos.

Outra dimensão importante na função da mediação é não reificar o Movimento, ou seja, não torná-lo algo em si mesmo, mas fruto de relações sociais, inserido em um contexto histórico e político específico. A mediação é exercida em relação a outro e num campo social específico, que expressa processos sociais, encontros e confrontos de pontos de vista ou perspectivas diferenciadas. “O que a relação de mediação promove é o resgate ou confronto-encontro desses pontos de vista para a constituição de outro campo de produção de significados e referências comportamentais”. (PESSANHA, 2008, p. 11)

O diálogo entre mediados e mediadores pode também expressar uma relação desigual de poder; nem sempre percebida como questionadora e propositora de novos espaços públicos ou campos sociais, mas capaz de servir como reprodutora do sistema de dominação. Para NOVAES (1994, p. 178) o papel da mediação pode ser percebido tanto para a manutenção e reprodução de sistemas de dominação e assimetrias, quanto para seu questionamento.

antropólogos, coronéis, mestres, padres, diferentes entre si, contribuíram para submissões e rebeldias camponesas. Mas, em todas as formas, todos se propõem a ser ponte, estar entre, fazer meio de campo. Fazer mediação é traduzir ou introduzir falas, linguagens.

Para PESSANHA (2008, p. 39),

valorizar a mediação como perspectiva de análise é reconhecer a coexistência de diferenciados universos, só alcançáveis se

corresponderem a saberes obtidos pelo mediado, isto é, se este se apresenta como sujeito de produção de inerentes saberes.

Essa perspectiva mostra o desafio da mediação: não reproduzir relações de poder e dominação, mas ter a mediação como um instrumento para a compreensão dos diferentes universos em que os sujeitos estão inseridos e a construção de um novo campo social.

A forma como o diálogo entre mediados e mediadores é travado é imprescindível para que o MMC seja um espaço democrático e que na luta pela soberania alimentar, seja reconhecido como um sujeito político e como instrumento na luta das mulheres no processo de transformações do meio rural brasileiro.

Outra questão imprescindível para o fortalecimento do MMC, através da Campanha, é o entendimento que têm dela as monitoras, como agentes mediadores neste campo social. Como percebem e acreditam na Campanha, em sua capacidade de intervenção na vida das mulheres e no campo social em que estão inseridas e seu poder determinante para que a Campanha seja, de fato, um instrumento na legitimação do projeto político do MMC.

L.: E, pensando na Campanha pela produção de alimentos saudáveis, como você a vê, hoje, para o MMC?

I. C.: Foi um passo, é um passo que tem que continuar bem acertado, né? Antes parecia que as mulheres tinham esfriado, depois que tinham conseguido a previdência, os direitos, né? Mas depois elas voltaram, porque dá pra perceber, desde o início, as mulheres se desafiaram. Hoje vendo a preocupação da questão do veneno, a intoxicação, tanto na alimentação, a doença, está aumentando a participação da mulher. Ela se preocupa em saber mais, em procurar resgatar aquilo que foi roubado, foi tirado da própria mulher, daí ela busca esse espaço, que nos outros espaços não existe, é só dentro do MMC, que encontra esse espaço e mesmo a tranquilidade, que ela se sente parte do movimento, né? Ela pode se dedicar, pode dar sua opinião, ela tem vez e tem voz. Foi um passo e continua sendo um passo muito importante.

C. H.: Eu vejo, assim, é um passo bem dado, uma coisa que realmente teve um chão, conseguiu se instalar, porque muita gente tinha ideias e lá você falava e depois não

acontecia. Mas isso foi uma das coisas que pra mim, que conseguiu ter chão, que está sendo bem enfático. Porque quando você fala, muitas vezes, as mulheres, a realidade delas é o trabalho e você consegue conciliar isso, é o que mais interessa, porque não adianta você vir falar de política a alguém que nunca soube o que é essa palavra. Mas você chega lá e fala da terra, da comida, daí é mais interessante, eu acho que parte daí.

A. S.: É um trabalho um pouco mais delicado, um pouco mais lento, mas cada mulher consegue um avanço. E, eu vejo que pro futuro, essa campanha vai dizer muito pra nós, porque queira ou não queira, muita gente, mesmo não estando ligada a nenhum movimento social está enxergando que tem que haver uma mudança. E nós comemos as nossas plantas, então através da alimentação, a gente pode cuidar da nossa saúde. Então, se tu, como camponesa que cuida, tem todos esses tipos de comida na sua propriedade e se tu se valoriza tem, frutas, verduras, a carne produzida de uma maneira natural, sem química e tudo. Então, eu olho muito pra isso e a campanha trabalha isso. É uma mudança, não só de hábito alimentar, mas da maneira de produzir, entendeu?

J. C.: Agora, é fantástico no sentido de, que a Campanha, na verdade, está conseguindo organizar a existência das mais diferentes rodas, então isso dá um gás, um ânimo, um sentir bem, porque com tudo isso, as mulheres estão lá, organizadas, resgatando as sementes, preservando, multiplicando, fazendo debate, o da questão da produção, da saúde, das plantas medicinais e nesse momento entrando muito forte na questão da organização da comercialização. Isso tudo mostra resistência, caminho e sempre com muita consistência, assim, e, chegando aos mais diferentes fundões aí, né? E junto com essas mulheres chega muita autoestima, muita alegria, muita esperança, né, porque às vezes esse lado que não é visto é o mais importante, né? Que continua cultivando a esperança, quando tudo quer mostrar que é o fim da história, que o capitalismo é a única alternativa, então você chega com outra. Eu acho que a campanha, nisso, ela é fantástica. Porque é impressionante como, ao menos, com a experiência, falando, assim, do nosso estado é impressionante como mudou a autoestima das mulheres que fazem parte do grupo das sementes, da produção de alimentos saudáveis, das plantas medicinais. O falar do corpo, falar do ambiente que vive, a questão do quê que é viver bem, viver bem a partir do que nós temos, mas também com muita garra de defender o que é nosso e aí vai. Ela tem limites, mas tem uns avanços fantásticos, assim, nesse sentido.

3 Limites e desafios: efeitos e reflexos da Campanha

Nossa avaliação parte não da prática das mulheres camponesas em si, pois não pudemos acompanhar os grupos e ou as mulheres em suas atividades produtivas, mas sim em suas reuniões para discussão com as monitoras.

Ao acompanharmos as monitoras em suas visitas aos grupos de mulheres, observando a reação destas às tarefas apresentadas pelo MMC, algumas questões surgem com muita intensidade, dentro de um contexto específico. Não podemos deixar de ressaltar que a Campanha em si, como algo que orienta a ação destas mulheres, é muito recente.

Quando questionadas sobre o que elas acham da Campanha, algumas mulheres mostram não ter clara a diferença entre a Campanha em si e as ações que elas já vinham desenvolvendo em torno dos bancos de sementes. Isso demonstra que a Campanha e sua complexidade de atuação requerem do Movimento uma capacidade maior de articulação política, de visitas e acompanhamento aos grupos, de formação técnica e política com as mulheres, dentre outras atividades.

Ao perguntarmos às monitoras sobre quais as maiores dificuldades percebidas para a implementação da Campanha, a questão financeira, de sustentabilidade econômica é reconhecida como um grande desafio. Outro ponto é o enfrentamento com a mídia e a capacidade das mulheres em confrontar os valores que os meios de comunicação vendem (como alimentação pré-pronta, refrigerantes, variedade alimentar, uso de agrotóxicos, mercantilização da mulher etc.); o envolvimento da família na produção integrada; a falta de estrutura de transportes (muitas têm que caminhar longas distâncias ou ficar horas esperando os ônibus para se deslocarem de um município a outro), como retratamos a seguir.

L: Você percebe alguns limites para implementação da Campanha?

J. C.: A Campanha, ela tem diversos objetivos, né? Uma é essa questão de organizar produção, comercialização, melhorar a economia das mulheres, garantir alimentos saudáveis, fazer o debate dessa questão do agronegócio, do latifúndio, expandir, enfim, ela tem diversas perspectivas e pra nós, o que nós queremos é fazer o debate do modelo

de sociedade que nós queremos, das transformações da sociedade, das novas relações, sejam elas entre as pessoas, com a natureza e tal. Ela tem muitos limites ainda e um dos limites é essa questão. A Campanha, para avançar conforme a nossa dificuldade de organização. Então, nós, penso que, de modo geral, enfrentamos, na nossa avaliação, um momento de dificuldade de organização, não estamos num bom momento de organização, né? É um momento difícil, onde o modelo neoliberal, o sistema capitalista patriarcal, ali construiu toda uma, muito fortes contra valores da organização, que é a questão do machismo, da individualidade, do personalismo, então nesse momento é muito forte uma necessidade de organização, mas também muitas são as dificuldades que se encontra. E a outra questão é que vivemos num momento diferente de outros, que as coisas estão andando muito rápidas, então se você for ver, por exemplo, estamos lidando com um público que a maioria não tem internet, não lida com computador, seu meio de comunicação ainda é o rádio, aí vai. Lidamos com um público que é forte a questão do semianalfabetismo, saber ler, escrever um pouco e tal, mas ele tá num período que se lida com a nanotecnologia, com os transgênicos, então é um momento bem difícil, as coisas andam rapidamente, o Brasil, por exemplo, com a aprovação dos transgênicos, foi aprovada a soja neste ano, foram colocadas sete variedades de milho, um só de aprovação e também um desmonte na questão das políticas públicas, né?

Mesmo com todos os limites apresentados e reconhecidos, as monitoras têm clara a importância da Campanha e de sua eficiência em ser um projeto político com a cara das mulheres camponesas, ou seja, que as mulheres se reconheçam nela e que de fato mudem suas práticas e fortaleçam o MMC.

L.: Você percebe alguma mudança nos grupos a partir da Campanha pela produção de alimentos saudáveis?

L. B.: Sim, percebo, com certeza, pra melhor. A gente percebe no grupo e a gente percebe visitando as pessoas, a gente percebe até na maneira de conversar, porque agente já trabalha o jeito diferente delas conversar, falar sobre o assunto da alimentação, já um tratamento diferente, tipo, a vida toda elas, antes já falei, foram tudo planejado e elas executavam. Então, a vida toda elas plantavam miudezas, hoje, a gente faz elas terem consciência que são a grandeza, então elas não vão mais dizer: “me dá um pedaço de terra pra eu plantar miudezas”, mas “vamos escolher o melhor pedaço da nossa terra

pra plantar as grandeza”, daí já é uma diferença, né? E mesma coisa é assim, é fazer ela sentir que uma plantinha é vida, que plantinha depois vai pra mesa pra produzir vida, né, então não é uma cova, também mudar essa maneira, esse jeito de falar, essa fala que tá errada, não, uma cova é pra morto, então eu vou fazer um berço pra colocar essa muda, então é um bercinho pra colocar um moranguinho, é um bercinho pra colocar alface, então isso já muda, né? Já dá uma diferença. E, também, assim, na alimentação da família, em casa. Eu já percebi, eu já fiz essa experiência, de pessoas de quando eu ia na casa eu encontrava refrigerante, por exemplo. Porque eram visitas, hoje não, hoje a gente vai lá e ela faz um suco, com muito gosto de explicar aonde ela foi buscar e porque da fruta e tal, então tem mudanças, então assim, fazer com que elas fiquem seguras e dizer: “na minha casa, quem planeja sou eu”. Na minha casa, se vem visita, eu não vou me preocupar com a visita, eu vou acolher bem e vou dar á visita o que eu como, porque eu tô me alimentando com a melhor alimentação que tem, eu não preciso correr no mercador pra comprar uma alimentação pronta pra dar pra uma visita especial que eu quero bem, um parente, um amigo, uma pessoa, eu vou servir a minha alimentação, porque eu sei o que eu vou dar. Então esse jeito nosso, que eu vejo bom, com resultado.

R. S.: Ah, muita diferença, muita, isso é bastante porque, assim, a gente vê a diferença de que as mulher já começa, assim, a levar comida, lanche, mas não leva mais aquele lanche, já pra lanche uma fruta, uma verdura, uma coisa assim bem mais saudável, né, e não têm mais aquele refeitório de levar um salgadinho, e, sim que elas mesmo fizeram, um docinho de açúcar mascavo, uma farofa, uma rapadurinha, uma coisa, daquilo que elas mesmo produzem lá. Não é mais aquele negócio de parar lá, comprar, às vezes comprava aquela paçoquinha, aquelas balas, docinhos, coisas assim, ó, quando eu chego no grupo eu vejo muito essa diferença, lá no grupo já não tá mais servindo aquele salgadinho, aquela coisa especial, né, já tem coisas que elas trazem, cricri, um docinho de amendoim, um pé-de-moleque, tem grupos aí que fazem muito aquelas, é, até a própria puxa-puxa, que faz, assim, aquele docinho, balinha de açúcar mascavo, aquele suquinho da casca de laranja com o caule, bem feitinho, gostoso, pra gente comer durante a reunião, fica chupando, misturando com um chimarrão, então eu vejo essa mudança, assim, que não é mais trazer as bala, os chocolate, outra coisa, é essas balinhas é feita por elas mesmo.

Imagem 20. Grupo de mulheres de Saudades, Pinhalzinho (SC), em fevereiro de 2008.



Imagem 21. Grupo de mulheres de Santa Teresinha do Progresso (SC), em fevereiro de 2008.



Imagens 22 e 23. Oficina com grupo de mulheres de Santa Teresinha do Progresso (SC), em fevereiro de 2008.



Imagem 24. Oficina com grupo de mulheres de São Bernardino (SC), em fevereiro de 2008.



Imagem 25. Oficina com grupo de mulheres de São Bernardino (SC), em fevereiro de 2008.



A partir do que foi apresentado, compreendemos que a concepção política da Campanha corresponde ao que chamamos de um instrumento real de luta pela transformação do meio rural brasileiro, pois essa concepção apresenta uma visão complexa de ação e interação com o meio social e com os sujeitos que a constroem efetivamente, trazendo para o campo da prática política as ações em torno da luta pela Soberania Alimentar.

Seus limites de ação e intervenção se dão em âmbito local, dependendo da capacidade dos sujeitos, de seus recursos e capitais, no sentido proposto por BOURDIEU,⁹⁷ das suas condições econômicas, da capacidade do MMC em ser reconhecido como agente político, da conjuntura política e econômica em que essas mulheres estão imersas, dentre outros fatores. Porém, acreditamos que essa concepção faz parte de um projeto maior de transformação das relações de poder, das práticas e

⁹⁷ A noção de capital possibilita analisar a diversidade de recursos que um agente possui na posição de poder que se encontra com relação a outro(s) agente(s). Entre as diferentes espécies de capitais encontram-se: o econômico, entendido como qualquer tipo de bem diretamente conversível em dinheiro; também pode ser institucionalizado na forma de direitos de propriedade. O capital cultural, que pode existir em três estados: incorporado (disposição do corpo e da mente), objetivado (bens culturais) e institucionalizados (títulos acadêmicos). O capital social, entendido como a capacidade dos agentes de mobilizar recursos a partir de sua rede de relações sociais. Por último, encontra-se o capital simbólico, comumente chamado prestígio, reputação, renome – é o capital de qualquer espécie quando é percebido por um agente dotado das categorias de percepção que lhes possibilita reconhecê-los como tais. BOURDIEU, 1986, *apud* ROS, 2008, p. 110.

hábitos no meio rural brasileiro; acreditamos que essa concepção faz parte é, então, parte de um processo contínuo e inacabado de mudanças.

Imagem 26. Monitoras, São Bernardino, em fevereiro de 2008.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, nos propusemos a analisar a luta das mulheres camponesas, que participam do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em torno da construção de um projeto de Soberania Alimentar. Para tal, analisamos a Campanha pela Produção de Alimentos Saudáveis, proposta pelo MMC, como tema de ação e intervenção política, que foi lançada no dia 8 de março de 2007, dia internacional de luta das mulheres.

Em nossa pesquisa, buscamos descrever e compreender qual o contexto histórico, social, econômico e político em que surge a discussão por Soberania Alimentar. Percebendo, portanto, nesse processo, como se dá a construção política e a repercussão das discussões e lutas; como estas envolvem diferentes atores e sujeitos políticos, sejam eles do meio rural ou do urbano, tais como agentes estatais, sociedade civil, movimentos sociais e ONG's. Outro aspecto analisado foi o reconhecimento das especificidades que esta discussão incorpora a partir da luta das mulheres pela Soberania Alimentar.

Conhecer e (re)fazer este caminho foi um passo indispensável para que pudéssemos compreender como, no Brasil, esta discussão vem ganhando força de ação política para os diversos movimentos sociais, principalmente os do campo. Além disso, a caminhada nos proporcionou, também, reconhecer os avanços nas discussões e ações, bem como a sua fragilidade – em termos de políticas públicas –, aquelas iniciadas nas conferências nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. Salienta-se, portanto, que nesse contexto a Soberania Alimentar é defendida como um princípio que rege a Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito humano à Alimentação Adequada.

O Brasil é um país reconhecido na arena internacional por apresentar um acúmulo teórico e político em torno das questões que envolvem a Segurança Alimentar e Nutricional. Desde Josué de Castro, como primeiro presidente da FAO/ONU, até os dias atuais, o tema da fome em nosso país vem repercutindo sobremaneira e ganha um sentido político ao ser percebido não como um efeito de “desgraças naturais”, mas como um reflexo das políticas de desenvolvimento adotadas pelos países. Desde então, essas políticas devem ser assumidas como responsabilidade do sistema mundial. Para Castro (2003, p. 67) “a fome e a miséria são criações de nossa sociedade, não são fenômenos naturais. São fenômenos artificialmente criados pelos homens que desenvolveram um

tipo de economia que visa tão-somente o atendimento do capital e não das necessidades da humanidade. A fome é a própria expressão do subdesenvolvimento.”

É bem verdade, este tema ainda se configura um “tabu” e, seguidamente, é mistificado. A fome aparece e reaparece nas discussões acadêmicas, nos discursos e até em rótulos de políticas públicas. Entretanto, ainda é possível constataros quanto a sociedade age hipocritamente como se ela (a fome) não existisse, como se fosse coisa do passado ou como se fosse residual e absolutamente distante de nós. Salienta-se, nesse sentido, a importância da atuação dos atores e sujeitos políticos envolvidos em ações práticas capazes de transformar essa realidade.

O desenvolvimento e o fortalecimento desta discussão ganha corpo e legitimidade na sociedade civil, nos movimentos sociais e pelo Estado, em suas diversas esferas (municipal, estadual e federal), a partir da ampliação da discussão sobre a relação entre fome e Segurança Alimentar e Nutricional, bem como da constituição de espaços públicos, como os conselhos nacional, estadual e municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs), reconhecidos espaços de concertação na disputa por projetos políticos. Esse processo, ao incorporar diversas visões e, sobretudo, interesses, faz com que o conceito tenha legitimidade de ação política e venha a se tornar uma política pública que incorpore as diversidades culturais, sociais e políticas. Como efeito desse processo, algumas propostas vêm sendo implementadas, a mais expressiva delas é a ação política que reflete o processo de construção de um projeto nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: o Projeto Fome Zero, lançado em 2003 pelo atual governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

É a partir deste contexto que a temática da Soberania Alimentar surge como nova pauta política entre os Movimentos Sociais e sociedade civil, e tem ganhado força dentro dos espaços governamentais, ministérios, conselhos, diversos espaços e arenas públicas.

Ressalta-se que a Soberania Alimentar, como foi aqui compreendida, para ser implementada exige mais do que políticas públicas, pois se configura com um projeto de transformação da sociedade, construído a partir do questionamento de diversas dimensões como política, social, econômica e cultural. Este questionamento se apresenta num espaço abrangente, desde ações políticas locais às articulações em redes globais, mostrando a atualidade do debate em torno desse processo. Portanto, a Soberania Alimentar é um princípio que orienta ações dos projetos políticos dos diversos sujeitos deste campo de disputa.

Assim, buscamos descrever e compreender qual o sentido político da Soberania Alimentar, seus avanços e limites de aplicação, a partir do que defendem e compreendem a Via Campesina e os outros sujeitos nesta arena. Para tal, observamos as ações do Movimento de Mulheres Camponesas, como um dos sujeitos políticos que compõem a Via Campesina no Brasil.

Nessa abordagem, algumas questões iniciais que nortearam nosso trabalho reapareceram com intensidade, pois percebemos que os limites de ação dos sujeitos políticos, o reconhecimento da legitimidade de seus projetos e suas formas de materialidade, em ações concretas de intervenção e questionamento ao *status quo*, se confrontam com o modelo de desenvolvimento adotado pelos estados.

Reafirmados e concretizados em políticas e ações que privilegiam um modelo de desenvolvimento que apóie e estimule o agronegócio, que mantém a estrutura política, social e econômica pautada no latifúndio, na expansão da monocultura, na perda da diversidade. Que privilegia pequenos grupos econômicos de capital transnacional, como Cargill, Monsanto e Bayer que concentram a produção de grãos em quase todos os países da América Latina. Ainda, que reproduz o estímulo ao uso e à difusão de uma tecnologia que aprofunda as desigualdades sociais, como os transgênicos, insumos, maquinários etc., estes por sua vez, que reforçam a expulsão das populações de camponeses, pescadores, quilombolas, extrativistas e coletores de suas terras e de seus modos de vida. Um modelo de desenvolvimento em que sua avaliação passa por coeficientes de maior ou menor rendimento; não de melhor ou pior qualidade de vida, respeito à vida e à diversidade, construção de uma cidadania plena e conhecedora dos direitos de cada indivíduo e da natureza.

Na perspectiva de gênero e do feminismo, seus limites se dão a partir dos embates que acontecem na dimensão cultural e no espaço doméstico. No questionamento à divisão sexual do trabalho e na dificuldade que o Movimento de mulheres tem em fazer com que essas questões, historicamente percebidas como específicas, entrem na pauta geral dos movimentos e grupos da sociedade civil, na construção de um projeto contra-hegemônico.

Neste sentido, compreender e observar a vida das mulheres camponesas foi determinante para podermos perceber quais as maiores dificuldades enfrentadas no processo de se constituírem sujeitos políticos, enquanto mulheres que participam MMC, mas, sobretudo enquanto cidadãs.

Para tanto, buscamos descrever os *habitus* tradicionais das mulheres camponesas, para perceber as possíveis mudanças por que elas passam ao se inserirem no MMC e lutarem por Soberania Alimentar. Compreendemos que a participação em si é politizadora. Participar significa intervir em todos os lugares da vida social, a necessidade desta participação justifica-se pelo próprio caráter “público” de todo projeto político.

Sair de casa, romper o espaço doméstico, constituir-se sujeito coletivo, participar de novos espaços públicos, tudo se mostra um experiência transformadora na vida das mulheres, questionando os “papéis” atribuídos aos sujeitos e transformando as relações sociais, materializadas em relações de poder. Um poder masculino, patriarcal, que gera opressão e hierarquia; que invisibiliza o trabalho realizado pelas mulheres, que o considera como um não-trabalho. Que todo conhecimento acumulado por essas mulheres não é reconhecido ou legitimado, mas percebido como “natural”, da “essência” feminina. Que a mulher e natureza são figuradas como seres inferiores, que devem ser domesticados e explorados.

No campo de questionamento dessa estrutura social, política, econômica e cultural reconhecemos o MMC como um *novo* movimento social. Feminista e camponês, capaz de trazer para a arena pública as questões específicas relacionadas à vida da mulher camponesa, como também o questionamento ao modelo de desenvolvimento dominante e à defesa de um projeto de agricultura camponesa, em que as mulheres sejam os sujeitos políticos reconhecidos.

Assim, buscamos compreender como as mulheres que participam do MMC constroem e percebem o projeto político, como têm o papel de unificar a luta e legitimar o Movimento, tanto internamente, para as mulheres que o constroem, quanto externamente, em sua relação com outros sujeitos e em espaços públicos distintos.

Para responder algumas das perguntas propostas tomamos a Campanha Pela Produção de Alimentos Saudáveis como objeto empírico desta dissertação, compreendendo-a como parte do projeto político do MMC, mais claramente, que lhe dá materialidade. A partir da Campanha podemos compreender e descrever como as mulheres camponesas questionam as estruturas em que estão imersas, mas também quais os limites de ação e intervenção destas.

Optamos em trabalhar com as monitoras da Campanha, pois estas assumem uma função determinante para assegurarem o diálogo entre o MMC e as mulheres camponesas. Esta mediação é fundamental no processo de construção da Campanha,

uma vez que garante sua legitimidade e atualidade. Outro ponto importante é que, através da ação das monitoras, a Campanha ganha um sentido prático de intervenção na vida das mulheres camponesas, de suas realidades, de seus cotidianos. São elas que levam as pautas políticas do Movimento e que as adaptam às realidades distintas de cada grupo, elas ouvem as demandas, encaminham internamente, absorvem as sugestões e as encaminham para a instância internas do Movimento; em que serão resolvidos os problemas práticos, tanto no espaço da produção quanto no lugar político, organizando ações, atos públicos, fazendo reuniões de articulações locais e devolvendo às mulheres as decisões e encaminhamentos tomados a partir de suas demandas.

Não podemos deixar de sublinhar que a Campanha em si não diria nada se não fosse percebida pelas mulheres como um instrumento prático de ação e intervenção política. Para as mulheres, a Campanha representa seu trabalho, seus saberes, seus conhecimentos, seus valores e suas verdades. Elas não só reconhecem a Campanha, elas *se* reconhecem nela, *com* ela e *para* ela; ao praticarem, ao construírem os bancos de sementes crioulas, ao trocarem sementes, ao plantarem as plantas medicinais, trocarem receitas e mudarem os hábitos alimentares, elas resgatam, divulgam e fortalecem suas práticas milenares.

Através da Campanha e do projeto político do MMC, as mulheres camponesas lutam por educação, exigindo turmas de alfabetização e cursos de agroecologia, pela construção de hortos para a produção de plantas medicinais e de cisternas que garantam o abastecimento regular de água em suas plantações. Questionam o modelo de produção integrada que aprisiona a mulher e a família nos lotes, individualizando-os e quebrando os laços de solidariedade; lutam para combater a expansão dos transgênicos e das grandes monoculturas (soja, milho, trigo e fumo) que expulsam as populações do campo e se apropriam das sementes e da vida, destroem a natureza e a diversidade.

A partir da compreensão da Campanha como parte do projeto político do MMC as mulheres camponesas foram a Brasília lutar pela previdência social e, no dia 8 de março de 2008, foram às ruas de Florianópolis e de todo estado de Santa Catarina lutar para questionar e transformar os espaços públicos, o modo de fazer política e a própria política. A ação do MMC transforma o pessoal em político ao questionar a divisão sexual do trabalho e ao mostrar o valor do trabalho que as mulheres executam na preservação da vida, da natureza e da diversidade. A Campanha ganha materialidade e sentido real na vida das mulheres porque é percebida por elas como parte de seus trabalhos. Não externa a suas realidades.

A partir da implementação da Campanha as mulheres passaram a ser reconhecidas como sujeitos políticos nos espaços em que estão inseridas, bem como em outras arenas e espaços públicos, em que passam a se mover. Com a Campanha, as mulheres conseguem enxergar e reconhecer suas práticas não como “coisa de mulheres”, mas como saberes que foram sendo guardados, cultivados como resistência e enfrentamento ao modelo capitalista e patriarcal, e que agora devem ser buscados pelo conjunto dos movimentos que lutam pela Soberania Alimentar.

Fica clara a relação da Campanha com o projeto político do Movimento de Mulheres Camponesas e, a imagem como é reconhecida tanto pelas mulheres camponesas como, também, por outros atores sociais que compõem os diversos espaços públicos em que elas estão inseridas.

Porém, seus limites de ação e de intervenção também são muitos, foram sendo expostos ao longo da pesquisa. Um deles versa justamente sobre o curto tempo de implementação da Campanha. Mesmo percebida como processo de acúmulos de outras ações que o MMC desenvolve como tal, a Campanha tem menos de dois anos desde o seu lançamento, em março de 2007. É um período curto para permitir uma avaliação de impacto e reflexos nos processos de mudanças sociais.

Seus impactos são percebidos em âmbito local, pois sua materialidade, a partir da luta das mulheres, acontece neste mesmo espaço, ou seja, em suas casas, suas hortas, seus quintais, em suas vidas. Neste sentido, fazer com que a campanha e a luta das mulheres camponesas sejam incorporadas pelos outros sujeitos políticos, também se configura um desafio; mais uma vez, aí se confrontam valores culturais que estão incutidos, recalcados nos grupos sociais, e que fazem com que as questões de gênero sejam percebidas como problemas de mulher.

Pensar a Soberania Alimentar a partir deste viés é trazer para o campo político as relações domésticas e sexuais, é questionar as relações de poder tanto nos espaços públicos e políticos, quanto nos espaços privados. É reconhecer nas mulheres os sujeitos políticos e mudar as relações nos espaços públicos e políticos, para que eles se reconfigurem.

Mais do que encontrar respostas concretas ou conclusões, acredito que esta dissertação levantou pistas para reflexão, colocando alguns cenários e identificando alguns desafios no âmbito da construção de um projeto de Soberania Alimentar e de luta pela transformação da vida das mulheres no meio rural brasileiro.

Certamente não conseguimos responder todas as questões surgidas ao longo da pesquisa, o que é oportuno, pois abrem-se espaços para questionamentos outros, que possam contribuir para melhores reflexões e análises. Percebe-se que é longo o caminho a percorrer e que muitas outras questões surgidas na pesquisa permanecem em aberto. Toda pesquisa que tem como objeto um processo social – vivo, intenso, capaz de uma transformação real do espaço em que incide, atuante através de sujeitos reais, com suas contradições e limites, vontades pessoais e coletivas – não se “deixa” apreender completamente.

Talvez seja uma confortável forma de assumir minhas limitações enquanto pesquisadora. Entretanto, é preferível pensar sob uma perspectiva promissora, interessante para continuar a acompanhar as mulheres camponesas e prosseguir com outras pesquisas. Deixo aqui a minha modesta contribuição com a certeza de que, mais tarde, ao retomá-la, terei a clareza do objeto inacabado em si, que, como fruto da luta das mulheres, se transforma a cada passo dado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAS, Melhem. *A fome: crise ou escândalo?* 2ª Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004.
- ALBANO, G. P. *Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu (RN)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.
- ALTMANN, R. MIOR, L. C. ZOLDAN, P. *Perspectivas para o Sistema Agroalimentar e o Espaço Rural de Santa Catarina, em 2015: Percepção de representantes de agroindústrias, cooperativas e organizações sociais*. Florianópolis: Epagri, 2008.
- ALVAREZ, S. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”. In ALVAREZ, Sonia et alii *Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. Estudos Feministas*. Florianópolis, 2003, v. 11, julho-dezembro, nº 2, p. 541-575.
- ALVAREZ, S. DAGNINO, E. ESCOBAR, A. (orgs.) *Cultura e Política nos movimentos sociais Latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, 538 p.
- ALVES, P. A. MATTEI, L. F. *Migrações no Oeste Catarinense: história e elementos explicativos*. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú (MG), de 18 a 22 de setembro de 2006.
- BANCO MUNDIAL. *Poverty and Hunger: issues and options for food security in developing countries*. Washington (DC): Banco Mundial, 1986.
- BELIK, W. SILVA, G. TAKAGI, M. (orgs.) *Combate à Fome e a pobreza Rural*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002.
- BELIK, W. TAKAGI, M. *A Implantação da Política Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: entre a caridade e os gastos sociais*. IPEA, 2006.
- BELIK, Walter e DEL GROSSI, Mauro. *O Programa Fome Zero no Contexto das Políticas Sociais no Brasil*. Brasília (DF), 2003, 34 p. Disponível em www.fomezero.org.br, acesso em 31 de agosto de 2007.
- BELIK, Walter. SILVA, J. Graziano da. TAKAGI, Maya. “Políticas de Combate à fome no Brasil”. In *São Paulo em Perspectiva*, vol. 15, nº 4. São Paulo: outubro-dezembro de 2001, p. 119-129.

- BOURDIEU, Pierre. (a) *O poder simbólico*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. (b) *A dominação masculina*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- BUTTO, Andréa. *A perspectiva de gênero nos programas de desenvolvimento rural e combate à pobreza no Brasil: políticas públicas*. In Seminário "Gênero y Enfoque Territorial del Desarrollo Rural", Anais. Natal: 14 a 17 de julho, 2003.
- CARNEIRO, M. J. "Ruralidade: Novas identidades em construção". *Estudos, sociedade e agricultura*, vol. 11, nº 1. Rio de Janeiro, 1998.
- CARNEIRO, M. J. "Esposa de agricultor na França". *Revista Estudos Feministas*, vol. 4, nº 2. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1996.
- CARNEIRO, Maria José e LEVINAS, Lena. *Espaço adquirido–espaço permitido no contexto da Reforma agrária*. Relatório do 12º Encontro Temático – APIPSA. Campinas, 1987.
- CARRASCO, Cristina. GRAU, Elena. BOSCH, Anna. *Verde que te quiero violeta. Encuentros e desencuentros entre feminismo y ecologismo*. Disponível em <http://www.ucm.es/info/ec/jec9/pdf/A05%20-%20Carrasco,%20Cristina,%20Bosch,%20Anna%20y%20Grau,%20Elena.pdf>. Acesso em 8 de dezembro de 2007.
- CARVALHO, Horácio Martins de. *Campesinato no século XXI; possibilidades e condicionantes do desenvolvimento dos camponeses no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CASTRO, Anna Maria de. (org.) *Fome, um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CLAY, E. *Food Security: Concepts and Measurement*. Roma: Institute of Development Studies, julho de 2002. Paper nº 1, 10 p.
- CONSEA. *A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Relatório Final da II Conferência Nacional de SAN. Olinda (PE), 17 a 20 de março de 2004.
- CONSEA. *I Conferência Nacional de Segurança Alimentar*. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Ação da Cidadania. Relatório final, 1994.

Disponível em <http://www4.prossiga.br/fome/publicacoes/consea.pdf>. Acesso em 30 de agosto de 2007.

CONSEA. *III Conferência Nacional de Segurança Alimentar*. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Documento final, 2007.

Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Endereço eletrônico <http://www.cimi.org.br>. Brasília (DF), acesso em 21 de janeiro de 2009.

DAGNINO, E. “Sociedade Civil, espaços públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades”. In DAGNINO, E. (org.) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 285-302.

DAGNINO, E. OLIVERA, A. PANFICHI, A. “Para outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina”. In DAGNINO, E. OLIVERA, A. PANFICHI, A. (orgs.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006, capítulo 1, p. 13-91.

DAGNINO, E. OLIVERA, J. A. e PANFICHI, A. “Para outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina”. In DAGNINO, E. OLIVERA, J. A. e PANFICHI, A. (orgs.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. S. Paulo: Paz e Terra e Campinas (SP): UNICAMP, 2006, p. 13-91.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In MATO, D. (coord.) *Políticas de ciudadanía e sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 95-110. Disponível em <http://www.globalcult.org.ve/pub/Rocky/Libro2/Dagnino.pdf>. Acesso em 01/05/2008.

DE MOND, Nadia. “Construindo espaços transnacionais a partir do feminismo”. *Estudos Feministas*, vol. 11, nº 2, julho-dezembro. Florianópolis, 2003, p. 637-643.

DEERE, Carmen Diana. “Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária brasileira”. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2004.

DENARDIM, V. F. SULZBACH, M. T. *A Agropecuária no Oeste Catarinense (SC): é possível ser sustentável?*

FAO. *Consulta de Expertos de la FAO sobre la Inocuidad de los Alimentos: Ciencia y Ética*. Roma: FAO, 2002. 37 p.

- FAO. *Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação*. Cimeira Mundial da Alimentação, 13 a 17 de novembro. Roma, 1996.
- FAO. *Fome Zero: Lições Principais*. Santiago, Chile: Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, 2006. Disponível em www.fomezero.org.br. Acesso em 31 de agosto de 2007.
- FAO. *Food Security*. Roma: ADED/FAO. Policy Brief 2, junho, 2006c, 4 p.
- FAO. *The State of Food Insecurity in the World 2000*. Roma: FAO, 2000.
- FAO. *The State of Food Insecurity in the World 2006*. Rome: FAO, 2006.
- FAO. *World Food Security: a reappraisal of the concepts and approaches*. Roma: FAO, 1983.
- FAO/PAM. *Relatório Especial da Missão Conjunta FAO/PAM de Avaliação da Produção Interna e das Necessidades Alimentares em Angola*. Roma: FAO/PAM, 2004. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/007/J2771p/J2771p00.htm>. Acesso em 15 de maio de 2008.
- FARIA, Nalu. NOBRE, Miriam. (org.) “A produção do viver. Ensaio de Economia Feminista”. *Cadernos Feministas*. São Paulo: SOF, 2003.
- FARIA, Nalu. NOBRE, Miriam. “Gênero e Desigualdade”. *Cadernos Feministas*. São Paulo: SOF, 1997, p. 31-32.
- FISCHER, Isaura Rufino. *A Trabalhadora Rural: conscientização política e social na empresa agrícola moderna*. Recife: FUNDAJ – Massangana, 2000.
- FISCHER, Isaura Rufino. *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Massangana, 2006.
- FLAX, Jane. “Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista”. In FRANCHETTO, B. CAVALCANTI, M. HEILBORN, M. *Antropologia e Feminismo. Perspectivas Antropológicas da Mulher*, nº 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FLEXOR, George. *Desenvolvimento Regional e trajetória das convenções no oeste catarinense*. Rio de Janeiro: CPDA, 2002, 279 p.
- FORUM MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA. “Por el derecho de los pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria”. *Declaración final*. Havana, Cuba, 2001.
- FREI BETTO (org.). *Fome Zero: Textos Fundamentais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

- FREITAS, M. C. S. “Uma abordagem fenomenológica da fome”. *Revista de Nutrição*, vol. 15 (1): p. 53-69, janeiro-abril. Campinas, 2002.
- GOVERNO de Santa Catarina. Endereço eletrônico <http://www.mp.sc.gov.br>. Santa Catarina, acesso em 21 de janeiro de 2009.
- GOVERNO do Estado de Santa Catarina. Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC). Endereço eletrônico <http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br>. Santa Catarina, acesso em 21 de janeiro de 2009.
- GOVERNO do Estado de Santa Catarina. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa). Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Endereço eletrônico <http://cepa.epagri.sc.gov.br>. Santa Catarina, acesso em 21 de janeiro de 2009.
- GOVERNO FEDERAL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). III Conferência Nacional de segurança alimentar e Nutricional. Endereço eletrônico <https://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia>. Brasília (DF), acesso em 21 de janeiro de 2009.
- GOVERNO FEDERAL. Fome Zero. Endereço eletrônico <http://www.fomezero.gov.br>. Brasília (DF), acesso em 21 de janeiro de 2009.
- GOVERNO FEDERAL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Endereço eletrônico <http://www.ibge.gov.br>. Brasília (DF), acesso em 21 de janeiro de 2009.
- GRAMMONT, Hubert C. (org.) *La construcción de la Democracia en el Campo Latinoamericano*. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006, 368 p.
- HEREDIA, B. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HEREDIA, B. e CINTRÃO, Rosângela Pezza. *Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. O Progresso das Mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM, 2006. Disponível em <http://www.mulheresnobre.org.br>.
- HIRATA, H. *Divisão – Relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho*, vol. 1, nº 65, p. 39-49, janeiro-março. Brasília: MEC/Inpe, 1995.
- HODDINOTT, John. *Operationalizing Household Food Security in Development Projects: An Introduction*. Washington (DC): IFPRI, 1999. 21 p.

- JÁCOME, Márcia L. “Apontamento sobre a ação dos movimentos de mulheres por direitos no Brasil”. In ROMANO, J. ANTUNES, M. ATHIAS, A. (org.) *Olhar crítico sobre participação e cidadania*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- KERGOAT, Daniele. “Relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho”. In MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina; LOPES, Marta Júlia Marques (orgs.) *Gênero e Saúde*. São Paulo: Artes Médicas, 1996.
- La Via Campesina – International Peasant Movement. Endereço eletrônico <http://www.viacampesina.org>. Jacarta, Indonésia, acesso em 21 de janeiro de 2009.
- LANDER, Edgardo. (org.) *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais, perspectivas latino-americanas*. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LAVINAS, L. “Produtoras Rurais: a novidade dos anos 90”. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, vol. 21, nº 2, maio-agosto, 1991.
- LEFF, Enrique. “Ecofeminismo: el gênero del ambiente”. In revista *Polis*, da Universidade Bolivariana. Quito: CIMUF, 2003. Disponível em <http://www.revistapolis.cl/9/ecofemi.htm>. Acesso em 9 de dezembro de 2007.
- LEHER, R. SETÚBAL, M. (orgs.) *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: Diálogo para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.
- LEWIN, H. RIBEIRO, A. SOUZA E SILVA, L. *Uma nova abordagem da questão da Terra no Brasil*. Rio de Janeiro: 7letras, 2005.
- MALUF, R. “Segurança Alimentar e Desenvolvimento Econômico na América Latina: o caso do Brasil”. *Revista de Economia Política*, vol. 15, nº1 (57), janeiro-março, 1995.
- MALUF, R. “Segurança alimentar e fome no Brasil – 10 anos da cúpula mundial de alimentação”. *Relatórios Técnicos*, vol. 2, agosto de 2006. Disponível em: <http://www.ufrj.br/cpda/ceresan/documentos.php>.
- MALUF, R. *Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico*. Estudos, Sociedade e Agricultura, nº 15. (Rio de Janeiro, MAUAD), 2000, p. 53-86.
- MALUF, R. e MENEZES, F. *Caderno “Segurança Alimentar”*. Paris: FPH, 2000.
- MALUF, R. MENEZES, F. e VALENTE, F. L. “Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil”. *Revista Cadernos de Debate*, vol. 4. Campinas: Nepa/UNICAMP, 1996, pp. 66-88.

- MALUF, R. Políticas agrícolas e de Desenvolvimento Rural e a Segurança Alimentar. In LEITE, S. (org.) *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2001, pp. 145-168.
- MALUF, R. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007, 174 p.
- MAXWELL, S. e SMITH, M. “Household Food Security: a concept review”. In MAXWELL, S. FRANKENBERGER, T. R. (orgs.) *Household Food Security: Concepts, Indicadores and Measurements. A technical review*. Nova York e Roma: UNICEF e IFAD, 1992.
- MDS. *Cidadania: O principal ingrediente do Fome Zero*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2005.
- MELO, Hildete Pereira de. DI SABATTO, Alberto. “Situação das mulheres trabalhadoras rurais e as políticas públicas no Brasil”. In *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no mercosul*. Brasília: MDA, 2006. p.83.
- MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Cláudio; DI SABATTO, Alberto. *Os afazeres contam*. Niterói: UFF, 2005, 24 p.
- MELUCCI, A. *A invenção do presente*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.
- MIOR, Luis Carlos. *Agricultores familiares, agroindústrias familiares e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005, 338 p.
- MONTIBELLER, Gilberto Filho. *Análise do Sistema de Integração Agroindustrial em suínos e aves em Santa Catarina*. Santa Catarina: CEAG, 1978.
- Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). *Cartilha de preparação da 6ª Assembléia Estadual do MMC-RS*.
- Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). *Deliberações do Movimento de Mulheres Camponesas*. Brasília, 2004.
- Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Endereço eletrônico <http://www.mmcbrasil.com.br>. Passo Fundo (RS), acesso em 21 de janeiro de 2009.
- Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). *Gênero, Classe e Projeto Popular - compreender mais para lutar melhor*. Passo Fundo, 2004.
- Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). *Plantando Saúde pelos caminhos do RS*. Passo Fundo, 2004.
- NEAD. Debate 6. *Cirandas do PRONAF para mulheres*. Brasília: NEAD, 2005.180p.
- NOBRE, Miriam. *Interfaces entre o movimento feminista e o debate ecológico, GT GÊNERO E AGROECOLOGIA, Gênero Agroecologia e Segurança Alimentar:*

- interfaces temáticas na prática das organizações sociais*. Belo Horizonte: Rede de intercâmbio de tecnologias alternativas, Rede Economia e Feminismo – SOF, 2005.
- NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu. “Feminismo em movimento; temas e processos organizativos da Marcha Mundial de Mulheres no Fórum Social Mundial”. *Estudos Feministas*, vol. 11, nº 2, julho-dezembro. Florianópolis, 2003, p. 623-632.
- Nyeléni 2007 – Fórum pela Soberania Alimentar. Endereço eletrônico <http://www.nyeleni2007.org/spip.php?article7>. Sélingué, Mali, acesso em 21 de janeiro de 2009.
- OLIVEIRA, F. *Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Instituto Polis, 2001, 29 p.
- PAIM, E. A. *Aspectos da Constituição Histórica da Região Oeste de Santa Catarina*. *Saeculum*, revista de história, nº 14. João Pessoa, 2006.
- PAULILO, Maria Ignez. Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos. O caso de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990, 184 p.
- PAULILO, Maria Ignez. "O peso do trabalho leve". *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: SBPC, vol. 5, nº 28, p. 64-70, 1987.
- PAULILO, Maria Ignez. “Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise”. In *Revista Estudos Feministas*, UFSC, vol. 12, nº 1, p. 229-252, 2004.
- PESSANHA NEVES, Delma. “Agricultura familiar e mercado de trabalho”. *Estudos Sociedade e agricultura*, nº 8. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, abril de 1997.
- PESSANHA, Delma Neves. (org.) *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- PESSANHA, Lavínia. *A experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao alimento*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências e Estatística, Departamento de Ensino e Pesquisa. Textos para discussão, nº 5, 2002: 67 p.
- PINERO, Diego. *En busca de La identidad: La acción colectiva en los conflictos agrarios*. 1º ed. Buenos Aires: CLACSO, 2004, 352 p.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In *Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10. Rio de Janeiro, 1992, p. 200-212.

- PROJETO FOME ZERO. *Uma proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil*. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2001, 118 p.
- PULEO, A. *Feminismo y ecología. Mujeres en red*. Disponível em: www.ecoportal.net, acesso em maio, 2004.
- PULEO, A. “Ecofeminismo: hacia una redefinición filosófico-política de "Naturaleza" y "ser humano"”. In AMOROS, Celia. *Feminismo y Filosofía*. Madri: Síntesis, 2000.
- ROS, Carlos Cowan. “Mediação e conflito: lógicas de articulação entre aentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuy, Argentina”. In PESSANHA, Delma Neves. (org.) *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- ROSSET, Peter. *Food Sovereignty. Global Rallying Cry of Farmers Movements*. Food First – Institute for Food and Development Policy. *Backgrounder*, vol. 9, nº 4, 2003.
- SAFFIOTI, Heleith. “Gênero e patriarcado”. In VENTURI, G. RECAMÁN, M. OLIVEIRA, S. (orgs.) *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, B. AVRITZER, L. “Introdução: Para ampliar o cânone democrático”. In SANTOS, B. (org.) *Democratizar a Democracia: Os caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 39-82.
- SAUTU, RUTH *et alli*. *Manual de Metodología: construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SCHAAF, A. *Jeito de Mulher Rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- SCOTT, Joan W. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In *Educação e Realidade*, vol. 16, nº 2, p. 5-22. Porto Alegre, 1990.
- Sempre-viva Organização Feminista (SOF). *As mulheres dizem não à tirania do livre comércio*. São Paulo: SOF, 2006, 48p.
- SHIVA, Vandana. “El saber próprio de las mujeres y la conservación de la biodiversidade”. In MIES, Maria. SHIVA, Vandana. *La praxis del ecofeminismo*. Barcelona: Icaria, 1998.

- SHIVA, Vandana. *Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivencia*. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.
- SHIVA, Vandana. *Monocultivos y biotecnología – amenazas a la biodiversidad y la supervivencia del planeta*. Tradução de Ana E. Guyer. Montevideú: Instituto Tercer Mundo, 1993.
- SHIVA, Vandana. *Monocultivos y biotecnología (amenazas a la biodiversidad y la supervivencia del planeta)*. Montevideú: Instituto del Tercer Mundo, 1993.
- SILIPRANDI, E. “Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais”. In *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, vol.1, nº1, p. 61-71, janeiro-março, 2000.
- SILIPRANDI, E. “O que se pensa, o que se faz, o que se diz: discursos sobre as mulheres rurais”. *Educação em Debate*, vol. 2, nº 44, p.106-110, 2002.
- SILIPRANDI, E. “Urbanas e Rurais: a vida que se têm, a vida que se quer”. In VENTURI, G. RECAMÁN, M. OLIVEIRA, S. (orgs.) *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SILIPRANDI, E. *Ecofeminismos: mulher, natureza e outros tipos de opressão*. Brasília, 2005a (mimeo).
- SILIPRANDI, E. NOBRE, M. QUINTELA, S. MENASCHE, R. (orgs.) *Gênero e Agricultura Familiar*. São Paulo: SOF, 1998.
- SILVA, F. C. A. HEIDEN, F. C. AGUIAR, V. V. P. PAUL, J. M. *Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense*. 2ª ed. Florianópolis: Instituto Cepa, 2003.
- SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA. Relatório de 2007–2008. Epagri/Cepa.
- SORJ, Bila. “Trabalho, Gênero e família, quais políticas sociais?” In GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia. *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, 188 p.
- SPECHT, S. *Oeste Catarinense: a agricultura familiar e a migração de reverso*. XLIII Congresso da SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”. Ribeirão Preto: 24 a 27 de julho de 2005.
- TOURAINÉ, A. *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- TOURAINÉ, A. *Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006, vol. 21, nº1.
- VALENTE, Flávio Luiz Schieck. (org.) *Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez Editora, 2002, 272 p.

- VALENTE, L. e BEGHIN, N. *Realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e a experiência brasileira: subsídios para a replicabilidade*. Brasília: ABRANDH, 2006.
- VIA CAMPESINA. *Género: Documento de la III Conferencia Internacional de Via Campesina 2002*. Disponível em <http://www.viacampesina.org>.
- WEINGARTNER, Lioba. “The Concept of Food and Nutrition Security”. In KLENNERT, Klaus. (org.) *Achieving Food And Nutrition Security: Actions to Meet the Global Challenge. A training course reader*. 2ª ed. Bonn: InWEnt e Capaciting Building International, 2005, p. 3-28.

ANEXOS

Folder do MMC para o 8 de março de 2008

8 de março
Dia Internacional da Mulher

Produzir
alimentos saudáveis,
cuidar da vida
e da natureza



O dia 8 de março é uma data que marca a luta e a resistência das mulheres no mundo inteiro. Ao longo da história, as trabalhadoras vêm lutando contra a exploração e a opressão de gênero e classe, resultado de um modelo de sociedade capitalista e patriarcal, cujo centro é o mercado e o objetivo é o lucro das grandes empresas transnacionais.

— Nossa missão —

Nossa missão é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e de respeito com a natureza.

— Quem somos —

Somos mulheres camponesas: agricultoras, arboricultoras, mecânicas, zircônias, poseiras, bóias-frias, diátrias, paneiras, extrativistas, quilombolas de coco, possuidoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres índias, negras, descendentes de europeias. Somos a soma da diversidade do nosso país: Povoamos a classe trabalhadora, lutamos pela casa feminista e pela transformação da sociedade. Nos identificamos pela produção de alimentos saudáveis, pela construção de um projeto de agricultura camponesa ecológica e pela luta de libertação da mulher. Somos o Movimento de Mulheres Camponesas, organizado em 17 estados do Brasil.

Hi mais de 20 anos construímos um movimento autônomo, democrático, popular, feminista e de classe, na perspectiva socialista. Neste período, nos organizamos, lutamos e conseguimos reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, o salário maternidade, a aposentadoria da mulher da roça aos 55 anos, o auxílio doença, entre outros. Continuamos lutando por saúde de qualidade, pela construção de novas relações sociais e de gênero, por políticas públicas que atendam aos interesses das camponesas e camponeses e pelo fim de todas as formas de violência e opressão.



Valores Éticos

No decorrer de nossa caminhada construímos valores éticos que norteiam as nossas práticas, destacamos:

- a valorização da mulher e de todos os seres humanos
- a disciplina
- a responsabilidade individual e coletiva de continuar na luta
- a construção de novas relações
- a resignificação da cultura camponesa e do valor do trabalho individual e coletivo
- a solidariedade e cuidado com a vida
- a capacidade de indignar-se diante das injustiças, transformando essa indignação em ação concreta
- o amor à luta
- o respeito às diferenças
- o companheirismo
- a preservação e proteção da natureza.

Nossas Lutas

A luta central do MMC - Movimento de Mulheres Camponesas é contra o modelo capitalista e patriarcal e pela construção de uma nova sociedade com igualdade de direitos. Neste sentido, assumimos como principal bandeira de luta o Projeto de Agricultura Camponesa Ecológica, com uma política feminista, fundamentada na defesa da vida, na mudança das relações humanas essenciais na conquista de direitos. Lutamos pela viabilização de políticas agrícolas, por Reforma Agrária com o fim do latifúndio, estabelecendo o limite de propriedade da terra.



A realidade em que vivemos

O meio rural brasileiro convive com uma disputa entre dois modelos de desenvolvimento: de um lado, a lógica dominante do latifúndio e do agronegócio e de outro, a luta popular para mudar a estrutura agrária em favor dos camponeses, constituindo um projeto popular de agricultura camponesa.

Nesta disputa de modelos, o domínio do latifúndio tem consequências bem concretas no nosso dia-a-dia. Dados do IBGE (1995/6) apontam que 32% da população brasileira é miserável, e ainda o IPEA (Instituto de Pesquisa Aplicada), no ano de 2002, mostra que referem a população do campo, 27,1% é considerada pobre (valor calculado sobre meio salário domiciliar per capita).

Segundo dados do IBGE, de 1990, 20% da população mais pobre tinha 2% da riqueza no Brasil, enquanto que 10% da população mais rica tinha 53,2% da riqueza.

O modelo dominante é comandado por uma aliança entre o capital financeiro financeiro nos grandes complexos agro-industriais. As transnacionais e o latifúndio obtêm grandes lucros e são subsidiados pelos governos. Como exemplo:

- A Bunge - controla toda a cadeia de produção de grãos, desde a produção, transporte, industrialização e comercialização;
- A Bayer - é dona de fibras de venenos e medicamentos ao mesmo tempo controla a produção de sementes;
- Só no ano de 2005, o agronegócio recebeu diretamente cerca de 115 bilhões de reais. Além de infra-estruturas e dinheiro dos próprios agricultores com a venda de sementes e venenos;
- O lucro do Banes Bradesco, só no primeiro semestre de 2006, foi de 3,132 bilhões. No período de janeiro a setembro de 2005, o lucro havia sido de 4,091 bilhões;
- As empresas de celulose no Brasil destinaram 97% da produção de 2004 para exportação e concentram 3 milhões de hectares de terra com plantações desmatadas;
- O agronegócio também é responsável pela diminuição de nossa diversidade. Na década de 1960 consumíamos em nossa alimentação cerca de 35 grãos, hoje a prioridade do consumo é de somente 5 variedades de grãos (trigo, milho, soja, arroz e feijão), que são as grandes monoculturas.

Por outro lado, a agricultura camponesa:

- É responsável por 70% da produção de alimento do Brasil e recebe somente 20 bilhões de recursos públicos;
- Ocupa 30% da área agrícola, e recebe só 23,3% dos financiamentos, mas é responsável por 37,9% do valor bruto da produção;
- Gera 1 emprego a cada 5 hectares de terra, ocupando a força de trabalho do núcleo familiar;

Um dos aspectos deste modelo dominante de desenvolvimento capitalista do parcauro do que se expressa no machismo, na opressão, na violência, na morte e na exclusão das mulheres e suas famílias:

Os números não amestoram:

- Uma em cada 4 mulheres sofre algum nível de violência no relacionamento, e em 66,4% das situações o abuso ocorre no ambiente familiar;
- A primeira causa de morte de mulheres entre 15 e 29 anos é homicídio a cada 15 segundos uma mulher é violentada no Brasil;
- Uma em cada cinco mulheres brasileiras já sofreu algum tipo de violência.

Projeto de Agricultura Camponesa na ótica feminista

Contra este modelo de sociedade, o MMC vem construindo o Projeto de Agricultura Camponesa Ecológica, baseada em 6 grandes eixos: ambiental, trabalho, relações sociais, políticas públicas, cultura camponesa e feminista e valorização e participação das mulheres.





Ambiental
Cuidado e preservação de todas as formas de vida, respeitando o ciclo natural da vida.

Trabalho
Construção de tecnologias para diminuir a penosidade do trabalho, de forma que o trabalho camponês promova a humanização, com valorização de todo o tipo de trabalho e divisão de tarefas.

Relações Sociais
Construção de novas relações sociais de igualdade, respeito e solidariedade, negando todas as formas de dominação e exploração.

Políticas Públicas
Que sirvam para viabilizar, potencializar, facilitar, ampliar e garantir os direitos sociais das trabalhadoras/es.

Cultura camponesa e feminista
Resignificação do modo de ser e de viver de nossos ancestrais, negando todas as formas de opressão e submissão do modelo patriarcal e capitalista que, ao longo da história, se constituiu na sociedade.

Valorização e participação das mulheres
Protagonismo do conjunto de camponesas e camponeses, com participação efetiva das mulheres em todos os espaços de decisão e poder, com o fim de todas as formas de violência.

A crise que ameaça a humanidade

O modelo capitalista neoliberal, centrado nos interesses e lucro do grande capital, vem trazendo consequências sérias, pois a natureza não aguenta mais tanta depredação e destruição. Há sinais visíveis disto: as catástrofes, as secas, a falta e contaminação da água, do ar e da terra, o aquecimento do planeta. É a biodiversidade sendo destruída pela ação humana. Só que, junto com ela, o ser humano vai se destruindo enquanto espécie.

A cada 13 minutos, aproximadamente, uma espécie de vida é extinta do planeta. Em relação ao aquecimento global, os especialistas já dizem que em poucos anos haverá derretimento de geleiras, que fará as cidades à beira-mar desaparecerem, doenças aparecerão e o calor será insuportável.

Para fortalecer e implementar este Projeto de Agricultura Camponesa na Ótica Feminista, o MMC lança neste 8 de março a

Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis



Objetivo

Avançar na luta pela soberania alimentar contribuindo no combate à fome e à miséria, tornando visível o grande potencial de produção de alimentos que a Agricultura Camponesa possui, evidenciando o papel das mulheres neste processo e sensibilizar a sociedade para a situação de degradação da natureza, como também as possibilidades de retomar o cuidado com a vida.

Caráter

A campanha tem caráter ampliado, abrangendo várias dimensões: ambiental, econômica, cultural, social, ética, política... Também é uma forma de concretizar mudanças no cotidiano das mulheres e famílias camponesas.

Mulheres na luta por soberania alimentar, contra o agronegócio

Metas da Campanha:

- Produção de alimentos saudáveis e diversificados;
- Reconhecimento e valorização do trabalho da mulher;
- Recursos públicos e subsidiados para a produção ecológica de alimentos;
- Preservação da natureza e recuperação da biodiversidade;
- Potencialização das redes solidárias de trabalho e consumo;
- Construção de novas relações humanas e com a natureza;
- Reforma agrária e políticas públicas para o campo (previdência, saúde, educação, moradia, transporte, lazer...);
- Resignificação da cultura, dos valores e hábitos alimentares;
- Melhoria na infra-estrutura das propriedades: construção de sistemas, saneamento, energia...

Combate a todas as formas de violência (moral, física, psicológica, cultural) cometidas contra as mulheres e os trabalhadores;

Promover a saúde e qualidade de vida da população;

Assistência técnica e desenvolvimento de tecnologias adequadas à agricultura camponesa ecológica.

A Campanha de Produção de Alimentos Saudáveis quer ser espaço para reunir as mulheres do campo e da cidade, a fim de afirmar a soberania alimentar dos povos e fortalecer a luta em defesa da vida.

Resistimos no campo às consequências econômicas, políticas, sociais e culturais do projeto neoliberal, que intensifica a exploração de trabalhadoras e trabalhadores, aumentando a violência e a discriminação contra as mulheres.

Outras informações sobre esta campanha no site do movimento na internet www.mmcbrasil.com.br

Produção AMMC - SUL

Cartilha de sementes

APRESENTAÇÃO

Companheiras Militantes do MMC!

"A nossa organização é o arado que abre os sulcos na terra para deitar as sementes!"

Com este espírito, nós do Movimento de Mulheres Camponesas da Região Sul, preparamos como subsídio para os grupos de base, a cartilha:

"SEMENTES DE VIDA NAS MÃOS DAS MULHERES CAMPONESAS"

A cartilha está dividida em 6 encontros. Os temas refletem a importância das sementes em nossas vidas:

1º - SOMOS SEMENTES

2º - SOMOS SEMENTES, FAZEMOS PARTE DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

3º - SOMOS SEMENTES PARA A VIDA E NÃO PARA O LUCRO

4º - SOMOS SEMENTES DE VIDA E NÃO MERCADORIA PARA O CAPITALISMO



5º - SOMOS SEMENTES DE VIDA, DEVEMOS NOS MULTIPLICAR

6º - SOMOS SEMENTES DE VIDA PARA FORTALECER A RESISTÊNCIA DAS CAMPONESAS



Sugerimos para os grupos de base, com o auxílio deste material, organizar em sua comunidade uma **FESTA DAS SEMENTES**, com o objetivo de apresentar as experiências de recuperação das sementes, flores, frutos, ervas medicinais, entre outras que as mulheres vem fazendo,

motivando a comunidade para entender e assumir a LUTA pela Soberania Alimentar.

As dirigentes deverão preparar bem os encontros. No final de cada reunião segue uma sugestão de compromisso a ser assumido pelo grupo. Em anexo: cantos, casamento das sementes... que poderão ser usados nos encontros.

Propomos também que ao finalizar o estudo da cartilha façam uma avaliação, anotem as respostas e enviem para as Secretarias Estaduais do Movimento de Mulheres Camponesas.

Um grande abraço a todas, fortalecendo a luta em defesa da vida!

Sede do MMC, em Chapecó (SC). Fotografias feitas em fevereiro de 2008.

